

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NO SERTÃO BAIANO

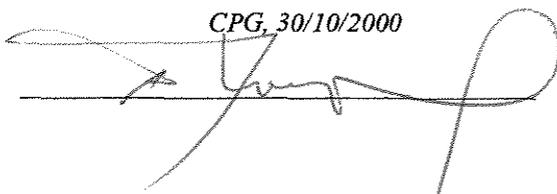
A Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores  
do Município de Valente

**Humberto Miranda do Nascimento**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente – área de concentração: Economia do Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Ademar Ribeiro Romeiro.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Humberto Miranda do Nascimento em 30/10/2000 e orientada pelo Prof. Dr. Ademar Ribeiro Romeiro.*

CPG, 30/10/2000



Campinas, 2000

715911

UNIAUC L/L  
 N.º CHAMADA: T/UNICAMP  
 N17c  
 V. Ex.  
 TOMBO BC/ 45498  
 PROC. 16/392/01  
 C  D   
 PREC. 11,00  
 DATA 28/07/2001  
 N.º CPD

CM00157722-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

**N17c** Nascimento, Humberto Miranda do  
 Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano  
 : a experiência de organização dos pequenos agricultores do mu-  
 nicipio de Valente/ Humberto Miranda do Nascimento. – Campi-  
 nas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Ademar Ribeiro Romeiro  
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de  
 Campinas. Instituto de Economia.

1. Desenvolvimento sustentável – Valente (BA). 2. Associa-  
 ção dos Pequenos Agricultores de Estado da Bahia. I. Romeiro,  
 Ademar Ribeiro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto  
 de Economia. III. Título.

*DEDICO À  
MINHA MÃE E  
MEU PAI (EM MEMÓRIA)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto de Economia da UNICAMP e a meu orientador, Ademar R. Romeiro, pelo motivação e atenção fraterna logo que cheguei em Campinas e que nos possibilitou esse caminhar; à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio concedido; ao professor Bastiaan P. Reydon pelo firme incentivo e ao professor Wilson Cano pelo constante estímulo à crítica; aos professores Ricardo Abramovay e Ildes Ferreira por testemunharem parte dos nossos passos nessa senda; também a Miguel Almir, Sílvio Humberto, Ana Lúcia, Maria Rita, Eliab Barbosa, Jaciara, Jaci, Rosembergue Valverde e Rossine Cruz por tantas prosas, rosas, espinhos e ensinamentos divididos em caminhos anteriores caminhados juntos, que marcaram no chão do destino nossas pegadas até aqui.

Agradeço, especialmente, à Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, semente de tantos caminhos para o sertão, a Epaminondas Luiz Borges Filho (Epa), pela rara amizade na partilha do mesmo caminho, a Maya Takagi, pela escuta sempre terna e atenta, a Mônica Schröder, pelo encanto afetoso, bem como a Pedro, a Socorro, a Otávio, a Ana Maria, a Vitor e a todos os colegas e amigos que a aqui chegaram ou estiveram comigo, desde 1998, numa convivência prazerosa. Agradeço também a Cida e a Alberto.

# **CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SERTÃO BAIANO**

## **A EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE**

### **RESUMO**

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo avaliar a experiência de organização dos pequenos agricultores sertanejos do município de Valente, situado a 270 km de Salvador, no Estado da Bahia. A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB-Valente) é uma organização socioeconômica articulada pela sociedade civil, gestada pelo movimento social da região sisaleira e apoiada por ONG's nacionais e estrangeiras. Tal experiência obteve êxito na viabilização de micros, pequenos e médios projetos econômicos (desde pequenas hortas e oficina artesanal de retalhos de tecido até uma micro-usina de beneficiamento do leite caprino e uma fábrica de tapetes e carpetes de sisal), visando a sustentabilidade dinâmica do território através da proposta de convivência com o semi-árido.

Verificamos em nosso trabalho teórico-empírico que, através da organização, participação e articulação dos pequenos agricultores sertanejos, foi possível fomentar uma construção ativa de capital social e, conseqüentemente, promover uma revitalização das bases socioeconômicas do processo de desenvolvimento numa tradicional área sisaleira do Estado da Bahia. A APAEB-Valente, portanto, é considerada por nós como um importante ator na construção de um modelo de convivência com o semi-árido e uma parceira indispensável em futuras propostas de políticas públicas que visem o desenvolvimento do sertão baiano.

# SOCIAL CAPITAL AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

## IN THE *SERTÃO* OF THE STATE OF BAHIA

AN ORGANIZATIONAL EXPERIENCE OF SMALL FARMERS IN THE MUNICIPALITY OF VALENTE

### ABSTRACT

This Master's dissertation aims at evaluating the organizational experience of small *sertanejo* (hinterland) farmers in the municipality of Valente, located 270 km from the city of Salvador, in the state of Bahia. The Small Farmers' Association of the Municipality of Valente (APAEB-Valente) is a socio-economic organization set up by the civil society, managed by the social movements of the *sisal* producing region and supported by national and international NGO's. This experience was successful in making micro, small and medium-sized economic projects feasible (from small vegetable gardens and textile handicraft shops to micro goat milk processing plants and small *sisal* carpet and mat weaving shops), envisioning the dynamic sustainability of the region through an improvement of the economic activities adapters to the harsh conditions of the semi-arid environment.

In our theoretic-empirical study we analyzed the Social Capital and showed that, through the organization, coalition and active participation of the small *sertanejo* farmers, it was possible to stimulate the active construction of social capital and, as a result, promote the strengthening of the social, economic, ecologic and cultural bases of the development process of a traditional *sisal* producing area in the state of Bahia. The APAEB-Valente, therefore, is considered by us as being an important agent in the building of a development model adapted to the environment of a semi-arid, as well as being a concrete positive reference for future public policy proposals for the sustainable development of rural areas in the state of Bahia.

## Sumário

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS.....	XIII
I – INTRODUÇÃO.....	1
II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	3
CAPÍTULO 1.....	7
1. PENSANDO O DESENVOLVIMENTO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	7
1.1. CAPITAL SOCIAL: A FORMAÇÃO DE UM CONCEITO.....	7
1.2. CAPITAL SOCIAL: DA CONSTRUÇÃO EMPÍRICA À RECONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	22
1.3. A ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL: UMA SÍNTESE DO DEBATE.....	34
CAPÍTULO 2.....	39
2. O CAPITAL SOCIAL DO SERTÃO BAIANO: UM ESPAÇO EM INVENÇÃO.....	39
2.1. O SEMI-ÁRIDO NUM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES.....	39
2.2. O DESPERTAR DO CAPITAL SOCIAL NO SERTÃO.....	43
2.2.1. ORIGEM DO MOC E CRIAÇÃO DA APAEB – OS ANOS 70.....	48
2.2.2. DA FUNDAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO DA APAEB – OS ANOS 80.....	56
2.3. O CAPITAL SOCIAL DE VALENTE.....	66
CAPÍTULO 3.....	73
3. APAEB-VALENTE: UMA MANIFESTAÇÃO ATIVA DO CAPITAL SOCIAL.....	73
3.1. A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO CONTEXTO DO SEMI-ÁRIDO.....	73
3.2. A QUESTÃO SISALEIRA E O PAPEL DA APAEB-VALENTE.....	77
3.3. AS MUDANÇAS NA ÁREA SISALEIRA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.....	86
3.4. A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: UM NOVO MODELO?.....	97
III – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
V – ANEXOS.....	119

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

### GRÁFICOS

Gráfico 1: Poupança APAEB-Valente -----	83
Gráfico 2: Sisal Nordeste - Evolução e Tendência, área plantada (Bahia X Paraíba) ----	87
Gráfico 3: Evolução da área plantada para 7 municípios sisaleiros -----	90
Gráfico 4: Demanda por mão-de-obra no sisal em EHA/há e por nível tecnológico ----	93

### QUADROS

Quadro 1: Ações do MOC no semi-árido – primeiras experiências -----	50
Quadro 2: APAEB-Valente - benefícios gerados às famílias atendidas -----	99
Quadro 3: APAEB-Valente - melhorias no patrimônio familiar -----	100
Quadro 4: Quantidade de nutrientes (g) entre diversas carnes -----	102

### TABELAS

Tabela 1: APAEB e Fábrica de Tapetes Valente – empregos gerados -----	86
Tabela 2: Sisal - participação dos Estados do Nordeste em área plantada (ha) -----	87
Tabela 3: Sisal - municípios maiores plantadores (%), Bahia -----	89
Tabela 4: Sisal (fibra) - taxas de crescimento (%) da área plantada para três períodos no Nordeste -----	91
Tabela 5: Sisal (fibra) - taxas de crescimento (%) em área plantada para municípios selecionados -----	92
Tabela 6: Sisal - ocupação potencial em função da área plantada e por nível tecnológico	94
Tabela 7: Investimentos e empregos diretos previstos por segmento agropecuário, Bahia - 2000/2003 -----	96
Tabela 8: Investimentos e empregos diretos previstos por eixo econômico, Bahia – 2000/2003 -----	96

## I – INTRODUÇÃO

A Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) tornou-se uma experiência socioeconômica das mais relevantes para o semi-árido nordestino/brasileiro. Ao longo dos últimos 20 anos, tal experiência foi concebida em uma ação articulada da sociedade civil, buscando a autonomia inserida de pequenos agricultores familiares, como tentativa de rompimento com a velha tradição da exploração e dependência em relação aos chefes do poder local. Essa autonomia inserida significa um agir social alicerçado no interesse comum de determinada coletividade, que valoriza sua identidade e sua capacidade de interação e emulação com a sociedade e a economia.

Partimos do pressuposto de que a atuação dos movimentos sociais na construção ativa de um outro projeto de sociedade, menos excludente, ganha maior sentido quando a ação social imbrica-se à realização econômica, dando-lhe pluralidade. Desse modo, a ação coletiva é capaz de gerar novas possibilidades de interação e integração econômica para ser politicamente válida enquanto proposta transformadora. Não se trata de mais uma visão determinista do econômico, mas do mesmo visto na complexidade que envolve o contexto do território semi-árido, em que os atores sociais, muitas vezes perplexos diante de um processo de “fragmentação” regional e de “globalização”, que vêm aprofundando desigualdades, tentam dar respostas, enfrentar os desafios e as adversidades de inserção no processo de desenvolvimento local, conscientes dos reveses do mercado livre.

Ao enfatizarmos a ação dos movimentos sociais no semi-árido, pretendemos dar visibilidade às iniciativas da sociedade civil voltadas à ampliação das escolhas dentro processo de desenvolvimento, pois, para nós, o Estado deixa seu incômodo papel de tutor e a industrialização deixa de ser o único viés de abordagem, para que os atores sociais, através de suas organizações civis, forjem outros conteúdos para o desenvolvimento, superando seu caráter estritamente econômico, para ser tantos outros (humano, sustentável, endógeno, etc.) e tão só desenvolvimento. Admitimos que, para ser plural e justo, o desenvolvimento deve ser (re)construído socialmente, portanto, mais que o seu dever, buscamos saber de seu ser a vir, quem o protagoniza e com que finalidade.

Como podemos perceber, a lógica da ação coletiva, que levem os atores sociais a atuarem como protagonistas do processo de desenvolvimento, é investigada nesta dissertação como uma identidade entre desenvolvimento sustentável e inclusão social, ou simplesmente desenvolvimento includente.

O desenvolvimento includente, visto como uma construção social, dá visibilidade aos movimentos sociais como seus protagonistas mais importantes, pois estes levam consigo um projeto de mudança e buscam reequilibrar a correlação de forças existente, ao inspirarem uma prática política participativa e ao proporem o fortalecimento e ampliação do mercado interno, para que o país ou região venha inserir-se de forma mais soberana no espaço global.

Salientamos que o que está em questão é um projeto de mudança em regiões de extrema desigualdade e que conta com a presença de fortes restrições naturais (semi-árido) e políticas (clientelismo). Nesse sentido, é o rompimento com uma situação de dependência e exploração que requer um processo de desenvolvimento includente, que, por sua vez, envolve a participação ativa da sociedade civil organizada para que seja realmente exequível.

Para atender ao propósito acima, utilizamos a abordagem contemporânea de Capital Social como o elo teórico-empírico que possibilita um reencontro entre economia e sociedade, entre economia e política e entre política econômica e política social. Esse conceito tem exercido forte influência na atual política de agências internacionais de apoio ao desenvolvimento e vem sendo discutido na América Latina, Ásia e África, a partir de estudos circunstanciados que levam em conta as especificidades locais dos territórios e seus principais atores sociais, Estados e organizações civis.

Na abordagem do “Capital Social dos territórios”, Abramovay (2000) afirma que o mesmo se constitui sobre um determinado tecido social, sobre uma complexa e organizada trama de relações sociais de raízes históricas, políticas e culturais que deve ser considerada no processo de desenvolvimento. Aponta também para a necessidade de dotar as populações das áreas rurais de prerrogativas que as levem, realmente, a protagonizar a construção dos territórios, pois tem constatado que o sucesso de muitas experiências em áreas rurais deveram-se à ampliação do círculo de relações sociais no âmbito político, econômico e social, ou seja, a superação de obstáculos ao desenvolvimento rural vem se dando, em grande medida, através da capacidade de articulação e organização dos atores sociais.

A idéia de Capital Social tenta abrir uma perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de proposição e elaboração de políticas públicas, desenhando novas condições institucionais de promoção do desenvolvimento. E não se trata de reconhecer simplesmente um papel maior para a sociedade civil no processo de desenvolvimento, como se houvesse possibilidade de desobrigar o Estado de enfrentar problemas sociais graves. O papel do Estado como agente de promoção econômica e regulador de demandas sociais continua a ser bastante relevante, porém, é preciso fortalecer a dimensão pública (sócio-política) e não meramente estatal ou privatista (administrativo-empresarial) do processo de desenvolvimento.

A nossa disposição é mostrar como se deu a construção ativa de capital social no sertão baiano através de um estudo de caso sobre a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente, que foi recentemente avaliada como uma dentre as dez experiências socioeconômicas de caráter popular de maior êxito no Brasil pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Fundação Ford, cujos estudos contaram com o apoio do Banco Mundial e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Estudar a experiência de Valente como construção ativa de Capital Social decorre da motivação em saber como, mesmo com as desigualdades seculares que se estabeleceram no semi-árido, foi possível forjar uma nova correlação de forças sociais para aprimorar as condições objetivas de promoção do desenvolvimento sustentável. Observamos que é na arena do conflito cotidiano entre alternativas de poder divergentes, capitaneadas, por um lado, pelos setores tradicionais oligarcas e, por outro, pelos setores do movimento popular organizado, que a participação e a mobilização social estão rompendo com as estruturas sociais arcaicas e promovendo, de conflito em conflito, novas conquistas econômicas voltadas à maior inclusão social. Esta dissertação, portanto, pretende ser um ensaio de tal perspectiva.

## II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido neste trabalho como um processo participativo que cria e persegue uma visão de coletividade que respeite e faça uso prudente de todos os seus recursos naturais e humanos, a fim de garantir às gerações presentes e futuras os meios para a própria realização. Já o conceito de Capital Social significa certas

características da organização social como laços, regras, sistemas e redes de sociabilidade, através das quais enfatizamos o papel da sociedade civil em gerar mudanças institucionais, que, no nosso estudo, particularizam-se numa região onde predomina relações sociais excludentes (clientelismo, grupos de interesse, desigualdades, etc.). Ao incorporarmos à discussão sobre desenvolvimento sustentável a idéia de Capital Social, buscamos sugerir uma “ponte analítica” que evidencie a relação entre oportunidades de desenvolvimento e a capacidade da sociedade civil de gerar escala organização, como condição basilar para se almejar uma sustentabilidade dinâmica do território.

Para darmos conta de tal perspectiva, realizamos uma pesquisa de campo com o intuito de elaborar um diagnóstico das principais transformações históricas, políticas, sociais e econômicas na área sisaleira do semi-árido baiano, com base na experiência de organização da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB). Seleccionamos e entrevistamos informantes qualificados, tais como dirigentes de ONG's, gerentes, lideranças rurais e assessores (ver Anexos). Quanto, especificamente, à pesquisa documental, esta ocorreu objetivando o levantamento das ações do movimento social na Região do Sisal e, em especial, em Valente, que culminaram com a constituição da APAEB/Valente e explicitam, satisfatoriamente, o desempenho da mesma na geração de benefícios ao pequeno agricultor nos municípios que atinge.

O levantamento de dados primários e secundários foi feito a partir de consulta ao próprio material coletado durante a pesquisa de campo, às publicações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e ao banco de dados do IBGE. Com base nesse material, procuramos obter um quadro de transformações econômicas no semi-árido sisaleiro e realizar um diagnóstico simplificado sobre o impacto da experiência associativa de Valente.

A periodização que adotamos cobre três períodos de transformações sociais que compreende o final da década de 60 e o final da década de 90 no Brasil. No primeiro período [1967-1979], ocorre um silencioso trabalho entre as bases do movimento popular, unido pelas instâncias pastorais católicas. No segundo período [1980-1989], ocorre uma intensa politização da ação das ONG's e a criação de novas formas de associações civis. A década de 90 [1990-1999] é o período de viabilização e afirmação de várias iniciativas locais de desenvolvimento, ganhando destaque, na Bahia, a do município de Valente.

Como critério geral, quando utilizarmos a sigla APAEB, estaremos nos referindo a à organização social em abstrato representada pelos pequenos agricultores sertanejos; quando nos referirmos às APAEB's, estaremos falando de todas as suas unidades físicas localizadas no interior do Estado da Bahia. Quando nos referirmos a uma das APAEB's, especificamente, estaremos identificando-a com a sigla APAEB acompanhada pelo nome do município, APAEB-Valente, por exemplo. Um outro critério genérico é o das denominações agricultor familiar, pequeno agricultor, pequeno produtor e trabalhador rural, que serão utilizadas ao longo do texto a partir do vínculo institucional ou ocupacional, como, por exemplo, no caso dos sindicatos (de trabalhadores rurais), de associação (de pequenos agricultores), de pequeno produtor (de sisal) e da identidade cultural (como agricultor familiar).

Quanto à estrutura dos capítulos, no primeiro, procuraremos tecer considerações críticas a respeito da idéia de capital social. Nós organizamos as respostas em dois conjuntos de análise: (i) a análise da estática socioeconômica, presente na abordagem mais difundida de Capital Social de autores como Putnam; e (ii) a análise da dinâmica socioeconômica, presente nas abordagens alternativas de autores como Kliksberg, Santiso e Durston, que sugerem, a nosso ver, formas mais proficuas para a consolidação desse debate na América Latina. Também o trabalho de Woolcock faz uma instigante associação entre o conceito de Capital Social e o pensamento sociológico clássico, que achamos relevante considerar.

No segundo capítulo, descreveremos o processo de formação de capital social no sertão baiano com base na experiência de organização dos pequenos agricultores vinculados à APAEB. Procuraremos revelar o momento em que as comunidades rurais passaram de formas organizacionais simples de convívio societal a formas mais complexas de movimentos sociais organizados. Esta mudança diferencia a mera reprodução de laços de convivialidade, assentados exclusivamente na lógica da reciprocidade/confiança, e busca incorporar a lógica do “conflito virtuoso” como uma marca da produção ativa de Capital Social. Desse modo, teremos o cenário e a “coreografia” social que projetou a APAEB-Valente como uma das principais experiências de organização de pequenos agricultores no Estado da Bahia.

No terceiro e último capítulo, demonstraremos as principais transformações na área sisaleira e as interferências realizadas pela APAEB-Valente ao longo dos anos 90, como síntese de todo processo de construção ativa do capital social descrito no capítulo 2. Enfatizaremos que um modelo socioeconômico, menos excludente, passa a ser coordenado por

um novo ator social, os pequenos agricultores, que começam a por em prática formas de convivência com o semi-árido para se alcançar um desenvolvimento rural mais sustentável e que começam a propor/exigir políticas públicas mais apropriadas para o sertão baiano.

Na conclusão, fazemos um arremate da discussão teórica e exploraremos um pouco das contribuições de Myrdal e Hirschman, como sugestão para estudos posteriores. Apresentaremos um balanço das reflexões em torno da idéia de capital social sugerida por nosso trabalho e abordaremos as preocupações, limites e perspectivas em relação à experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente, na Bahia. Esperamos que nossas contribuições possam somar e provocar outros estudos similares, que tenham seus enfoques voltados para a construção social do desenvolvimento.

## 1. PENSANDO O DESENVOLVIMENTO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

*"Social relations are thus a crucial but enigmatic component of the development equation, precisely because they either uplift, ignore, or destroy."*

*M. Woolcock, 1998*

### 1.1. CAPITAL SOCIAL: A FORMAÇÃO DE UM CONCEITO

Localizar o conceito de Capital Social num corpo teórico sólido talvez seja uma tarefa árdua, porém, necessária. A nossa preocupação nesse capítulo será, apenas, a de dar algumas referências do universo de abordagens existentes, apresentar algumas e, principalmente, fornecer pistas para uma entrada mais consistente nesse debate. Nossa tarefa específica será, portanto, demarcar pontes teóricas passíveis de serem construídas a partir do balanço crítico da idéia de Capital Social. Consideramos relevante tal tarefa pela urgência que temos, além de saber-dizer, em saber-fazer do tema desenvolvimento sustentável uma questão prática. O conceito de Capital Social pode ser uma chave para tal intento.

Uma das primeiras questões a se saber é em que momento dar o corte teórico-temporal para situar esse debate e, assim, não sairmos perambulando sem rumo pelas ciências humanas<sup>1</sup>. Em nosso caso, foi Woolcock (1998) que nos forneceu esse corte. Segundo ele, J. Jacobs, em 1961, com *The Life and Death of Great American Cities*, forneceu o sentido contemporâneo de Capital Social:

*"Podem ser apontados vários outros candidatos plausíveis a fundadores do conteúdo e do espírito do capital social, mas no sentido contemporâneo no qual o termo é usado, a passagem seguinte de Jacobs (1961:138) parece ser a que mais se aproxima: 'As redes de relações são o capital social insubstituível de uma cidade. Se este capital se perde, por quaisquer razões, sua "renda" desaparece para não mais retornar, até que um*

---

<sup>1</sup> Vários autores informam a origem da idéia de Capital Social em pensadores como David Hume, Marcel Mauss, Alexis de Tocqueville, Thorstein Veblen e Ferdinand Tönnies.

*capital novo tenha a chance de ser lentamente acumulado’.*” (Woolcock, 1998, nota 11 – tradução livre do autor) (grifo nosso)

Jacobs foi sucedido por Bourdieu e Passeron (1990 [1970]) e Loury (1977), mas só no final dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, que o conceito foi amplamente utilizado por autores como Coleman, Burt, Putnam, Portes e Sensenbrenner, cada um, a seu modo, inspirando-se na noção geral de normas, sistemas, redes de relações de confiança e de reciprocidade que contribuem para uma ação coletiva geradora de benefícios mútuos.

## A VISÃO ESTÁTICA

A análise empírica desenvolvida por Robert Putnam (1996) forneceu a matriz das idéias mais difundidas em torno do conceito de capital social. Esse autor buscou compreender quais os fatores de distinção entre o desempenho dos governos regionais no Sul e no Norte da Itália, de 1970 a 1989, período do estabelecimento dos governos regionais pelo governo central. Tal iniciativa, tivera o intuito de reduzir as desigualdades regionais entre o Norte desenvolvido e o Sul empobrecido, para que a Itália alcançasse sua eficiência econômica através do desempenho mais eficaz dos governos regionais.

Em seu trabalho, Putnam constatou que o impacto das tradições cívicas foi maior no desenvolvimento socioeconômico (medido em termos de industrialização e saúde pública), do que o deste no civismo. O civismo mostrou ser um poderoso determinante dos atuais níveis de desenvolvimento socioeconômico, mesmo mantendo constantes os níveis anteriores de desenvolvimento. Já o impacto do desenvolvimento socioeconômico (medido em termos de emprego na agricultura e emprego na indústria) foi praticamente nulo nas tradições cívicas. Mesmo mantendo-se constantes as tradições culturais, o civismo mostra ser um melhor indicador que os níveis de emprego. Dessa forma, Putnam sugere que é preferível conhecer as condições culturais de uma região na década de 1900 para prognosticar o emprego na década de 70, do que conhecer o nível de emprego na década de 1900.

*“a economia não serve para prognosticar o civismo, mas o civismo serve para prognosticar a economia, mais até do que a própria economia. (...) [Portanto], as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependem menos do seu potencial sócio-econômico do que de seu potencial cívico.”* (Putnam 1996:166) (grifo nosso)

Esse argumento é bastante instigante. Para o caso italiano, Putnam (1996:169) é enfático quanto ao papel das tradições cívicas ao afirmar que as mesmas “*ajudam a explicar por que o Norte conseguiu reagir mais eficazmente do que o Sul aos desafios e oportunidades dos séculos XIX e XX.*” E essa eficácia reside fortemente em mecanismos institucionais estruturadores<sup>2</sup>, entre os quais “*as normas e os sistemas de participação cívica*”. Embora afirme que

*“seria ridículo supor que as tradições cívicas examinadas (...) são o único — ou mesmo o mais importante — fator determinante da prosperidade econômica. (...) Nosso modelo de duas variáveis é demasiado simples para dar conta de todos os fatores capazes de influenciar o progresso econômico regional, tais como recursos naturais, situação em relação aos principais mercados e políticas econômicas nacionais. Seriam necessários estudos muito mais aprofundados (inclusive estudos no nível sub-regional) para corroborar a argumentação histórica aqui formulada.” (Putnam, 1996:171) (grifo nosso)*

Os seus

*“dados atestam que, nessas interações, o nexa ‘economia → civismo’ não é predominante. As normas e as instituições cívicas não são meramente a esteira deixada pelo progresso econômico.” (idem) (grifo nosso)*

Percebemos que premissa adotada por Putnam para tal afirmação baseia-se no que chama de “*poder das continuidades históricas para influenciar o desempenho institucional*” (Putnam, 1996:171) ou a combinação de círculos viciosos (estimulados pela pobreza) e virtuosos (estimulados pela prosperidade). Cada círculo inscreve uma qualidade de potencial cívico, a qual é reforçada durante círculos virtuosos e desestimulada durante círculos viciosos. Para nós, sua maior simplificação reside exatamente aí, como veremos mais adiante.

O Capital Social, como elemento central e culminante da análise de Putnam, significa um estoque de relações sociais empenhadas (compromissos tácitos ou não) numa comunidade, que baseia seu êxito no fortalecimento da cooperação e da confiança mútua. A superação de dilemas coletivos é possível quando se tem “*um bom estoque de Capital Social*”,

---

<sup>2</sup> Putnam refere-se em particular ao sucesso dos distritos industriais italianos, à “Terceira Itália”.

que, quando usado, serve de cimento à consolidação e enraizamento das instituições formais e para melhorar a eficiência de uma sociedade no enfrentamento de tais dilemas.

Nessa concepção, o substrato do Capital Social, seu elemento básico essencial, são relações de confiança geradas através da cooperação. As relações de confiança promovem a cooperação ou pelo menos elevam a probabilidade de que a mesma ocorra com maior frequência, pois, para haver acumulação de Capital Social, é necessário um ciclo virtuoso de confiança ↔ cooperação. E para não cair na pura abstração ou idealização, Putnam diz que “*a confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente*”, ou seja, confiar é esperar que o ator social prefira concretizar um fazer do que apenas intencionar esse fazer. Ou seja, mediante a potencialidade, a qualidade, a capacidade, a competência, as alternativas disponíveis e a disposição do ator social em corresponder às expectativas da comunidade, resta usufruir da confiança e preferir agir (possibilitar benefícios), do que suportar as conseqüências (os custos envolvidos) do não-fazer, do não-agir, do não-corresponder, do não-cooperar.

Confiança, normas e sistemas de participação transformam-se em estoques de Capital Social, que serão acumulados e reforçados mutuamente se caracterizarem uma elevada cooperação, confiabilidade, civismo e bem-estar coletivo (uma comunidade cívica). Porém, se houver desconfiança, anomia e os sistemas de participação forem precários, dilapidarão os estoques existentes de Capital Social e reforçarão o espírito de uma comunidade não-cívica. Putnam enfatiza que estas são as duas formas de ser da sociedade atual, a segunda principalmente<sup>3</sup>. Os “equilíbrios sociais duradouros” são tendências evolutivas auto-reforçadoras das características cívicas ou não-cívicas de uma sociedade. De tais tendências, equilíbrio social positivo e equilíbrio social negativo, decorrerão desempenhos institucionais e econômicos distintos. Esses dois equilíbrios sociais apontados por Putnam, baseados em duas estratégias de ação coletiva — cooperar nunca (não-cívica) e cooperar sempre (cívica) — são, a nosso ver, sua sugestão analítica mais importante e a mais simplista.

*“A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade.” (Putnam, 1996:188)*

---

<sup>3</sup> Quanto mais complexas e desiguais as sociedades, mais comportamentos oportunistas e trapaceiros irão encontrar vantagens para prosperar, segundo North. (apud Putnam, 1996:187)

A transição de um ciclo vicioso para um virtuoso dependerá, portanto, do Capital Social corporificado (estocado) que corresponda ao caráter mais cívico do equilíbrio social estável, tornando a sociedade mais apta e capaz de superar os dilemas coletivos. Os equilíbrios sociais estáveis, cívico e não-cívico, representam estoques de Capital Social divergentes e, conseqüentemente, promovem trajetórias de desenvolvimento distintos. Tais trajetórias de desenvolvimento poderão ser similares quantitativamente mas jamais o serão qualitativamente. A principal implicação disso é que as condições de sustentabilidade de determinado tipo de desenvolvimento poderão ser maiores para as sociedades, regiões ou localidades que investirem o seu Capital Social Cívico como um reforço do equilíbrio social positivo, segundo a aceção de Putnam.

Dito de outro modo, as continuidades nas regras e sistemas de participação cívica que caracterizam os distintos desempenhos institucionais, bem como dos tipos de desenvolvimento perpetuados, devem-se ao caráter de subordinação à trajetória dos sistemas sociais, em que o contexto social herdado da história influi no comportamento humano racional, produzindo diferenças duradouras no desempenho institucional e econômico das sociedades. Na verdade, essa *dependência de trajetória* é um traço obscuro dentro de qualquer sistema social, embora Putnam apoie-se, rigorosamente, nas tais continuidades históricas para justificá-la.

Independendentemente de qualquer comparação que possamos fazer entre a experiência italiana e outra, Putnam chega a um alto grau de generalização em seu estudo do desempenho das sociedades democráticas, ao afirmar que *“as normas e os sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica e são por sua vez reforçados por essa prosperidade”*. De todo modo, não faz sentido para ele saber o que determina o que, o importante é estimular esse mútuo reforço, cujo Capital Social representa a contextura real que qualifica a trajetória de desenvolvimento seguido. Essa abordagem, no entanto, incorpora uma noção tautológica da idéia de Capital Social, qual seja: as relações sociais estão dadas no tempo e os equilíbrios sociais, positivos ou negativos, que caracterizam as instituições, é que servirão para justificar a trajetória econômica seguida. Essa é, a nosso ver, uma visão estática do capital social, visto que ela reforça apenas o caráter sincrônico dos fenômenos sociais sem percebê-los em seu caráter diacrônico.

## A VISÃO DINÂMICA

A idéia de Capital Social, que parte das críticas à abordagem de Putnam, encontrará vazão no debate entre diversos autores que partilham formas alternativas de conceituá-lo, no intuito de abrir caminhos para uma questão prática: a da reaproximação entre a política econômica e a política social. Nesse sentido, os papéis dos atores sociais precisam ser redefinidos e os resultados de algumas pesquisas empíricas virão enriquecer esse debate.

Inicialmente, Woolcock (1998) vem situar o debate sobre Capital Social dentro da teoria econômica, dando mais objetividade à veleidade empolgada de noções que envolvem o conceito. Segundo esse autor, os fatores básicos que amoldam o crescimento econômico eram, entre os economistas clássicos, a terra, o tempo de trabalho e o capital físico, passam a ser, nos anos 60 e 70, o capital humano e, mais recentemente, tornaram-se uma combinação de habilidades e recursos intangíveis, como normas e sistemas de reciprocidade-confiança, cooperação, conhecimento e compromissos tácitos. O fator tecnológico perpassa todas as épocas, adquirindo maior singularidade à medida que potencializa certas características presentes em cada fator. Constata-se, entretanto, que esses fatores tornaram-se cada vez mais transcendentais, gerando maior complexidade no modo de ser das sociedades humanas e exigindo novas formas de organização societal para lidar com a materialidade e imaterialidade das relações socioeconômicas, seus impactos e conseqüências.

Não foi à-toa que, paralelamente ao capital físico e humano, a “nova sociologia econômica” evoluiu e passou a falar em Capital Social, como normas e redes que facilitam a ação coletiva coordenada na promoção do benefício mútuo. A idéia é utilizar recursos coletivos de modo a aumentar a eficiência sistêmica e melhorar o desempenho institucional. As implicações para a teoria e a política do desenvolvimento econômico seriam mais patentes à medida que as pesquisas avancem e percebam de que modo se desenvolve, nutre e sustenta o Capital Social criado. É suficiente desenvolver, nutrir e sustentar Capital Social para que o desenvolvimento econômico aconteça?, pergunta Woolcock.

A literatura consultada sugere que, até o presente momento, houve uma forte diluição desse debate num rol infindo de particularidades enfocadas por cada estudo, promovendo uma extensa variedade de significados para Capital Social, sem que se tenha dado uma atenção crítica mais profunda, inclusive conceitual e ontológica. A tentativa de

Woolcock de agrupar em sete campos substantivos a pesquisa sobre Capital Social, desde a literatura da teoria social e do desenvolvimento econômico, até estudos sobre o comportamento da mocidade e das famílias, o que dá uma idéia do grau de diversificação que o conceito foi adquirindo. O leque de abordagens aberto é assim explicitado:

*“A idéia de capital social também vem se difundindo também com outros nomes: recursos intangíveis (Veblen, 1908), energia social (Hirschman, 1958; Uphoff, 1992; Evans, 1995), capacidade social (Ohkawa and Rosovsky, 1973), sociabilidade (Hirsch, 1976; Fukuyama, 1995), recursos morais (Hirschman, 1984) e laços/redes (Granovetter, 1973; Powell and Smith-Doerr, 1994). Está implícita em estudos de vários “grupos econômicos” (Macaulay, 1963; Leff, 1976; 1978; Ben-Porath, 1980) e, mais recentemente, em inovadores trabalhos de economistas e historiadores econômicos (Abramovitz, 1986; Becker, 1996; Greif, 1993; 1994; Morris, 1995; Platteau, 1994; 1996). Dois grupos de economistas independentes estão atualmente explorando modos de incorporar normas e valores em teorias ortodoxas de crescimento e desempenho organizacional. Ver Bem-Ner e Putterman (1997) e os trabalhos produzidos sob a égide da Fundação MacArthur, que está patrocinando seminários sobre desigualdade, gênero e sobre a evolução dos valores e preferências (Gintis, 1995).” (Woolcock, 1998)*

Dentro dessa “plethora de capitais”, torna-se difícil discernir quais características da vida social constituem algum tipo de capital produtivo, já que a própria idéia de capital é problemática em qualquer contexto particular. Alguns autores, como Baron e Hannan (apud Woolcock, 1998), vêem na idéia de Capital Social assim esboçada, isto é, enquanto capital produtivo comparável ao capital físico e humano, uma maneira limitada de lidar com a questão, visto que a entidade ‘capital’ na sociedade capitalista pressupõe um custo de oportunidade para ser formado/acumulado, o que pode passar a noção equivocada de que em comunidades carentes de capital físico e humano não haveria como construir um Capital Social que promovesse seu desenvolvimento, condenando-as ao atraso. Seria preciso entender Capital Social como um processo de “empoderamento”, isto é, como um processo em que uma coletividade adquire poder à medida que fortalece laços de coesão, capacita-se e habilita-se para promover seu autodesenvolvimento.

Abu-ei-haj (1999) parte de um exemplo bem-sucedido do caráter público e centralizado da política de saúde no Ceará, baseando-se num relatório de pesquisa de campo derivado do estudo sobre Programa Agentes de Saúde do Governo Estadual, em 1994,

coordenado por Tandler e Freedheim. O êxito do programa se deveu, como aponta o estudo, a dois fatores combinados: (i) o governo estadual garantiu autonomia aos agentes de saúde, ao adotar uma linha meritocrática no recrutamento dos mesmos, impermeabilizando o programa do assédio clientelista; (ii) a população se mobilizou para garantir a efetividade do programa, atendendo aos apelos do governo de rejeição das práticas clientelistas. As autoras da pesquisa enfatizam que o papel do Estado foi fundamental para a consecução do programa, gerando um clima de confiança entre as instituições pública e a sociedade, de tal modo, que, à medida que foi se generalizando o sentimento cooperativo, a mortalidade infantil declinou rapidamente. A ação do Estado favoreceu a mudança social e a centralização foi eficaz.

Abu-ei-haj enfatiza que o estudo empírico de Tandler e Freedheim contribuiu preciosamente para o debate “mais importante das duas últimas décadas” sobre as fontes de mudança social, em que a relação entre o público e o privado, aparentemente contraditória e ambígua, pode ser encarada como um fator de convergência híbrida na implementação de políticas públicas bem sucedidas. Ele atribui ao conceito de Capital Social o tema central desse debate e não a simples escolha entre a centralização e descentralização como medida de política pública acertada, já que nem uma, nem outra garante a eficácia da ação governamental.

Ao revisar autores como James Coleman, Peter Evans e Robert Putnam, Abu-ei-haj procura demonstrar como eles trabalharam a idéia da intervenção pública eficaz, aquela que aposta na mobilização dos recursos sociais para promover o bem-estar coletivo. Refere-se a Coleman e seus três capitais em interação (o capital físico-econômico, o capital humano e o capital social) como complementares, contudo, o capital social teria um papel central, qual seja: quanto maiores forem as relações de confiança e reciprocidade em uma comunidade, maior será a probabilidade de otimização do capital físico-econômico e do capital humano.

*“A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos sócio-econômicos e humanos disponíveis.” (Abu-ei-haj, 1999:68)*

Abu-ei-haj, porém, chama a atenção para o determinismo cultural presente na abordagem de Putnam, quando este enfatiza a cultura política e a história particular como as fontes principais do engajamento cívico, trabalhando com a hipótese de que a natureza

diferenciada do associativismo (horizontal ou vertical) foi forjada por especificidades culturais herdadas que acabariam, de uma certa forma, referendando a superioridade ou inferioridade econômica de um país ou região.

A reação neo-institucional à abordagem de Putnam veio com duas objeções<sup>4</sup> bastante consistentes, presentes em Peter Evans e a de Jonathan Fox. Evans questiona a postura metodológica de Putnam de isolar o Estado do cotidiano social, ou seja, o Estado teria mais autonomia quanto mais reforçasse a meritocracia burocrática, já que a sociedade cuidaria de reforçar, por seu lado, as iniciativas coletivas emanadas do associativismo horizontal. Sendo assim, ambos, Estado e sociedade, elevariam o potencial transformador e valorizariam o bem-estar geral da sociedade ao preservarem sua independência.

Na verdade, a ausência de horizontalidade social nos países em desenvolvimento está ligada ao desprezo político demonstrado freqüentemente pelos regimes autoritários a iniciativas da sociedade civil organizada. Esse é o aspecto reforçado na crítica de Jonathan Fox, ao estudar o associativismo horizontal no México. As observações de Fox ressaltam que parte significativa das iniciativas associativistas autônomas de caráter horizontal são reprimidas pelas elites corruptas, concluindo

*“que sociedades dominadas por poderes públicos clientelistas, autoritários e coercitivos não somente impedem a mobilização coletiva local, mas também bloqueiam a generalização de experiências bem-sucedidas” (apud Abu-ei-haj, 1999:71).*

O capital social existente esvaece ou nunca é formado nesse processo, é uma situação de desequilíbrio social congênito. Para enfrentar esse dilema, Evans e Fox vêem o Estado, ocupado por lideranças reformistas, como o ator que, em última instância, vai reanimar os potenciais participativos e mobilizar os recursos sociais para que tenham sucesso as iniciativas da sociedade civil. Portanto, o Estado deve estar inserido no cotidiano social porque é parte substancial do potencial transformador e é a arena para onde convergem as demandas sociais. O poder e o caráter da intervenção do Estado atuam moldando a interação social e determinando a amplitude do espaço público.

---

<sup>4</sup> Ver Abu-ei-haj, 1999.

Abu-ei-haj entende também que uma polarização entre duas visões: a do **culturalismo**, em que a herança sócio-histórica é determinante da riqueza ou pobreza do capital social; e a do **ativismo institucional**, em que a intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social. Qual das duas estaria correta? A que prega a autonomia da sociedade ou a do Estado? O que Evans vai sugerir é que o Estado, além de regulador da interação social, seria um mobilizador ativo do capital social, baseado na hipótese de que o poder de auto-organização coletiva é essencialmente desigual. A mudança social se efetivaria no momento em que o Estado passasse da regulamentação para a ação, expondo-se aos interesses organizados da sociedade. A partir daí, Evans vem fornecer uma contribuição importante à economia política do desenvolvimento: a idéia de **autonomia inserida**, uma combinação contraditória entre coesão interna e inserção social do Estado.

Desse modo, haveria uma causalidade entre o caráter da intervenção pública e o da decisão política e entre o poder político efetivo e a condução das políticas públicas, ao que acrescentamos também: a causalidade entre o projeto de sociedade e o projeto de desenvolvimento. E por mais que valha uma burocracia competente e coesa, a importância da autonomia do Estado não está condicionada estritamente à sua defesa, mas exposta ao ataque, que é, em essência, a sua politização.

O debate nos leva a pensar o Estado como um ator central, mas que divide essa centralidade com outro ator, igualmente importante, a sociedade civil, que o gera com todas as suas imperfeições e contradições. Como nos mostra Kliksberg (1998 e 2000), o “Estado desejável” não pode considerar o seu tamanho (mínimo ou máximo) como uma questão fundamental, mas sim se existe um denominador comum entre uma política de Estado e uma política social, se essas duas faces estão visceralmente identificadas e imbricadas. Havendo tal identificação e imbricação, supõe-se que haverá o compromisso em cumprir funções históricas imprescindíveis (promover o desenvolvimento) e a capacidade institucional para praticar uma ativa política de investimento social (desenvolver o provimento).

A idéia de Capital Social também estendeu-se para analisar a realidade latino-americana, através de vários estudos empíricos como, por exemplo, as experiências da Vila de “El Salvador”, no Peru, as Feiras de consumo familiar, na Venezuela e o Orçamento

participativo, no Brasil, reconhecidas, nacional e internacionalmente, como práticas sociais de grande êxito na ampliação e no redesenho do espaço público<sup>5</sup>.

A *Villa El Salvador* é um caso de ocupação de terras públicas nas imediações de Lima, em 1971, por 50 mil pobres, que é criada após intensas negociações e conflitos com o governo e autoridades públicas. A Vila tornou-se município em 1986 e obteve um crescimento populacional surpreendente, possuindo atualmente cerca de 300 mil habitantes. Suas particularidades vão desde o plano urbanístico diferenciado, descentralizado e de estilo comunitário de convivência, até uma estrutura organizacional própria, CUAVES (um centro comunitário), que possui 4.000 unidades organizacionais para resolver problemas de toda ordem e gerir todos os assuntos da comunidade.

Freqüentemente, o contexto macroeconômico é mencionado como a explicação de muitos fracassos, mas quando esse mesmo contexto é subvertido e não se sustenta na análise, fica mais fácil dizer que se trata de um caso atípico. Talvez o máximo que se consiga dizer é que “poderia ter sido melhor” do que foi. No caso de Vila El Salvador, contudo, esse argumento não se aplica. No início dos anos 70, a crise do petróleo, e nos anos 80, a crise da dívida externa dos países endividados, até pelo impacto que tiveram e pela herança que deixaram, seguramente, não podem simplesmente servir de motivo para se dizer que o que se conseguiu em Vila El Salvador “poderia ter sido melhor”. A resposta de Kliksberg é: existem elementos invisíveis que explicam, eles estão inseridos no conceito de Capital Social.

Kliksberg se baseia nos elementos da cultura peruana como fonte do capital social, são eles: (i) os camponeses despossuídos da serra peruana, que constituíam a maior parcela da população, levavam consigo a cultura e a tradição indígena e uma milenar experiência histórica de cooperação, trabalho comunitário e solidariedade, os quais facilitaram a montagem de uma extensa organização participativa; (ii) a importância do trabalho coletivo como meio de buscar soluções foi uma visão fundada na cultura dos primeiros ocupantes da área, tornando-se fundamental para o desenvolvimento da Vila. O autor frisa que, de ocupante, aquele povo se tornou construtor de sua cidade, pois ao criar a Vila de El Salvador e desenvolvê-la, criaram-se a si mesmo.

---

<sup>5</sup> Ver Kliksberg (1999).

Já na Venezuela, o Estado de Lara é o que possui maior presença de organizações cooperativas. Em 1994, haviam 85 cooperativas, 36 delas de serviços múltiplos, e uma densa rede de organizações governamentais, mais de 3.500, inúmeras associações de moradores e outras formas de organização social. Essa é uma das evidências principais da existência de Capital Social, a vitalidade do tecido social. Podemos dizer que situações como essa se concretizaram a partir de uma experiência em particular, a das Feiras de consumo popular da cidade venezuelana de Barquisimeto, iniciada em 1983, com o objetivo baratear o custo dos produtos alimentícios para as populações carentes. As Feiras estão formalmente vinculadas à Central Cooperativa do Estado de Lara (CECOSESELA), da qual participam grupos de produtores, associações de consumidores e pequenas empresas de autogestão.

*“Baseado nesses valores, o desenho organizacional adotado parece haver desempenhado um papel decisivo nos resultados alcançados. Está centrado em princípios como a participação ativa de todos os integrantes da organização, a comunicação fluida, a análise e aprendizagem conjuntas e a rotação contínuas de tarefas.” (Kliksberg, 1999:94 – tradução livre do autor)*

Dessa maneira inovadora, as feiras têm resistido a todos os prognósticos de que dificilmente poderiam enfrentar o rigor e o furor do mercado, mas, ao contrário, assumiram uma posição de liderança nesse mercado, regulando os preços, e têm servido de inspiração para reproduzir-se em várias cidades venezuelanas. Realizam, desse modo, o projeto coletivo em um empreendimento eficiente no sentido schumpeteriano<sup>6</sup>, útil em seu aspecto social, atraente como meio de vida e, no seu estilo solidário de gestão, tem se constituído numa concepção das mais promissoras e aceitas de Capital Social.

No Brasil, o orçamento participativo tem se traduzido numa das mais relevantes experiências de gestão governamental, em que se pode compartilhar o poder com a sociedade numa questão considerada tão técnica e delicada como o orçamento público. Como esta experiência é mais conhecida no Brasil, não a descreveremos como as outras, apenas ressaltaremos sua importância para a consolidação do Capital Social. A cultura associativa preexistente foi o cimento essencial da participação das pessoas, assim como a superação da

---

<sup>6</sup> A eficiência schumpeteriana (ref. à obra do economista austríaco Joseph Scumpeter) é aquela que tem “a capacidade de controlar o progresso técnico em favor do desenvolvimento social”. Ver Sachs, 1999.

falsa oposição entre Estado e Sociedade Civil, principalmente quando a vontade política de um governante foi um elemento decisivo na superação dos esquemas de manutenção e concentração do poder.

Outro estudo de caso, o das comunidades rurais de Chiquimula, situadas na região oriental da Guatemala, é tratado por Durston (1999) a partir da aplicação, na década de 90, durante sete anos, do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores de Zacapa e Chiquimula (PROZACHI), com o objetivo de incrementar o acesso dos camponeses a formas sustentáveis de desenvolvimento econômico, ecológico e institucional, através de uma estratégia de superação da pobreza centrada na democratização do crédito bancário, na assistência técnica contínua e na assessoria profissional permanente.

As atividades do PROZACHI foram iniciadas em 1991 e dirigidas a 5.000 famílias de camponeses, em 130 aldeias e vilarejos, as quais careciam de organizações de base, já que as existentes eram alguns comitês cívicos que abrigavam beneficiários passivos de organizações caridosas. Esse frágil tecido organizacional gerava desconfiança e pessimismo entre funcionários do PROZACHI. O problema que tinham era: como promover a participação dos beneficiários na tomada de decisões? O caminho adotado para solucioná-lo foi aberto quando perceberam que o padrão de assentamento humano de aldeias dispersas era baseado em laços consangüíneos ou “grupos locais de ascendência” (redes de parentes e vizinhança que compartilham o mesmo sentimento de pertença), situação que ensejou o fortalecimento de laços interpessoais baseados na cooperação e confiança tanto horizontal quanto vertical<sup>7</sup>.

Tomando por referência esse tipo de organização social encontrada no território, foi que se aplicou um método de planificação participativa, desenhado a partir de um sistema de Grupos-Núcleos, para determinar as necessidades e prioridades do PROZACHI. Foram escolhidos 40 promotores (agentes) de desenvolvimento rural que atuariam de casa em casa promovendo os benefícios da participação (mobilizando os moradores). Cada grupo possuía um líder que servia de elo entre o grupo e o programa e também para moderar reuniões. Foram criados 400 Grupos Núcleo, inicialmente, crescendo para 525 em 1992 e chegando a 3.676 (!) em 1994. Após 3 anos de funcionamento do programa, propuseram a criação de uma instância

---

<sup>7</sup> Durston nos informa que nos grupos locais de ascendência os recém casados iam morar próximo aos pais do marido, mantendo fortes os laços de parentesco como mecanismo de proteção social.

de coordenação maior, entre aldeias, para tornar o trabalho mais eficiente. Formaram os conselhos comunitários, cerca de 100, e oito comitês municipais. E, em 1998, foi criada uma associação regional de representantes dessas organizações cuja missão era discutir e priorizar políticas de desenvolvimento rural.

*“O que parece mais importante é que 56% destas organizações comunitárias foram avaliadas como média ou altamente autônomas em sua gestão.” (Durston, 1999:108 – tradução livre do autor)*

Durston aponta os fatores que levaram à formação do Capital Social em Chiquimula e que negam veementemente a tese dos equilíbrios sociais estáveis de Putnam, a qual considerava improvável que em poucas décadas se construísse capital social em regiões denominadas por ele como não-cívicas. Os fatores foram:

- (a) A **presença dos grupos locais de ascendência** como repositórios de relações de reciprocidade;
- (b) A **identidade compartilhada** como elemento de coesão social (mesma raiz cultural, linguagem comum, condição camponesa comum, pertencimento a uma mesma comunidade e a um mesmo território);
- (c) A **memória histórica** como referência condicional da participação organizada. Para entender, citamos o autor:

*“Nos anos 60, a Missão Belga da Igreja Católica criou várias cooperativas agrícolas e comitês de promoção de infra-estrutura social nas mesmas comunidades que foram visitadas pelo PROZACHI três décadas mais tarde. Tais organizações, reprimidas em finais dos anos 60, foram recordadas pelos camponeses nas novas organizações promovidas pelo PROZACHI.” (Durston, 1999:109 – tradução livre do autor)*

- (d) A **redução da repressão** como referência estrutural da participação organizada (fim dos regimes autoritários, principalmente);
- (e) A **capacitação/habilitação das mulheres camponesas** como forma de fortalecimento do processo de autodiagnóstico e de democratização de lideranças sociais no campo (movimento de mulheres, grupos produtivos femininos, participação comunitária ativa da mulher);

- (f) A **interação entre os camponeses e os promotores do desenvolvimento rural** como processo de conversão participante (o laço pessoal com o outro é visto como possibilidade de construção de laços coletivos).

Foram esses fatores que contribuíram, segundo Durston, para a formação de Capital Social em Chiquimula, os quais materializaram-se através do PROZACHI, na capacitação organizacional, e do *Fondo de Inversión Social* (FIS), no fornecimento de infraestrutura social física (estradas, escolas e centro de saúde) às comunidades rurais. O resultado de tal participação organizada e articulada foi proporcionar, aos camponeses, capacitação para elaborar diagnósticos, para melhorar a comunicação e para gerir o planejamento participativo; também criou oportunidades para se fazer uso de novas habilidades e associações de Capital Social, a fim de obterem benefícios materiais imediatos do PROZACHI e do FIS; e, finalmente, proteção às embrionárias instituições camponesas de Capital Social Comunitário, por intermédio das estruturas do PROZACHI e do FIS, do predomínio do clientelismo autoritário e da ameaça de atores locais hostis, em algumas áreas.

Em Chiquimula, três fatores, dos seis elencados (de “a” a “f”), foram fundamentais: a existência de formas de reciprocidade na cultura campesina; o surgimento de um clima propício à construção de um ator social camponês; e a internalização de capacidades de autogestão comunitária. Durston conclui que:

*“em alguns casos, as capacidades de autogestão e de participação política são desenvolvidas pelas próprias comunidades, sem maior apoio externo. Porém, a dupla função dos agentes externos — como provedores das metodologias disponíveis neste campo e como ‘guarda-chuva’ protetor durante a fase de construção de um ator social novo no cenário microrregional — é essencial para que o capital social camponês se desenvolva com rapidez e segurança.” (Durston, 1999:111 – tradução livre do autor) (grifo nosso)*

Como vemos, a experiência de Chiquimula revela uma maneira ao mesmo tempo extrínseca (semi-clientelismo) e intrínseca (grupos locais de ascendência) na formação de Capital Social, caracterizando a diversidade e a dinâmica da experiência. Tais elementos extrínsecos e intrínsecos modificam inteiramente a gênese do Capital Social: ao invés de ser subproduto das relações sociais (indiferente à causa que o fez), ele foi indutor da mudança social (ao ser mobilizado, fez-se causa).

O Capital Social, portanto, deixa de estar subordinado, exclusivamente, à trajetória histórico-cultural e passa a promover trajetórias diversas de mudança social, gerando alternativas e, por conseguinte, oportunidades de desenvolvimento; gerando escolhas e, por conseguinte, escala de participação organizada; e, finalmente, gerando investimento social e, por conseguinte, sustentabilidade dinâmica do território. É essa condição dinâmica do capital social que será explorada na seção seguinte.

## 1.2. CAPITAL SOCIAL: DA CONSTRUÇÃO EMPÍRICA À RECONSTRUÇÃO TEÓRICA

Na análise do artigo seminal de Michael Woolcock (1999) pudemos constatar que entender o conceito de Capital Social a partir de bases empíricas é vital, entretanto, para reconstruí-lo teoricamente, e até para tratá-lo como um novo paradigma, como propôs Durston (1999), faz-se mister compreender a história intelectual do mesmo. A primeira tarefa a que se predispôs Woolcock foi identificar quatro fragilidades/preocupações teóricas e empíricas derivadas do uso indiscriminado e pouco crítico da idéia de Capital Social, são elas:

1. **Um único termo, Capital Social, é inadequado para explicar o alcance de certas situações empíricas.** A idéia de Capital Social como se a apresenta na teoria da escolha racional (a informação plena: agentes econômicos bem informados constituem um recurso potencial para gerar benefícios mútuos), na abordagem de Coleman (na ausência de conflitos, os indivíduos percebem que há o interesse comum de cooperar), na abordagem de durkheimianos (os elementos não-contratuais de um contrato) e nas abordagens das redes/cadeias (os laços sociais não-rationais), revelam vários conceitos e dimensões do Capital Social. Pode ser racional, pré-racional e até não-racional, mas o que Capital Social não é?, pergunta Woolcock. Um único termo acaba explicando o muito pelo muito pouco e sendo impreciso.
2. **Impossibilidade de distinguir se o Capital Social é fonte ou conseqüência da ação coletiva.** A idéia de Capital Social como se a apresenta nos neo-weberianos, como Rueschemeyer e Evans (fundações não-burocráticas de funcionamento burocrático caracterizadas pela combinação de laços e normas que se estabelecem entre os indivíduos em grandes organizações) e como Granovetter e Wilson (indivíduos unidos em ‘reinos’ institucionais diferentes); como se apresenta também na abordagem menos recente de

Hirschman (recursos morais), de Fukuyama (confiança) e de Bourdieu (a cultura, definindo e reforçando os limites do grupo), leva Woolcock a questionar se, no que tange ao aspecto da infra-estrutura econômica e do conteúdo das relações sociais, o Capital Social é meio (concreção visível) ou mensagem (concreção invisível), ou ambos? Se definido pela sua função, torna-se impossível separar o que é do que faz (Edwards e Foley, 1997; apud Woolcock, 1998). Seja produzido espontaneamente pela sociedade, ou seja um subproduto do empenho coletivo, constitui-se do mesmo jeito num bem público (Portes e Landolt, 1996; apud Woolcock, 1998). Se tais propriedades do Capital Social, fonte ou consequência de ações coletivas, são mutuamente dependentes, então ele é uma entidade dinâmica e não estática. Mesmo assim, os benefícios emanados (pela fonte, sua origem) e reforçados (pela consequência, seu uso) podem não ser suficientes para outras formas mais complexas de troca.

**3. A idéia de Capital Social pode justificar medidas de políticas públicas contraditórias.**

Derivada das duas primeiras, essa fragilidade/preocupação explícita, em parte, por que defensores de pontos de vista diferentes e até divergentes acabaram por se encantar pelo conceito de Capital Social e abriram um amplo espectro de significados e dimensões. Woolcock também enfoca uma das mais importantes dimensões desse debate, a relação entre Estado e Sociedade. Separa entre os que pretendem demonstrar que essa relação é um jogo soma-zero (frente às instituições estatais, as não-estatais minguam), soma-negativa (o Estado como destruidor de Capital Social) e soma-positiva (o Estado corrige falhas de mercado e garante a ordem social). Essas seriam abordagens politicamente comprometidas com uma visão conservadora-liberal, situando o papel mediador e coadjuvante das iniciativas locais da sociedade civil num horizonte muito estreito, ou seja, as mesmas seriam relevantes apenas ao substituírem, de forma compensatória, a intervenção do Estado, através de associações voluntárias, tendo a cultura como fonte principal do Capital Social. Por essa visão, as iniciativas de desenvolvimento em regiões empobrecidas teriam obstáculos maiores a superar porque a relação público-privado, Estado e Sociedade, não conseguiria gerar complementaridades mutuamente benéficas, uma vez que a ausência de uma cultura propícia à participação e à formação de parcerias é um fator limitante fundamental.

4. **A idéia de Capital Social suaviza aspectos negativos associados a ela.** A idéia de que o Capital Social, ao contrário do capital físico e humano, aumenta com o uso, faz crer que a simples maximização leve a uma melhoria significativa do desempenho econômico de uma sociedade. Além de esbarrar nos grupos de interesse, esbarra também nas insuficiências da comunidade étnica, em termos de tamanho e heterogeneidade, para atender a uma estrutura econômica mais complexa. Para Woolcock (1998),

*“Esse constatação, apoia-se na visão de que o capital social gera, simultaneamente, benefícios e custos e que os grupos sociais podem ter muito ou pouco de capital social, em termos do montante requerido para a troca econômica eficiente, e que as fontes do capital social, para sustentar a troca econômica, num determinado momento, podem se deslocar na medida em que as transações se tornam mais ou menos complexas. De modo geral, isto sugere que possam existir diferentes tipos de capital social, e que, coletivamente, esses recursos podem até ser otimizados, mas não maximizados.” (Tradução livre do autor)*

Do mesmo modo que custos altos e benefícios insuficientes funcionam como barreiras à entrada, a maximização do Capital Social não depende, exclusivamente, do uso eficiente dos recursos imateriais de uma comunidade ou grupo, mas da capacidade da comunidade ou grupo em otimizar seus recursos coletivos para além da comunidade e do grupo. A ação dos grupos de interesse e as limitações das comunidades étnicas são um obstáculo de partida para a generalização do capital social, pois as relações sociais na sociedade moderna ganham cada vez mais complexidade, o que torna muitas vezes inviável a maximização do Capital Social.

A conclusão que Woolcock chega em relação a essas fragilidades/preocupações é de que ainda não é completamente possível deslindar o conceito de Capital Social. No entanto, com base nas quatro preocupações supracitadas, o autor propõe encarar tal conceito em sua diversidade de níveis, dimensões e situações que resultam de desempenhos socioeconômicos distintos, associados a combinações favoráveis ou desfavoráveis de ações coletivas. Ressalta que a pré-condição para ir desvendando e solucionando os assuntos relacionados a tal proposição é ter um entendimento dinâmico e não estático de Capital Social. Faz, assim, um convite ao exame minucioso da história intelectual do Capital Social e à procura de lições empíricas que tratem das suas várias dimensões, níveis e condições.

Ressaltamos, a seguir, como algumas dimensões do conceito de Capital Social trazem aspectos interessantes sobre a construção empírica do mesmo, o que deverá nos levar a uma síntese dos estudos de caso, mencionados na seção anterior.

## AS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL

### 1 - CULTURAL

Kliksberg (1999) argumenta que o hiato existente entre economia e cultura tem implicações sobre o processo de desenvolvimento à medida que a atividade cultural é tratada de forma secundária, como atividade dispendiosa e com alto custo de oportunidade. Para esse autor, as dimensões culturais do desenvolvimento devem ser ressaltadas para que se construa uma visão do desenvolvimento mais ampla e integral, face à crise do pensamento econômico convencional. A cultura<sup>8</sup> é parte importante do Capital Social, como pôde ser constatado nas experiências brevemente descritas neste capítulo. As potencialidades da cultura podem ser consideradas no processo de desenvolvimento, a partir de:

- Políticas sociais de combate à pobreza.
  - Os saberes acumulados, as tradições, os modos de vínculo com a natureza e as capacidades naturais de auto-organização, são de grande valia para as populações pobres, pois são suas dotações iniciais. Ou seja, por não possuírem bens tangíveis (riqueza material), essas populações têm como único meio de entrada no processo de desenvolvimento seus valores, que se constituem em bens intangíveis (riqueza cultural), os quais vão reforçando a capacidade de realização social pelo autodesenvolvimento.
- Esforços de integração social.
  - A democratização cultural, através da criação de espaços de vivência e convivência acessíveis aos setores mais desfavorecidos, pode abrir canais de integração social. A integração social se dá no plano educativo (a formação informal complementa e reforça a educação formal), no plano da segurança e da integridade física e moral (a cultura

---

<sup>8</sup> Como nos informa Kliksberg (1999:98): “A cultura pode ser um instrumento formidável de progresso econômico e social. Sem embargo, aí não se esgota sua identidade. Não é um mero instrumento. O

fornece alternativas de merecimento social e crescimento pessoal), no plano familiar (forma mais básica de integração social, a cultura estimula os laços familiares como necessidade afetiva e espiritual).

- Novos valores sustentáveis.

- A cultura é a dimensão através da qual uma sociedade gera valores e transmite-os de geração em geração. Os valores e a participação cívica vão modelando uma identidade cultural, a qual orienta os compromissos amplos da comunidade para consigo mesma e com o mundo, subsidiando-a continuamente nesse processo de integração-interação.

## 2 - PARTICIPATIVA

Para Santiso (2000), anterior à aplicação de projetos de desenvolvimento, está a idéia de envolvimento nos projetos/programas formulados dos beneficiários ou destinatários, passando-os da condição de beneficiário passivo do desenvolvimento para o de sujeitos do desenvolvimento. Assim, é preciso envolver dinamicamente e participativamente os destinatários/beneficiários na implementação dos programas de desenvolvimento e, inclusive, envolvê-los também no processo de desenho (ex ante) e de controle e avaliação dos programas (ex post). Permite-se, desse modo, planejar, de forma participativa e inserida, um processo compartilhado de aprendizagem na prática, tanto ativa como retroativamente.

O respeito ao processo de participação se dá em seus três tempos: um, elaboração de uma agenda de prioridades; dois, gestão das atividades e suas seqüências; e, três, avaliação dos êxitos, erros e omissões. Esse processo envolve muita argumentação e negociação. A finalidade é assegurar uma participação qualificada dos destinatários/beneficiários, para que o desenvolvimento realmente os atinja (seja includente para eles e por causa deles) e não somente aos intermediários (seja includente apenas para um grupo e dependa unicamente desse grupo).

Os sistemas ou modelos de participação, considerando seus três tempos (prioridades, gestão e avaliação), e também a voz ativa dos destinatários/beneficiários, são elementos fundamentais para que se limite a saída dos cidadãos desse processo (a deserção),

---

desenvolvimento cultural das sociedades é um fim em si mesmo, e avançar neste campo significa enriquecer espiritual e historicamente a uma sociedade e seus indivíduos.” (Tradução livre do autor)

permitindo a consolidação da lealdade e da confiança; da mesma forma, ao invés de só limitar a saída, deve-se favorecer a entrada (a inclusão), para que se ampliem as oportunidades de autodesenvolvimento (de si mesmo e da comunidade), como, por exemplo, tornando acessível o crédito através da criação de instituições de microfinança, entre outros. A questão é não deixar faltar luz no fim do túnel, pois ela manterá acesa *“uma fagulha de esperança no coração e um pouco de respeito pela vida na mente”*.

### 3 - COMUNITÁRIA

Durston (2000) propõe o exame de uma forma particular de Capital Social, cuja construção tem o propósito de superar a pobreza e a exclusão política de comunidades rurais na América Latina. Sua posição é a mais diferenciada porque ela se contrapõe diretamente à visão pessimista de Putnam (1996), qual seja: a de que haveriam mecanismos retroalimentadores reforçando as normas e as características das organizações sociais existentes, levando-as a formas de participação e cooperação mais lentas, como no caso de sociedades que carecem de Capital Social Cívico.

O conceito específico de Capital Social Comunitário refere-se a uma forma de institucionalidade social (um recurso coletivo) cujo objetivo explícito ou implícito é alcançar o bem comum<sup>9</sup>, constituindo-se de normas, práticas e relações interpessoais observadas e observáveis (relações informais dentro e fora das instituições formais). Haveriam cinco bases de construção do Capital Social Comunitário:

- (a) Reciprocidade vertical: as comunidades camponesas sempre se referenciam em lideranças personalistas fortes (geralmente, um membro mais velho), com capacidade de negociação e mobilização interna e externa. Essas lideranças atuariam como “empresários” do Capital Social e exerceriam uma influência fundamental na formação/articulação de grupos participativos localmente organizados, como também na extensão dos laços comunitários vigentes nesses grupos ao âmbito do município e da região, aumentando a escala de organização social.

---

<sup>9</sup> Durston alerta para o fato de que o bem comum nem sempre é alcançável e esse Capital Social Comunitário pode existir, mas não consistir, efetivamente, com a expectativa dos atores sociais envolvidos, gerando efeitos contrários ao preconizado no caso de ocorrerem práticas comunitárias excludentes, que não respeitem direitos fundamentais.

- (b) Semi-clientelismo<sup>10</sup>: o apoio externo continuado funcionaria como um sustentáculo ao Capital Social Comunitário incipiente. Em função da existência de uma estrutura social rígida comandada pelo clientelismo autoritário (caciquismo, coronelismo, etc.) e seus mandatários encerrados no poder municipal, o semi-clientelismo marca a forma de relação entre os agentes externos, promotores dos programas, e a comunidade, beneficiária dos programas. Sem se utilizar da coação, mas do convencimento, o semi-clientelismo promove seus próprios interesses através da provisão de serviços a seus clientes ou ganha o apoio político destes em uma causa compartilhada e negociada. Genericamente, ONG's, Fundações, Programas de Governos e demais instituições formais de apoio ao desenvolvimento podem ser consideradas agências externas de semi-clientelismo, exercendo uma reciprocidade verticalizada à medida que os dirigentes/funcionários: identificam-se com os beneficiários e promovem relações verticais mais democráticas; facilitam o acesso dos beneficiários a recursos públicos e a aliados políticos reformistas; atuam para potencializar a transformação da reciprocidade e da identidade locais em Capital Social Comunitário; e aproveitam as brechas da crise de governabilidade ou da ausência de políticas sociais para estabelecerem um “guarda-chuva” protetor do Capital Social embrionário.
- (c) Repertórios culturais optativos: muitas opções alternativas encontram-se submersas em uma estrutura social rígida (regimes de exceção e clientelismo autoritário), mas elas ressurgem quando mudam as condições políticas que mantinham a rigidez. Um repertório cultural amplo baseia-se em normas de autonomia e de responsabilidade recíproca que são levadas à cabo pelas lideranças comunitárias na relação entre parentes e vizinhos e são um ponto de referência essencial na vida de uma comunidade. O (res)surgimento de repertórios culturais alternativos pode ser determinante em processos de mudança mais rápidos, tanto nas normas de cooperação quanto na estrutura social, fortalecendo o Capital Social Comunitário.
- (d) Coevolução de estratégias: as estratégias de sobrevivência/convivência dos atores sociais co-evoluem constantemente, de forma lenta ou rápida. Tanto as relações como as

---

<sup>10</sup> Essa idéia foi esboçada por Fox, 1996 (apud Durston, 1999). O semi-clientelismo é uma característica política da fase de transição entre o clientelismo autoritário e a autonomia inserida.

instituições sociais emergem desta co-evolução e jamais tendem naturalmente ao equilíbrio.

- (e) Etapas na evolução de estratégias sociais: 1ª - Mudança lenta e clientelismo autoritário: ausência de participação; 2ª - Transição incipiente: coincide com a fase inicial de um Programa, a capacitação; 3ª - Evolução simultânea e acelerada das estratégias dos atores: criação de comitês, conselhos, infra-estrutura, participação intensificada; e 4ª - Surgimento do semi-clientelismo: aumento da escala organizacional, dependendo ainda do apoio dos agentes externos.

Essas três dimensões do Capital Social (Cultural, Participativa e Comunitária) compreendem um elenco viável e consistente de argumentos à respeito da construção empírica do conceito de Capital Social, aplicável à realidade latino-americana em geral e ao desenvolvimento rural em particular. Mesmo considerando que, entre tais dimensões, não há uma teoria unificada que integre os diversos campos do conhecimento nelas imersos, isso não desabona a importância central que pode vir a assumir o processo de construção do Capital Social em regiões de extrema desigualdade política, social e econômica, já que todo processo dinâmico envolve incerteza.

#### CONSTRUCTOS TEÓRICOS

Woolcock (1998), contudo, trata da questão mais teórica do Capital Social, tentando uma “armação” de política mais consistente e coerente com o pensamento sociológico clássico. Fazer uma história intelectual do Capital Social com esse propósito, sugerido pelo trabalho de Portes e Sensenbrenner, *Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action*, de 1993, é o que se propõe ao referir-se a quatro tipos de Capitais Sociais derivados da sociologia clássica (Marx-Engels, Simmel, Durkheim-Parsons e Weber). A saber:

1. Do pensamento de Marx e Engels, vem a noção de *bounded solidarity* (‘solidariedade obrigada’), expressando que as circunstâncias adversas podem agir como uma fonte de coesão social.

2. Do pensamento de Simmel, vem a noção de *reciprocity transactions* ('transações de reciprocidade'), expressando normas e obrigações sociais que emergem de cadeias personalizadas de troca.
3. Do pensamento de Durkheim e Parsons, vem a noção de *value introjection* ('introjeção de valores'), expressando a idéia de estima, imperativos morais e compromissos (tácitos ou não) que precedem relações contratuais e informam metas individuais diferentes daquelas estritamente instrumentais.
4. Do pensamento de Weber, vem a noção de *enforceable trust* ('confiança reforçada'), expressando as iniciativas das instituições formais e grupos particulares em assegurar o consenso interno, através do estabelecimento de instrumentos legais/rationais e da busca de uma unidade substantiva/social.

A sugestão de Woolcock é estender as perspicácias dos sociólogos clássicos à exploração sistemática, na pesquisa contemporânea, de uma "armação" conceitual mais rigorosa e coerente, que incorpore a idéia de Capital Social à teoria e política do desenvolvimento econômico.

Segundo ainda esse autor, também a contribuição da "nova sociologia econômica" para a política de desenvolvimento econômico nas últimas duas décadas, 80 e 90, pode ser vista como um aporte teórico enriquecedor, consistente e coerente, na medida em que uma série de pesquisas empíricas acabaram por inspirar a idéia de Capital Social. Essa "nova sociologia" se divide em duas literaturas distintas: a 'comercialidade' étnica (*ethnic entrepreneurship studies*) e o institucionalismo comparativo (*comparative institutionalist studies*), que correspondem, respectivamente, no nível micro (o grupo, a comunidade, a localidade) e no nível macro (a relação Estado-Sociedade) à abordagem do Capital Social. Seria possível, a partir de tal literatura, tentar esboçar uma Teoria e Política do Capital Social, agrupando as perspicácias teórico-empíricas de autores como Ivan Light, Alejandro Portes e Roger Waldinger, para a 'comercialidade' étnica e Robert Bates, Alice Amsden, Peter Evans e Robert Wade, para o institucionalismo comparativo.

As abordagens desses autores trariam a centralidade de dois conceitos-chave, *embeddedness* e *autonomy*, que se referem a formas distintas e complementares de Capital

Social. O termo *embeddedness* foi traduzido como “enredamento”<sup>11</sup>, mas o manteremos no inglês para enfatizarmos, não somente a forma (de rede), mas o conteúdo (de coesão) da relação social complexa envolvida. O conceito de *autonomy* (autonomia), refere-se a presença ou a ausência de um jogo complementar de laços sociais autônomos que influi na decisão dos atores e, por conseguinte, na composição dos custos e na extensão dos benefícios de uma política de desenvolvimento. Aqui, nossa preocupação é com os fenômenos sociais capazes de gerar uma ordem menos excludente, no sentido de assumir que certas particularidades da estrutura social, das relações interpessoais e da dinâmica das redes políticas informais podem atuar como vetores da inclusão social.

A idéia de incorporar relações sociais autônomas à análise tanto no nível micro como no macro, é exposta da seguinte maneira por Woolcock (1998):

*“De modo a superar os numerosos problemas de ação coletiva que surgem quando se coordena a busca de resultados ‘desenvolvimentistas’ (por oposição a predatório, oportunista ou outros ineficientes), os atores — e os grupos aos quais eles pertençam — tinham que ser capazes de se apoiar tanto em laços sociais ‘autônomos’ com em laços sociais inerentes à comunidade.” (Tradução livre do autor)*

Woolcock (1998), no entanto, ressalta que o emprego do *embeddedness* e da autonomia tanto no nível micro como no macro não se dá da mesma forma, sendo necessário uma síntese da noção de Capital Social em cada um desses níveis. Os próprios estudos da ‘comercialidade’ étnica e do institucionalismo comparativo, sobre os aspectos positivos e negativos da formação de Capital Social em comunidades localizadas, demonstram que as relações sociais ali presentes precisam ser dinamizadas para acomodar trocas econômicas mais complexas. Certas limitações conceituais e empíricas da comercialidade étnica e do institucionalismo comparativo não serão apreciadas mais detidamente, contudo, esse autor enfatiza que é de fundamental importância conceber a idéia de Capital Social em diversos níveis da sociedade, particularmente no exame dos dilemas coletivos em países subdesenvolvidos.

No nível micro, o *embeddedness* pode ser associado à idéia de integração (até que ponto laços sociais de confiança se estendem dentro de uma comunidade particular) e a

---

<sup>11</sup> Ver Monastério, 2000.

autonomia pode ser associada à de encadeamento (até que ponto a confiança generalizada baseada nesses laços sociais transcendem uma comunidade particular). No nível macro, o *embeddednes* pode ser associado à idéias de sinergia<sup>12</sup> (relações entre Estado e Sociedade) e a autonomia pode ser associada à de integridade organizacional (capacidade, competência e coerência institucional).

Temos, então, quatro dimensões de Capital Social para cada nível. Os dois níveis (micro e macro) internalizam formas diferentes de combinação das dimensões do Capital Social para responderem por um determinado patamar de desenvolvimento econômico. Essas combinações vão desde a ausência de todas as dimensões, combinação chamada de ‘individualismo anárquico’, até a presença de todas as dimensões, combinação chamada de ‘autonomia beneficente’. Contudo, tais combinações não garantem que se obtenha um resultado positivo na execução de políticas de desenvolvimento, já que a mesma dimensão de Capital Social pode levar a resultados de desenvolvimento bastante diferentes.

A discussão de Woolcock sobre os dilemas do desenvolvimento nos níveis macro e micro é um convite à reflexão sobre a diversidade de resultados a considerar, tanto na dimensão de global como local do desenvolvimento. Ele identifica o alcance lógico dos possíveis resultados do ‘individualismo anárquico’, ausente das quatro dimensões do Capital Social, à ‘autonomia beneficente’, com todas as quatro dimensões de Capital Social presentes. Estes dois, são extremos possíveis da relação Estado-Sociedade. A implicação mais importante desta discussão é que ela ajuda a identificar a fonte de alguma política vexatória de desenvolvimento econômico, para daí propor uma intervenção de agências externas que poderiam atuar de forma positiva na vida de bilhões de pessoas, que vivem em situação de pobreza e miséria.

Dessas observações podemos dizer que:

- O Capital Social se tornou um conceito da sociologia econômica bastante influente na última década, mas é conveniente que se faça uma crítica séria a respeito do mesmo, para que haja um maior refinamento das abordagens mostrando o que realmente querem dizer com esse termo muitas vezes confuso;

---

<sup>12</sup> O sentido que o termo sinergia é empregado por Woolcock é o de *synergy-as-embeddedness*.

- As dificuldades em definir precisamente e propor medidas criadoras de Capital Social são inerentes à literatura que o gerou como aporte analítico; no máximo, essa literatura serve para identificar as inconsistências que muitas abordagens dos dilemas organizacionais do desenvolvimento de cima-para-baixo e de baixo-para-cima carregam;
- As lições que emergem da literatura à respeito das duas formas-chave de Capital Social, *embeddedness* e autonomia, identificadas por sociólogos econômicos do desenvolvimento, são:
  - i. uma idéia mais consistente de Capital Social amparada por uma escola clássica da teoria sociológica (Durkheim, Weber e Simmel), a qual discorre sobre os papéis que tipos diferentes de relações sociais desempenham para a efetividade de resultados institucionais profícuos.
  - ii. os estudiosos do Capital Social deveriam se ater, principalmente, às fontes e não às conseqüências, visto que há benefícios e custos associados a uma única fonte de Capital Social: benefícios, quando acontecem, resultam de uma combinação de diferentes e complementares tipos de relações sociais, que mudam com o tempo e dão a essa combinação uma importância sempre relativa; também não há possibilidade de prescrever ‘combinações otimizadoras’ quando se trata de relações sociais, já que outras formas de Capital Social podem não poder ser mobilizadas automaticamente, como querem os funcionalistas e as teorias neo-clássicas da firma.
  - iii. a exigência de combinações estratégicas de tipos diferentes de Capital Social para sustentar a vida econômica, provê uma refutação firme de argumentos estigmatizadores da relação Estado-Sociedade, principalmente aqueles que consideram essa relação um jogo soma-zero;
  - iv. Capital Social possui várias propriedades distintivas, que se desdobram em propósitos ‘desenvolvimentistas’ ou em propósitos predatórios; e uma determinada forma de Capital Social confronta tanto custos quanto benefícios, sendo incerta sua viabilidade.

Não restam dúvidas, para Woolcock, de que quando as pessoas se sentem dispostas e capazes para utilizar e alimentar laços sociais (a) dentro das comunidades locais a que pertencem, (b) entre comunidades locais e grupos com conexões sociais externas e extensas à

sociedade civil como um todo, (c) entre a sociedade civil e as instituições de nível macro e (d) dentro de instituições setorialmente incorporadas, todas as quatro dimensões de um capital social construtivo devem estar presentes, para que se alcancem resultados positivos de desenvolvimento. E conclui:

*“O maior mérito do capital social, porém, é que ele provê um ponto de entrada com credibilidade para se tratar de questões sócio-políticas, entre as quais algumas das mais prementes do nosso tempo, numa abordagem multi e inter-interdisciplinar abrangente. No capital social, historiadores, cientistas políticos, antropólogos, economistas, sociólogos e policy makers — e seus vários sub-campos — podem achar uma linguagem comum com a qual pode-se realizar um debate aberto, construtivo, enfim uma linguagem que os provincialismos disciplinares suprimiram em grande parte dos últimos cento e cinqüenta anos. Justamente por isso é importante reconhecer que nós ainda temos muito para aprender sobre capital social e que por enquanto nossas expectativas sobre isto deveriam ser correspondentemente modestas.” (Woolcock, 1998 – Tradução livre do autor)*

### 1.3. A ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL: UMA SÍNTESE DO DEBATE

Na bibliografia consultada, vimos que as especificidades de cada experiência empírica influi bastante no conteúdo das proposições teóricas, o que é natural. Notamos, porém, que as divergências residem mesmo é no campo heurístico.

Ao se constatar que, na maioria dos casos, o conceito de Capital Social é definido por sua função, sua operacionalidade torna-se ampla e seus significados variados. Por esse motivo, cada experiência concreta está limitada às suas próprias particularidades e são incapazes de maior generalização da idéia de Capital Social como conceito acabado. Desse modo, várias abordagens do Capital Social apresentam um vasto repertório semântico, mas pouco fundamento teórico-conceitual que catalise atributos duradouros.

O Capital Social definido por funções e tipos pode ser descrito a partir de dois pontos de vista operacionais:

(i) Do ponto de vista da organização social, em que a função do Capital Social está associada diretamente ao objeto investigado, pode ser de quatro tipos:

Capital Social cívico: atende ao requisito da valorização da cidadania ou do fortalecimento da sociedade civil organizada.

Capital Social governamental: atende ao requisito da inserção das instituições públicas na sociedade ou da construção da autonomia inserida do Estado.

Capital Social empresarial: atende ao requisito da construção social dos mercados ou obtenção de vantagens competitivas.

Capital Social Comunitário: atende ao requisito da revitalização dos valores compartilhados em comunidades rurais ou inclusão socioeconômica de espaços rurais tradicionais.

(ii) Do ponto de vista do valor social imputado, em que a função do Capital Social está associada indiretamente ao objeto investigado, pode ser também de quatro tipos:

Capital Social de inovação: atende ao requisito da formação de sistemas regionais de inovação ou da criação do ambiente social inovador.

Capital Social de regeneração: atende ao requisito da sustentabilidade sócio-ambiental ou da reprodução ampliada da qualidade de vida.

Capital Social de mobilização: atende ao requisito da contestação, participação e articulação social ou politização do espaço público.

Capital Social de associação: atende ao requisito da ressocialização institucional ou reinsersão de populações tradicionais na sociedade e na economia.

Com tais entrelaçamentos, buscamos cingir boa parte das abordagens existentes sobre o mesmo conceito, a fim de dar um ordenamento lógico às caracterizações empíricas diversas e nem sempre convergentes que, por suas particularidades, não são passíveis de generalização. Portanto, separar em funções e atributos nossas considerações sobre o conceito de Capital Social tem o intuito de sintetizar diferentes inserções no debate sobre as fontes de mudança social, nas condições institucionais e nas ações coletivas requeridas e necessárias para o desenvolvimento, especialmente no que tange à economia regional como enfoque predileto. Acreditamos que estas são especificidades que merecem atenção.

Alertamos também para a noção de “capital” que está implícita nesse conceito. Entendemos que a idéia de capital social reconfigura a noção convencional de capital à medida que intenciona uma ressocialização da economia e uma (re)politização dos espaços público e privado, ampliando a influência do ator social. O indivíduo não é visto isoladamente, mas em interação, como um construtor de laços de coesão a partir dos quais facilita ações coordenadas para lidar com dilemas coletivos. Desse ponto de vista, o capital social constitui-se de

características da estrutura social que equivaleriam a um “ativo social” de capital, ou seja, pela capacidade coletivamente adquirida de poder mobilizar recursos sociais na ausência de outros recursos normalmente considerados (matéria prima, insumos, capital bancário, capital humano etc.), o capital social pode ser adicionado como um componente superestrutural na equação do desenvolvimento, ou seja:

$D = f(K_e, K_n, K_h, K_s)$ ; onde: D = desenvolvimento,  $K_e$  = capital econômico,  $K_n$  = capital natural,  $K_h$  = capital humano e  $K_s$  = capital social.

A formação do conceito de Capital Social é, na verdade, uma síntese de várias contribuições, nas quais informa-se que:

- é possível promover trajetórias socioeconômicas diversas a partir da observação prática das mudanças institucionais que se processam em regiões onde predominam laços humanos tão horizontais;
- é possível gerar oportunidades de desenvolvimento, escala de participação organizada e sustentabilidade dinâmica do território a partir de redes sociais de negociação;
- é possível um maior compartilhamento entre investimento econômico e social, pensando a política econômica e a política social de forma conjunta;
- é possível redesenhar o espaço público a partir da negociação entre múltiplos interesses em sociedades democráticas;
- e é possível construir uma percepção de que desigualdades devem ser combatidas a partir de projetos alternativos, dando suporte e vitalidade às iniciativas locais de desenvolvimento.

Baseados nesses argumentos, podemos sugerir que o conceito de Capital Social, enquanto conceito construído empiricamente em diversas situações reais encontradas e diante das prerrogativas levantadas pelos estudos de caso aqui mencionados, seja definido como a capacidade coletiva de constituir/articular redes de sociabilidade e convertê-las em ativo social, um valor social disponível e equivalente, em termos potenciais, a um ativo de capital. O conteúdo dinâmico desse ativo social, portanto, são os laços de coesão que vão se estabelecendo, ganhando complexidade e permitindo à sociedade desenvolver o provimento sinérgico necessário à promoção do desenvolvimento.

\* \* \*

Na discussão acima, pudemos constatar que contextualizar a formação de Capital Social num corpo teórico sólido é uma tarefa que deve passar ainda por muitas etapas. Vimos também que o arsenal de estudos empíricos envolvem miríades de iniciativas de organizações sociais diversas, dentre as quais buscamos selecionar as que poderiam estar mais próximas à realidade latino-americana, o que acreditamos ter contribuído para nos situar nesse debate. O balanço crítico foi feito. Contudo, como foi podido perceber, a tentativa de demarcar as pontes teóricas que consolidaram a idéia de Capital Social, na literatura consultada por nós e por muitos dos que citamos, foi parcialmente satisfatória face à enormidade dos desafios.

Diante disso, pretendemos ao final desta dissertação fornecer mais elementos analíticos para um tratamento possível da idéia de capital social com base na experiência de Valente, considerando o balanço crítico contido nesse primeiro capítulo. Nos próximos capítulos, 2 e 3, exporemos os resultados da pesquisa de campo relativa ao nosso estudo de caso e teremos elementos mais substanciais para combinar a perspectiva prática do desenvolvimento sustentável com a vitalidade das abordagens em torno da idéia de Capital Social.



## 2. O CAPITAL SOCIAL DO SERTÃO BAIANO: UM ESPAÇO EM INVENÇÃO

*"O sertão é o e nervo o osso do Nordeste. E o Nordeste é o centro do Brasil. Não podemos nos esquecer que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do rio da unidade nacional, o São Francisco. E a esse eixo o Brasil tem que voltar de vez em quando se não quiser se esquecer de que é Brasil. Então, o Brasil é o centro do Terceiro Mundo, o Nordeste é o centro do Brasil e o sertão é o centro do Nordeste."*

*Ariano Suassuna, 2000*

### 2.1. O SEMI-ÁRIDO NUM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES

O mundo dos sertões teve sua descoberta num processo de ocupação do território vinculado à pecuária extensiva, fazendo da criação de gado bovino sua alavanca de ocupação econômica, sua frente expansionista. O semi-árido baiano era um território exclusivo de penetração de gado, não fez parte do período açucareiro, nem do extrativista-mineral da Chapada Diamantina e estava muito distante da realidade da zona cacaueteira, apenas as rotas de comércio e as fazendas permitiam um fluxo constante de gente e de gado.

As condições climáticas desfavoráveis à prática agrícola fizeram com que as primeiras povoações no sertão baiano ocorressem nas proximidades dos rios, lagos e brejos. Somente com a exploração do sisal na década de 1940 foi que o semi-árido baiano pode reunir condições efetivas de integração ao mercado estadual e ter possibilidade real de expandir-se aos mercados nacional e internacional, o que ocorreria nas décadas de 1950 e 1960, com os projetos desenvolvimentistas do Governo Juscelino Kubitschek.

Rompido o isolamento do sertão baiano, as políticas públicas agiram no sentido de estimular sua integração à economia nacional com a exploração comercial da matéria-prima regional, a fibra do sisal, para a nascente indústria de fiação instalada no centro-sul do país e para o mercado externo, Estados Unidos e países da Europa. O plantio comercial do sisal intensifica o povoamento da região nordeste e centro-norte do Estado da Bahia e faz surgir municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962). Feira de Santana e Serrinha nasceram da dinâmica gado-pastoreio anterior. Contudo, está na presença do latifúndio as

características principais das sociedades desiguais que se erguem nos sertão baiano, funcionando como barreiras ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar.

Oliveira (1987) situa na questão fundiária o principal empecilho ao desenvolvimento da agricultura familiar desde a época das sesmarias, quando a pequena agricultura surge de forma marginal e ilegal:

*“... ao mesmo tempo o próprio sistema de Sesmarias não consegue sobreviver sem a pequena produção, precisando dela durante toda sua existência. Vivendo esta aparente contradição, os fazendeiros conseguem, durante todo período colonial, manobrar os prepostos da Coroa para manter uma legislação bastante rígida, capaz de impedir o surgimento de brechas para o desenvolvimento da pequena produção.” (Oliveira, 1987:28)*

Recuando um pouco no tempo, podemos verificar que a abolição do sistema de sesmarias em 1822 provocou intensa ocupação de terras incultas, situação só regularizada em 1850, com a Lei de Terras, estabelecendo que a terra só podia ser adquirida se comprada, que haveria um preço mínimo e que o pagamento deveria ser à vista, assim pôde-se manter os privilégios da grande propriedade em detrimento da pequena propriedade rural.

A pequena agricultura sobrevive à violência patrocinada pelos grandes proprietários (sesmeiros) e encontra brechas para se manter, ocupando áreas áridas, praticando a produção de culturas de subsistência e ocupando a mão-de-obra familiar. São as estratégias de sobrevivência nascidas em meio à rígida estrutura fundiária, mantida até hoje, que vêm revelar a importância da pequena agricultura no Nordeste, e, especialmente, no Estado da Bahia, por causa da resistência dos agricultores às condições adversas impostas (pressões políticas, produção em grande escala, aridez do clima, escassez de água, insuficiência de renda, baixa escolaridade, falta de infra-estrutura física e social básica, etc.).

Diante de tais condicionamentos, caracterizar a pequena agricultura apenas pelo fator tamanho<sup>13</sup> é insuficiente, é tomar o efeito como causa. O contexto da luta pela terra amoldou o tamanho da propriedade e lhe forneceu, como característica principal, o fator trabalho familiar<sup>14</sup>, cujo traço peculiar é a capacidade de abrir brechas na rígida estrutura

---

<sup>13</sup> Sobre a questão do tamanho da propriedade rural como um falso problema ver Veiga, 1991.

<sup>14</sup> O trabalho do membro de uma família não tem caráter individual, todo ou parte substancial do rendimento obtido por cada membro é revertido para a família. (Ver Oliveira, 1987 e Couto Filho, 2000).

fundiária e criar formas de ocupação e de produção que pudessem sustentar, geração após geração, a propriedade familiar da terra.

O agricultor sertanejo é uma figura do campesinato pobre

*“que não encontrava na estrutura de dominação tradicional meios de subsistir e/ou de agir com relativa autonomia, sem que o poder do chefe local intervisse. (...) A seca, o solo árido e as pastagens pobres, tornavam a sobrevivência cotidiana um desafio constante” (Villa, 1997:68).*

Ao lado dessa lógica reprodutiva, há o poder da oligarquia representado concretamente pela posse da terra. Impedir ao sertanejo o livre acesso à terra foi a forma encontrada de atrelá-lo aos interesses dominantes. O controle e a exploração econômica dos sertanejos foi intensificada devido à rearticulação do poder político regional com o advento da república. Modernamente, as famílias tradicionais são as principais representantes do poder local que mantém a estrutura social arcaica. Assim, foi no

*“... sertão, onde o latifúndio, o coronelismo, a seca, a escassez permanente de recursos para explorar a terra criaram uma ordem social que aprisionou o destino do sertanejo.” (Villa, 1997:38)*

Também no contexto local, o sentimento de religiosidade do sertanejo tem um peso relativamente importante. A relação do religioso popular com a igreja secular era de que os padres deveriam ser integrados à comunidade<sup>15</sup> e não de que esta servisse à hierarquia eclesiástica. Inclusive, para uma parte da vertente progressista da Igreja Católica, a Teologia da Libertação, a religiosidade sertaneja foi entendida como uma expressão do protesto popular, mas não é bem o caso, para o sertanejo *“a religião não é apenas um instrumento de transformação social, mas a fonte inspiradora de um mundo novo”* (Villa, 1997:39).

A inspiração para esse ‘mundo novo’ revela-se num contexto político-religioso global de mudanças, que terão impacto no nível local. Trata-se da renovação do catolicismo latino-americano, a partir do Concílio Vaticano II, 1958-1963, que, somada à Conferência de Medellín, em 1968, na Colômbia, consagra o surgimento de um movimento católico progressista. No Brasil, o impacto de tal renovação foi sentida a partir da Conferência

---

<sup>15</sup> A comunidade rural caracteriza-se territorialmente como unidade transfronteiriça que reúne as pessoas em torno de conhecimentos e crenças comuns.

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1950, que já apontava para novos caminhos, e foi fortalecida por esse contexto mais global, mudando a orientação política dos dirigentes católicos e levando um novo ânimo ao trabalho de organização das classes populares.

Tais mudanças ocorriam em meio às restrições impostas pelos regimes militares na América Latina, que tolheram liberdades políticas e de organização social, o que acabou privilegiando o âmbito local. A localidade se tornou, assim, um espaço privilegiado onde inúmeras formas de organização de base foram experimentadas, propiciando, inclusive, o surgimento de organizações não-governamentais, as quais passam a ter um papel fundamental na viabilização de iniciativas de desenvolvimento social nos anos 70.

Mudanças institucionais de caráter global, a ascensão do movimento progressista católico e as restrições políticas impostas pelas ditaduras latino-americanas, foram repercutindo localmente. As organizações não-governamentais vinculadas ao meio rural sertanejo surgiram nesse contexto e logo associaram-se ao movimento popular, com o qual tiveram um papel destacado na luta pela democracia. No Brasil e Chile, por exemplo, a igreja (católica e protestante) e as agências externas deram apoio às ONG's. Por causa dos regimes militares, elas procuraram atuar de forma mais localizada, nas bases sociais (periferias urbanas e rurais). Com o fim dos regimes militares, as ONG's chilenas marcaram suas presenças junto às ações governamentais locais, reforçando o papel da sociedade civil, enquanto que no Brasil elas adotaram o caminho da independência em relação ao Estado/Governo<sup>16</sup>. Dessa forma, a questão da democratização do poder local e a discussão de políticas públicas passam a ser os dois itens preferenciais no debate e na ação das ONG's latino-americanas.

No que concerne à redemocratização da sociedade, a defesa de políticas sociais, a participação no poder público, a justiça social e os direitos humanos foram os pontos sobre os quais as ações das ONG's se desdobraram e atuaram muito intensamente (fóruns de desenvolvimento, questões orçamentárias, acesso à saúde e educação, etc.).

No campo da justiça social e dos direitos humanos, as ONG's têm se destacado no combate às desigualdades (erradicação do trabalho infantil, por exemplo) e à discriminação em todas as suas formas (questões de gênero, raciais, etc.). Essas ações configuram uma

preocupação central, qual seja: de como conjugar/conciliar/executar políticas de desenvolvimento aliadas a políticas sociais efetivas e eficazes.

Resumindo, todo esse contexto de transformações vai se expressar localmente a partir de uma diversidade de experiências. No caso do Nordeste brasileiro, a região do semi-árido baiano sentiu diretamente tais transformações quando teve início o trabalho das pastorais rurais da Igreja Católica. O entendimento das ações comunitárias rurais e a progressiva constituição de formas organizacionais próprias vão caracterizar o despertar do capital social no sertão baiano.

## 2.2. O DESPERTAR DO CAPITAL SOCIAL NO SERTÃO

Ao penetrarmos no mundo rural dos sertanejos, espaço também conhecido como semi-árido, passamos a conviver com as características físicas de um meio ambiente hostil que condiciona o modo de viver: a presença da caatinga, índices pluviométricos anuais entre 500 e 600 mm e concentração de chuvas em curtos períodos do ano. Na ausência do mínimo de chuvas, que ocorrem normalmente três vezes ao ano na região, dá-se o fenômeno da seca. Esse fator reveste as condições físico-ambientais do sertão de circunstâncias especiais, tais como: alteração constante do *habitat* da fauna e flora nativas, comprometendo o prolongamento da sobrevivência das mesmas; alteração das práticas agrícolas e nas condições de cultivo, devido a uma escassez quase absoluta de água; e alteração no próprio modo de viver, ou seja, ocorre uma tendência ao isolamento humano, devido à redução dos recursos mínimos de sobrevivência das famílias.

A produção familiar sertaneja, nesse ínterim, e durante muito tempo, foi a única garantia ao direito de propriedade sobre a terra. Aquele que trabalhasse a terra poderia herdar seus frutos e manter a família e a comunidade como um todo. O excedente (físico) existia e era formado pelo acúmulo de pequenas parcelas do que sobrava da produção familiar. As famílias que não tivessem condições de subsistir dignamente recebiam um adjutório oriundo de um fundo comunitário formado do acúmulo de diferentes doações (fundo de assistência mútua)

---

<sup>16</sup> As ONG's que trabalham em colaboração/parceria com o governo central ou local prevaleceram em países como o Chile, a Colômbia e o Peru. Já no Brasil e no México, as ONG's atuam mais como interlocutoras e fiscalizadoras das ações governamentais (Sherer-Warren, 1999).

das famílias, administrado pelas lideranças comunitárias<sup>17</sup>. O mutirão era a forma mais usual do trabalho familiar na comunidade.

*“O mutirão foi adotado nas pequenas propriedades quando da derrubada da mata, sementeira, limpeza da roça e colheita, além da edificação das casas. Também destinou-se à construção ou conservação de estradas vicinais, à pescaria — quando um braço de rio era fechado para que fosse apanhado o pescado — e à conservação de açudes, importantíssimo numa região assolada pela seca. (...) Até na realização do mutirão estava explícita a diferença [em relação ao complexo escravo-latifundiário]; era um dia de festa, onde o trabalho não se dissociava da alegria, da satisfação em ajudar um indivíduo ou a coletividade.” (Villa, 1997:65)*

Essa forma de trabalho cooperativo, o mutirão, assegurava a reprodução de um estilo de vida que, para enfrentar a escassez de recursos, fortalece os laços comunitários de pertença. Contudo, foi com o início do processo de organização dos pequenos agricultores do semi-árido baiano, que teve origem no trabalho de evangelização das pastorais rurais e na sua articulação, ainda de forma incipiente, pelos catequistas leigos, representantes locais da Igreja Católica, que se despertou o capital social no sertão. E era nos encontros, denominados de “Círculos Bíblicos”, promovidos por esses catequistas, que, semanalmente, juntavam-se várias pessoas na casa de um dos participantes para a leitura do evangelho associada à leitura da realidade. Construía-se uma forma de sociabilidade, laços sociais virtuosos, a partir da instigação aos elementos simbólicos da religiosidade e da coesão familiar primitiva<sup>18</sup>.

Com a escassez de padres permanentes no meio rural, ganharam corpo as celebrações coletivas como um traço peculiar da ação religiosa, através da pastoral dos leigos, no sertão da Bahia. Da presença constante dos elementos de coesão social (celebrações étnico-culturais) e da religiosidade popular com a devoção aos santos (Novenas, Rezas, Terço), mesmo sem rompimento com a hierarquia católica<sup>19</sup>, foi que uma determinada consciência social e de grupo aflorou, tornando-se mais acessível aos agricultores. Muitas das atuais lideranças da APAEB-Valente, tiveram origem nesse universo simbólico.

---

<sup>17</sup> Ver Villa (1997).

<sup>18</sup> O termo primitivo tem aqui o sentido de primeiro, original, inicial, etc..

<sup>19</sup> Também a criação de um movimento religioso de caráter popular nas fábricas (Juventude Operária Católica – JOC), nas escolas (Juventude Estudantil Católica – JEC), nas universidades (Juventude Universitária Católica – JUC) e no campo (Juventude Agrária Católica – JAC) contribuiu para a penetração da religião entre várias categorias e públicos.

*“... minha história antes da APAEB? Eu estava na luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ali por volta de 1978, final da década. Até antes eu não tinha esse movimento, mas a partir daí, através de outros colegas que já haviam ingressado antes, foram me passando a idéia do movimento, principalmente do Sindicato, que era o movimento mais freqüente da época em algumas pequenas cidades. E daí a um ano depois, eu já tinha um certo acompanhamento na região através da Igreja Católica pela tradição da família, dos meus pais, e fui convidado pelo próprio Padre italiano, que na época aqui estava fazendo um trabalho muito bonito nesta área de incentivo à conscientização popular. Ai eu, passando por lá, sem nenhum compromisso assim voltado pra questão social, só assistia a celebração e tal. Ele distribuía um folheto e fazia um trabalho no período da campanha do Natal em família já incentivando, associando o texto bíblico com a realidade em que vivia, foi aí que começou meu trabalho na área social. (Entrevistado 5)*

O trabalho missionário levou à discussão dos problemas da vida no campo e da própria situação dos agricultores sertanejos, gerando uma consciência de grupo e criando uma identidade. Complementar a isso, havia toda uma vivência coletiva no manejo com a terra, os criatórios, os plantios, a forma de organização do trabalho, através do mutirão e da cooperação com os vizinhos. O trabalho era também uma celebração lúdico-sagrada, permitindo cantorias e rezas.

*“... com a chegada dos padres italianos, a igreja muda um pouco o seu rumo e começa a se preocupar não apenas com a fé, mas com a vida, com a questão social, com a dignidade, com a sobrevivência dos fiéis. Era ditadura militar na década de 70, eu trabalhava, ia pra igreja rezar aos domingos, culto, círculo bíblico, tudo bem, mas as reuniões pra discutir questões de trabalho, questões de como fazer as cobranças do poder público, tinham que ser extremamente escondidas porque estava na ditadura militar. É aí que eu digo, eu conhecia, eu tive esse gosto de passar por essas reuniões escondidas, inclusive quando a gente fundou a APAEB, com 14 anos de idade, quando a gente sentava pra discutir, fundar uma associação diferente, pra combater essas coisas, que não queria pinto com gavião junto, já era escondido da polícia. A APAEB surgiu desse trabalho da década de 70, mas o trabalho de 70 era justamente o trabalho que a igreja já fazia, assumindo a questão social dos fiéis no município e aí tinha que ser escondido da polícia porque só podia rezar, rezar podia, discutir outra coisa não.” (Entrevistado 4)*

Essa base social católica foi a desencadeadora de uma série de lutas em prol da retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do controle patronal, reerguendo-o

novamente como um instrumento político dos trabalhadores rurais para reivindicar justiça social e combater a miséria. A valorização dos produtos dos pequenos agricultores, a denúncia das mutilações causadas pelo processo de desfibramento do sisal, o socorro à lavoura sisaleira e o combate ao trabalho infantil foram bandeiras sempre presentes nesse movimento popular.

*“Num processo lento e auxiliado por forças externas, os camponeses começaram a questionar a situação mantida; depois de descobrirem e demonstrarem para a opinião pública os desvios a que estavam submetidas as entidades sindicais, inclusive com casos escandalosos de corrupção praticada por seus dirigentes, começaram a se interessar pelo controle dos Sindicatos e a organizar chapas de oposição. Isso a partir do início da segunda metade da década de 1970. Hoje, dos seis municípios, quatro Sindicatos estão sob o controle dos camponeses.” (Oliveira, 1987:150) (grifo nosso)*

Os seis municípios a que se refere Oliveira são Araci, Feira de Santana, Ichu, Santa Bárbara, Serrinha e Valente, dentre os quais ganharam maior autonomia sindical os de Araci, Feira de Santana, Santa Bárbara e Valente, naquele momento. Contudo, a luta sindical sempre foi caracterizada por altos e baixos, devido à natureza predominantemente assistencial (oferta de serviços de saúde) de suas ações, que poucas vezes contestaram seriamente o poder dominante. Esse elemento contraditório presente na luta sindical sertaneja não permitia uma maior autonomia dos pequenos agricultores, que continuavam sujeitos ao arbítrio do poder local. Só a presença de um ator externo viria a fortalecer o papel da liderança rural.

*“Os camponeses, enquanto segmento social, reproduzem aquilo que a sociedade dominante valoriza e consagra. A voz que vale é de quem estudou, de quem tem dinheiro. Um fator importante apontado pelos camponeses para uma maior participação nos Sindicatos e para um maior nível de mobilização com vista à conquista de condições melhores de vida é a presença de forças externas.” (Oliveira, 1987:160)*

A especialização da ação missionária através dos sistema JAC-JEC-JOC-JUC, nascida da hierarquia católica, começou a ser questionada pelo laicato cristão que queria investir em espaços mais amplos de reflexão. As mudanças provocadas por contextos maiores (regime militar, conferência de Medellín), um fator político e outro religioso, acabaram por refletir nas bases, particularmente nas comunidades rurais que viviam um processo lento de conscientização através da pastoral. Os agricultores passam a diferenciar “as atividades

*estritamente religiosas das atividades que permitam associar os cultos com ações práticas”* (Silva et. al., 1993). Marca esse processo o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), levando a um aumento da conscientização e um maior despertar frente à situação de opressão vivida no meio rural. Mudança essa ainda restrita ao marco religioso, porém mais inserida no contexto social e político.

As CEB's eram compostas, geralmente, por 15 ou 20 pessoas e atuavam reunindo minimamente recursos organizacionais, que possibilitavam a existência e resistência de alguns movimentos autônomos (luta sindical, basicamente). No início da década de 70, quando se surgem algumas associações comunitárias, vislumbram-se possibilidades de participação mais ativa dos pequenos agricultores, as quais começam influir no cotidiano de vida das famílias rurais, promovendo conquistas concretas. Em Feira de Santana destacam-se as comunidades rurais dos povoados de Matinha, Lagoa Grande e Tanque Velho; em Valente, o povoado de Açude; e, em Ichu, a Associação de Moradores do município (AMI). Mas é com o surgimento do Movimento de Organização Comunitária (MOC), sediado em Feira de Santana, sob orientação da Cáritas Brasileira, órgão assistencial fundado em 1956 pela CNBB, que se criava um ambiente mais favorável ao amadurecimento político-educativo da participação popular.

Através da **coesão primitiva**, que atribuímos aos laços comunitários reproduzidos pelas famílias rurais, e da **participação limitada**, que atribuímos ao trabalho da pastoral rural e à presença marcante das CEB's, os sertanejos perceberam na realidade concreta e cotidiana os próprios limites da participação mais ampla, efetiva e cidadã. Essa etapa de consciência do processo participativo precisava evoluir. O passo seguinte seria **passar de formas de convivialidade simples** (coesão primitiva e participação limitada) **para formas de organização mais complexas** (coesão social e participação ampliada). Acreditamos que esse passo não foi dado pelas CEB's, mas pelo movimento social como um todo e, particularmente, a partir do surgimento do MOC, já que é no contexto de evolução da participação social dos pequenos agricultores que o mesmo surge, redimensiona seu trabalho e vai influenciar na mudança da correlação de forças na região semi-árida.

As lideranças formadas no âmbito das CEB's logo se viram ameaçadas pela presença do MOC como articulador de mudanças. Apesar de suas inegáveis contribuições na organização incipiente dos agricultores, os limites das CEB's ficavam cada vez mais claros à

medida que o MOC propiciava uma nova linha de ação que não se centrava, exclusivamente, no elemento religioso e assistencial, mas que se abria à busca pela autonomia em duas dimensões básicas: a social e a econômica. A constituição de um novo arranjo institucional vai se dar na complexidade do espaço rural sertanejo, onde a participação, os conflitos e as conquistas sociais serão cada vez mais presentes e os pequenos agricultores terão que dar respostas satisfatórias aos seus dilemas.

Partindo dessas considerações, podemos situar em três períodos o processo de formação e construção ativa de capital social no sertão baiano: 1967-1979, 1980-1989 e 1990-1999. Vamos tratar neste capítulo do primeiro e do segundo períodos, só tratando do terceiro no próximo capítulo devido à projeção da experiência de Valente no cenário regional e nacional em função dos seus resultados expressivos.

### 2.2.1. ORIGEM DO MOC E CRIAÇÃO DA APAEB – OS ANOS 70

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma das experiências brasileiras de mais longa articulação de atores sociais. Fundado em 1967, atuou inicialmente como escritório de assessoria da Diocese de Feira de Santana-Ba, realizando um trabalho basicamente assistencial. O ensejo de sua criação ocorreu por intermédio da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), sediada no Rio de Janeiro, mas sua idealização foi devida à coordenação da pastoral diocesana de Feira de Santana, para assessorar a igreja católica no desenvolvimento das ações comunitárias pastorais. Foi a FASE quem lhe deu inicialmente apoio técnico e financeiro.

A natureza das ações do MOC, porém, mudou rapidamente. Como boa parte da equipe estava convencida da ineficácia de um trabalho meramente assistencial e paternalista, suas ações foram assumindo uma postura cada vez mais independente e gerando desconforto na própria hierarquia católica, o que culminaria com a necessidade de sua desvinculação do MOC da Diocese de Feira de Santana. Em 1970, constituindo-se como entidade autônoma, passou a apostar na promoção de ações sociais de caráter organizacional e libertário com o intuito de favorecer o desenvolvimento comunitário e o combate à exclusão social.

*“O MOC deu uma assessoria sistemática. A chegada do MOC em Valente ocorre numa parceria de trabalho com a igreja, foi depois da chegada dos*

*padres italianos, dando acompanhamento sistemático a um bairro aqui, que chama bairro Petrolina, que eles deram acompanhamento assim mais próximo. Era um bairro de muita carência mesmo, de fome, de miséria, até com repasses de cestas básicas, alguma coisa assim.” (Entrevistado 4)*

A desvinculação da hierarquia católica impõe um novo desafio à práxis político-organizacional. De escritório de assessoria à entidade autônoma, o MOC buscava nos anos 70 sua nova identidade como organização não-eclesial. O regime militar vigente impedia a elaboração de uma proposta de ação mais ousada, obrigando o MOC a atuar em diversas frentes, desde o atendimento assistencial até à promoção cidadania de forma localizada em periferias rurais/urbanas. Já na primeira metade dos anos 70, o MOC vai concluir que é imprescindível dar um caráter econômico às suas ações, não de forma exclusiva, mas por ter um entendimento de que o próprio projeto de mudança social passava pelo fortalecimento da base econômica das comunidades rurais e urbanas<sup>20</sup>.

É na segunda metade da década de 70, já atuando em 12 municípios do interior da Bahia — que compunham as adjacências microrregionais de Feira de Santana e Serrinha, municípios nos quais possuía sede e escritório, respectivamente —, que o MOC investe em pequenas iniciativas socioeconômicas locais. Os pequenos agricultores são os primeiros beneficiados com as ações da entidade, as quais podemos ver no Quadro 1 a seguir:

---

<sup>20</sup> Apesar das ações do MOC estenderem-se às periferias urbanas, enfatizaremos apenas sua atuação em comunidades rurais em função dos interesses imediatos dessa dissertação.

QUADRO 1: AÇÕES DO MOC NO SEMI-ÁRIDO – PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

AÇÕES	OBJETIVO DAS INICIATIVAS
Armazenamento (em silos) da produção agrícola	Formar estoques para exigir preços melhores no mercado
Fundo Rotativo	Fornecer pequenos empréstimos aos pequenos agricultores na fase do plantio e armazenamento da safra
Bodegas Comunitárias	Criar um espaço próprio de comercialização (com preços mais acessíveis ao agricultor) e de convivência social onde os agricultores pudessem trocar idéias e fazer negócios
Roças Comunitárias	Realizar experimentos técnicos com os pequenos agricultores participantes, investindo na multiplicação da aprendizagem
Assistência Técnica agrícola e organizacional	Fornecer acompanhamento mais sistemático ao trabalho agrícola e auxiliar na organização das comunidades
Promoção de Eventos	Realizar Dias de Estudo, Encontros e Seminários no intuito de gerar laços de coesão entre comunidades diferentes, tornando acessível e freqüente a troca de informações e de conhecimentos através de treinamentos, bem como favorecer a constituição de laços de amizade e a discussão de problemas e necessidades comuns.

Esse novo ambiente criado através das ações do MOC tinha como finalidades específicas melhorar a comercialização dos produtos (informação), melhorar os preços pagos ao pequeno produtor pela produção agrícola (valorização) e combater os intermediários que atuavam na fase de comercialização puxando os preços para baixo (regulação). Constata-se, assim, que práticas político-educativas de participação e integração social eram utilizadas freqüentemente para promover a informação, como forma do pequeno agricultor se planejar melhor, a valorização, como forma do pequeno agricultor utilizar melhor os estoques disponíveis de seus produtos na comunidade, e a regulação, como forma do pequeno agricultor poder negociar no mercado, em condições menos desfavoráveis, a compra e venda de seus produtos.

A garantia de um intercâmbio permanente entre as várias experiências locais, para que as dificuldades surgidas e os benefícios gerados fossem conhecidos e compartilhados, à medida que se intensificavam as trocas econômicas no dia-a-dia, exigia um compromisso solidário. Formava-se uma identidade e criava-se uma consciência da necessidade de luta contra a exclusão social. Para nós, esse processo inicial inspirou o “empoderamento” (fortalecimento) dos pequenos agricultores para enfrentar problemas concretos, bem como proporcionou a formação de uma maior consciência a respeito da sua situação no mundo rural. Esses fatores ensejaram estratégias simples para compartilhar conhecimentos tácitos e

técnicos, coletiva e alternativamente, pois não bastava conhecer mecanismos de mercado, era preciso interferir nele para valorizar a produção rural e elevar a qualidade de vida.

O prosseguir dos anos mostrou que os laços de coesão cada vez mais enredados permitiram o florescer de iniciativas mais ousadas. Contudo, ainda no final dos anos 70, entre 1978 e 1979, num desses eventos promovidos pelo MOC, veio à tona um problema antigo vivido pelos pequenos agricultores: a cobrança de imposto sobre as parcos excedentes do autoconsumo agrícola. Quando os produtos dos pequenos agricultores eram levados à venda em feiras-livres, a cobrança por parte das autoridades estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) foi percebida como um mecanismo perverso de transferência de renda das camadas mais pobres para as mais ricas, acentuando as desigualdades socioeconômicas no semi-árido. A exigência de Nota Fiscal na comercialização de quaisquer produtos agrícolas revoltava os pequenos agricultores, pois a receita das vendas não compensava as multas e nem cobria os custos de produção, como também sacrificava um dia de trabalho do agricultor, para ir à cidade solicitar o documento fiscal, única forma de continuar vendendo legalmente os produtos agrícolas nas feiras-livres, realizadas semanalmente na região.

*“... esse trabalho no MOC começa a apontar pra busca de alternativas pra região e havia uma luta muito grande aqui dos produtores em relação ao ICM. Havia uma pressão muito forte do fisco, bem mais que hoje. Os pequenos produtores levavam seus produtos pra feira pra vender e em todos, Feira, Angüera, Serrinha, toda região, os fiscais do estado estavam à espera na entrada da cidade e multavam aquele produtor que vinha da zona rural e a coisa era tão absurda que vinha 30, 40 produtores num pau de arara, cada um com um saco de feijão, de batata, de amendoim, o que fosse, o fiscal pegava, multava e a nota que tiravam era em nome do motorista, que, pela lei, o responsável pelo transporte era o motorista, o produtor que pagou o imposto ficava descoberto. Se ele não vendesse o produto e na semana seguinte fosse flagrado outra vez, ele pagava novo imposto. Isso se repetia até chegar ao ponto que vários produtores chegaram a entregar o produto, porque o imposto já estava mais caro que um saco de feijão.”*  
(Entrevistado 3)

O papel do MOC nesse momento foi o de estimular a discussão e encaminhar uma forma de ação em que os agricultores reconhecessem que deveriam ter uma postura clara e firme em relação a sua reivindicação. Criou-se, então, o “Movimento do ICM” para reivindicar a isenção desse imposto para produtos agrícolas provenientes do excedente do autoconsumo das famílias rurais. A idéia era convencer o governo de que os pequenos

agricultores não queriam e nem poderiam pagar impostos sobre produtos que não eram produzidos para o mercado com a intenção de obter lucros (não eram mercadoria), eram vendidos para que pudessem adquirir os demais produtos (industrializados) de sua cesta básica, como forma suplementar de subsistência. Além da percepção de baixos proventos, o imposto era mais um obstáculo no acesso ao consumo das famílias rurais.

*“Por recomendação do governo, a fiscalização foi intensificada a partir de 1978, quando o Sr. Antônio Carlos Magalhães governava a Bahia. Em Feira de Santana e em Serrinha registraram-se muitos casos em que os pequenos agricultores perseguidos e flagrados se rebelaram para não pagar o ICM e a multa, entendendo que não se tratava de uma transação comercial, rigorosamente falando, uma vez que comercializavam produtos de subsistência cuja finalidade exclusiva era a obtenção de outros produtos básicos. **Nos Dias de Estudo e nos encontros de nível regional, o problema passou a integrar a pauta de todas as discussões.** Inicialmente a estratégia adotada foi de denunciar em órgãos da imprensa, o que foi conseguido em algumas poucas vezes devido ao controle que o próprio governo exercia sobre os meios de comunicação.” (Silva et. al., 1993:67) (grifo nosso)*

Com a intensificação das cobranças e multas, e a recorrente discussão desse problema nos encontros promovidos pelo MOC, foi que se decidiu buscar alternativas. A proposta era mobilizar os pequenos agricultores das comunidades de vários municípios para contestarem publicamente o que consideravam injusto.

*“Em outubro de 1979 a audiência se concretizou com o governador do Estado. Utilizando-se de caminhões (paus-de-arara), de ônibus etc., mais de 400 (quatrocentos) camponeses de vários municípios foram a Salvador apresentar a reivindicação ao Governo Estadual. O clima de medo ainda pairava sobre os camponeses e também sobre os técnicos do MOC que acompanhavam a manifestação, especialmente na chegada ao edifício da governadoria, diante do aparato militar que aguardava a chegada dos manifestantes. Uma equipe de lideranças camponesas foi escolhida para conversar com o governador, onde tiveram um diálogo bastante áspero. Nesse debate, que foi gravado pelos camponeses, foi feito o convite para que o governador descesse para falar com todos os camponeses. O governador a princípio recusou-se, argumentando que não dispunha de tempo. Depois cedeu e, diante dos manifestantes, fez um discurso altamente demagógico, prometendo soluções para o problema, o que nunca ocorreu.” (Silva et. al., 1993:67)*

A articulação dos pequenos agricultores, quebrando o isolamento, e a discussão em conjunto dos vários problemas vivenciados em comum, foram os dois saldos principais do “Movimento do ICM”, que intensificou o processo de articulação/organização local/regional.

Entre os problemas enumerados, a questão da comercialização foi um elemento central, porque atrás dela estava toda uma economia agrícola familiar. A ausência de crédito e falta de condições para armazenar seus produtos expunham os agricultores a todo tipo de exigências e assédio por parte dos atravessadores. Ao passarem por necessidades financeiras, os agricultores vendiam sua produção antes da colheita, ainda “na folha”, assumindo o compromisso de entregá-la ao comprador que, por sua vez, adiantava o dinheiro pelo preço que lhe convinha. Em períodos de perda de safra, devido às estiagens prolongadas, as dívidas aumentavam e os agricultores eram obrigados a se desfazerem, parcial ou totalmente, de seu patrimônio.

O MOC considerou a possibilidade de fundar uma cooperativa, mas esta proposta tornou-se inviável porque a legislação da época não permitia uma cooperativa composta somente de pequenos agricultores, os decretos-Leis 59, de 26/11/66, e 5.764, de 16/12/71, atrelavam as cooperativas ao Estado, sujeitando-as à intervenção do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), como forma de manter o controle político sobre as organizações da sociedade civil. O passo seguinte foi criar, formalmente, uma associação de pequenos agricultores que funcionasse, informalmente, como uma cooperativa.

*“... foi uma oportunidade de articular a região que nunca tinha havido. Participaram 13, 14 municípios e o MOC manteve essa articulação da região, encontros periódicos para discutir a problemática regional. Foi a partir daí que nasceu a idéia de se criar a APAEB.” (Entrevistado 3)*

Oliveira (1987), ao buscar entender como se estabelecia as relações entre a organização econômica e a participação política, já identificava a formação de um certo protagonismo social dos pequenos agricultores, que

*“Para enfrentarem as condições adversas a que são submetidos, expressas na falta de terra, terra em quantidade insuficiente e de baixa qualidade, analfabetismo etc., os camponeses estão criando formas de resistência e de articulação, de defesa e de enfrentamento à subordinação e à exploração; são formas de organização e de participação que se manifestam nas atividades comunitárias e sindicais que vêm gerando mobilizações cuja*

*repercussão ultrapassa os níveis da comunidade, do município e da região.” (Oliveira, 1987:12 – grifos nossos)*

Vemos aí dois aspectos extremamente importantes: a articulação e a mobilização como forma de luta e inserção social. Ambas, articulação e mobilização, caracterizam o “conflito virtuoso”, na acepção invocada por Hirschman (1996), como um tipo de relação dialética que busca construir uma alternativa de integração social. Tal relação, expressa-se no embate entre o modelo arcaico de dominação e o novo projeto de sociedade que se quer desenhar, pois nem todo conflito é necessariamente destruidor, pelo contrário, ao invés de gerar mais fraturas na estrutura social, ele pode gerar soluções criativas.

*“o MOC já existia e foi um pai, vamos dizer assim, que sempre apontou os caminhos por onde a APAEB, o Sindicato e outros movimentos de organização popular sempre foi (sic), o MOC foi um injetor de reforço nessa área, passando técnicas pra auxiliar temporariamente e depois, na maneira que foi crescendo, a gente foi criando a possibilidade de ter nossos técnicos próprios, com a ajuda do MOC e de outra organização, a igreja, que permaneceu por um bom tempo.” (Entrevistado 5)*

O “Movimento do ICM” forneceu lições que motivaram todos a discutir alternativas. O MOC dispunha de experiências localizadas que viriam a subsidiar as propostas e, mais que isso, fornecer os elementos técnico-organizacionais que encampariam a luta por melhores condições de vida. Os laços estabelecidos e a maior capacidade de articulação/mobilização dos agricultores, constituíam um conjunto de forças sociais concretas postas em movimento e que desaguariam em uma medida de vulto, que anunciaria uma nova perspectiva de desenvolvimento local/regional, qual seja: a criação de uma entidade dos próprios agricultores.

A idéia de criar uma cooperativa foi logo sugerida, mas os agricultores não queriam uma entidade que abrigasse pequenos e grandes proprietários rurais, porque a experiência que tiveram no passado, quando foi fundada a Cooperativa Mista do Agricultores de Serrinha, foi frustrante. A Cooperativa de Serrinha funcionava mais como uma casa comercial qualquer e não atendia aos interesses dos pequenos proprietários, vindo a se transformar num empreendimento inacessível a eles e num instrumento político dos proprietários mais abastados, ficaria sob o controle dos poderosos locais. Os pequenos agricultores, agora mais conscientizados, sabiam que enfrentariam a manipulação dos grupos

políticos que dominavam a cooperativa agrícola de Serrinha e não se sentiam fortes o suficiente para tal tarefa.

*“Juntar pinto e gavião no mesmo poleiro, todo mundo sabe o que vai dar”, diziam os pequenos agricultores. Passou-se a cogitar a criação de uma associação civil. O MOC prestou, como sempre, sua assessoria em todos esses passos, encomendando, inclusive, um estudo jurídico junto ao CERIS, no Rio de Janeiro, para saber se uma associação sem fins lucrativos poderia atuar legalmente na comercialização dos produtos agrícolas e demais gêneros do consumo popular. Segundo os próprios agricultores, além de ajudar na compra e venda dos seus produtos básicos, a entidade criada deveria também “ajudar a tomar os sindicatos nos municípios que era tudo dirigido (sic) por pessoas comprometidas com os políticos” (Silva et al. 1993:70). Ou seja, ela deveria servir a um projeto de mudança.*

*“Desde finais do ano anterior (1979), quando a proposta de fundação de uma entidade regional já era tida como irreversível, que não havia mais grandes conflitos entre lideranças que seguiam a orientação do MOC e outras que seguiam a orientação da Pastoral Rural. As divergências, sempre presentes, se manifestavam no campo dos encaminhamentos: nome da entidade, forma de organização estrutural, gerenciamento etc.. E a presença do Bispo Diocesano, na Assembléia de Fundação da APAEB, trouxe a legitimação da Igreja, logo, os grupos a ela vinculados não tinham com ficar de fora.” (Silva et. al., 1993:70)*

As ações do MOC, como observamos, cobriam os mesmos caminhos abertos pelo trabalho das pastorais católicas, das CEB's e das associações comunitárias. Do encontro de um movimento de contestação com um movimento de organização, aconteceu, em 02 de julho de 1980, a fundação oficial da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB). Líderes rurais de vários municípios (Serrinha, Feira de Santana, Araci, Ichu, Valente, Santa Bárbara e Angüera), técnicos do MOC e representantes eclesiais estavam presentes. A idéia era que a APAEB fosse uma opção alternativa ao cooperativismo oficial e defendesse os interesses econômicos, sociais e políticos dos pequenos agricultores de todo o Estado da Bahia. Pelas afinidades gestadas na luta social, a Associação ficou sediada em cinco municípios: Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Araci e Valente.

Os anos 80 poderão contar com um novo ator social nascido da renovação do movimento popular, os pequenos agricultores organizados, que dispõem de uma rede de relações sociais entre igreja, comunidades, associações comunitárias, sindicatos rurais, MOC e

APAEB's, constituinte de um ativo social que, mais tarde, promoverá uma nova dinâmica regional a partir da revitalização da lavoura sisaleira.

## 2.2.2. DA FUNDAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO DA APAEB – OS ANOS 80

A implantação da APAEB em Serrinha e Feira de Santana foi feita através do MOC, que solicitou o apoio financeiro da entidade alemã MISEREOR, para, em três anos, instalar o Depósito de Armazenamento da produção agrícola (feijão, farinha e milho) em Feira de Santana e os Postos de Venda nos cinco municípios de atuação da APAEB (Serrinha, Feira de Santana, Valente, Araci e Ichu). A APAEB também foi credenciada junto ao Ministério da Fazenda para desempenhar atividades comerciais, fato incomum em uma Associação Civil pelo caráter menos formal de suas atividades em relação às de uma Cooperativa de Produção, por exemplo.

A APAEB deveria funcionar de forma híbrida, como uma Associação e como uma Cooperativa, porque foi concebida para exercer um papel político, social e econômico específico, que é investir em cidadania ativa, reestruturar a pequena propriedade rural e melhorar a qualidade de vida do agricultor sertanejo. O espírito duma Associação serviria para reforçar os laços informais e promover uma maior integração dos participantes, já o *modus operandis* de Cooperativa, para reforçar o caráter gerencial-produtivo de apoio e valorização da agricultura familiar.

Essa forma híbrida de funcionamento revelou alguns problemas. A APAEB foi, de início, mal compreendida pelos seus associados<sup>21</sup>, os quais a enxergavam como uma “casa comercial” que vendesse mais barato ao pobre. A idéia que tinham de uma Cooperativa também era aquela da “casa comercial”, mas que vendia mais vantajosamente apenas aos agricultores associados mais abastados. Ou seja, acontecia o que as lideranças mais temiam, começava a propagar-se uma visão estreita de que, por não possuir renda suficiente, vender-se-ia produtos mais baratos e de qualidade inferior ao pequeno agricultor. Insistir em tal visão servia para alimentar o “ciclo vicioso da pobreza”, quando a questão central deveria ser a

---

<sup>21</sup> Podia ser sócio da APAEB os agricultores familiares ou os trabalhadores rurais, sejam eles pequenos proprietários do motor do sisal ou empregados do dono do motor de sisal, enfim, todos aqueles que mantivesse o vínculo com a terra como atividade/ocupação principal.

elevação da renda familiar rural. Esse foi um problema com o qual a APAEB se debateu em sua origem, quando buscou privilegiar, excessivamente, nos seus programas dimensão econômica como principal geradora de benefícios ao pequeno agricultor, o que gerou expectativas mais imediatistas e provocou as primeiras divisões internas.

Essas divisões refletiram-se na organização interna da APAEB, que apesar de ter adotado uma estrutura administrativa formal que aparentava ser flexível, comportou-se, na prática, de maneira rígida e centralizadora. Tal estrutura formal era composta de uma Coordenação Executiva, que centralizava quase todas as decisões, inclusive as menos importantes, e das Comissões Municipais, que atuavam reproduzindo essa centralização no nível local, condicionando o envolvimento e a participação dos associados. Tanto o desconhecimento ou mesmo o menosprezo pelo trabalho burocrático, quanto pela falta de compreensão/conscientização de que estavam fazendo parte de um projeto de mudança social, tornaram corriqueiros os improvisos, amadorismos e despreparos advindos de um longo processo histórico de dominação política e cultural exercida pelas oligarquias rurais. Começava assim os anos 80, sem perspectivas muito favoráveis ao tipo de organização social que se idealizou e que se desejaria por em prática.

Ao mesmo tempo que a APAEB procurava representar os interesses de todos os pequenos agricultores do semi-árido baiano, buscava também tornar acessível e viável a produção e o consumo para a parcela da população rural que foi excluída do processo de modernização agrícola brasileiro nos anos 70. A própria tensão existente entre o caráter mais associativo e mais empreendedor, mais tarde, vai se traduzir no dilema APAEB-Associação e APAEB-Empresa. Nesse primeiro momento, o dilema residiu na questão política e administrativa da associação, qual seja: como manter a luta social e viabilizar as atividades econômicas da APAEB? Como conciliar as duas ações?

As duas posições relativas a como a APAEB deveria ser conduzida administrativa e politicamente foram defendidas nos dois primeiros anos de funcionamento. Uma enfatizava a profissionalização do quadro administrativo com a contratação de gerentes e técnicos; a outra enfatizava a participação direta do agricultor na administração e gerenciamento para que este não ficasse à mercê de decisões técnico-gerenciais de não-agricultores. Esse debate se estenderá por toda a década de 80, alimentando desconfianças e desentendimentos sobre o papel que cabia ao técnico e ao agricultor na administração e planejamento das atividades da

associação. O comando político sempre foi mais improvisado e pouco consistente, já o comando técnico-gerencial foi mais centralizador e pouco eficiente nesse primeiro momento. A questão administrativa, vista somente pelo lado prático, dado pela experiência ou nível de formação do gerente, e sem a concepção de um modelo, ganhou um caráter bem mais amplo, pois tanto no movimento social como na direção da APAEB, defensores de uma e de outra posição, não estavam convencidos de que o agricultor e sócio tinham consciência do significado da associação e dividiam opiniões diferentes sobre a postura administrativa mais eficiente a adotar.

Na verdade, as duas posições acima não são excludentes. O fato de erguer uma associação como a APAEB numa região de extrema desigualdade representava um acinte aos chefes políticos locais, um desafio a seus poderes, o que exigia uma direção política corajosa e eficácia administrativa, para que não se permitisse a ingerência político-partidária de grupos organizados, desde o clientelismo (ou mandonismo) de direita até o dirigismo (ou aparelhismo) de esquerda. Do lado político, a APAEB será assediada pelos dois grupos, embora não esteja claro para seus dirigentes que tipo de interferência no processo político-eleitoral municipal e/ou regional poderiam ter. O que vai ocorrer, de forma individualizada, a partir dos anos 90, são filiações de vários deles a partidos claramente mais à esquerda e outros mais ao centro.

Do lado da profissionalização, a preocupação era com a responsabilidade em gerir, sem espontaneísmo, uma associação sustentada com empréstimos nacionais e estrangeiros (à fundo perdido ou não), para que adquirisse autonomia financeira e não ficasse dependente ou economicamente vulnerável, tornando-se presa fácil do jogo do mercado e do jogo político local. Essa perspectiva “mais profissional”<sup>22</sup> vai ter um desdobramento maior na experiência da APAEB-Valente, a primeira entre as APAEB’s a se manter sem o apoio direto do MOC.

No geral, a solução encontrada não foi nem uma nem outra, ou melhor, foi de ter um quadro profissional mínimo com poderes limitados. Contratou-se um gerente mais para exercer funções burocráticas, do que para dirigir e implementar as atividades e os projetos da APAEB, embora tentativas fossem feitas.

*“Ele [o gerente] devia assumir, totalmente, o processo burocrático da entidade mas não poderia tomar qualquer decisão ou mesmo iniciativas que estavam diretamente relacionadas com o próprio gerenciamento. O gerente, por exemplo, não podia decidir sobre a venda do feijão e do milho armazenados, antes que todo um processo de discussão fosse desenvolvido pelos próprios agricultores. Em muitas situações, perderam-se oportunidades vantajosas em relação a preços, ou até mesmo os produtos chegaram a deteriorar porque o processo de discussão e de decisão entre agricultores durava um período de até três meses.” (Silva et. al., 1993:73)*

O fato é que o próprio MOC avaliava que, enquanto Coordenação Executiva e Comissões Municipais, a APAEB não satisfazia as necessidades do processo administrativo, porque os sócios-diretores preferiam se dedicar à discussão com as bases para envolvê-las no processo de construção da associação, do que com a burocracia e as atividades de gerência. Essas são observações bastante genéricas, até porque uma parte dos agricultores acabaram concordando com a via da maior profissionalização. Essas questões vão ter reflexos diretos e diferenciados no desempenho dos projetos econômicos da APAEB em cada município onde atua.

Os principais projetos econômicos na fase inicial da APAEB foram os Postos de Venda e os Armazéns Comunitários. De imediato, foram instalados três postos: em Feira de Santana, Serrinha e Valente (1982). Boa parte da administração dos postos se refletia na organização interna da APAEB, como verificar ver a seguir:

- primeiro regimento interno da associação era basicamente de regulamentação das atividades dos Postos de Venda, cerca de 23 artigos de um total de 31 referiam-se diretamente a essa atividade.
- Nos primeiros anos, somente em Feira de Santana o Posto de Venda da APAEB apresentou melhores resultados financeiros e maior participação dos sócios, pois tinha um quadro funcional mais enxuto e era melhor gerenciado.
- Associar-se à APAEB significava que, além de pagar uma taxa de filiação de valor apenas simbólico, era permitido comprar a prazo no Posto de Venda, desde que participassem com assiduidade de suas atividades. Como em Serrinha o número de sócios era maior, as

---

<sup>22</sup> Não entender essa perspectiva no sentido tecnocrata, que confunde os fins com os meios, mas como uma necessidade de viabilizar empreendimentos em uma região desassistida, onde mesmo que se conte com um nível de participação qualificado dos agricultores, há limitações quanto ao conhecimento técnico-formal.

conseqüências de vender sem recebimento imediato levou essa atividade rapidamente à insolvência financeira.

- A construção e implantação da sede em Serrinha e das filiais em Feira de Santana, Serrinha (Povoado de Subaé), Valente, Ichu e Araci, a partir de 1981, não contou com localizações, em geral, apropriadas para a prática comercial e a maioria das filiais consumiram mais da metade dos recursos obtidos<sup>23</sup>, cerca de 70%, para a compra dos terrenos e construção dos prédios, bem como para utilizar no pagamento da folha de salários e no capital de giro dos Postos de Venda.
- A APAEB do município de Valente foi uma exceção, porque, além de ter conseguido também a doação do terreno para a construção de sua sede, aplicou melhor os recursos financeiros em suas atividades de Posto de Venda e Armazenamento e economizou parte dos recursos com a realização de mutirões para construir suas instalações.
- A principal motivação para ser sócio da APAEB era poder comprar produtos básicos com 10% de desconto nos Postos de Venda, fato que levou a maioria dos pequenos agricultores a reforçar o papel da associação como uma casa de comércio cujo principal benefício era vender mais barato ao pobre.
- A rigidez da estrutura interna e as limitações no plano gerencial acabaram refletindo, de certa forma, na credibilidade da associação junto aos agricultores, levando a entidade a sofrer uma redução no quadro de sócios, de mais de 1.200 recuou para cerca de 800, em 1986.

No que tange ao programa de armazenamento, este foi um item estratégico na busca da valorização da produção agrícola regional e uma forma de garantir um estoque para comercialização e regulação dos preços no mercado. Essa estratégia sofreu de grandes restrições e passou por freqüentes reveses porque a agricultura regional é de baixíssima produtividade e serve exclusivamente ao autoconsumo das famílias rurais, sendo um item complementar e residual da economia semi-árida<sup>24</sup>. A falta de crédito agrícola, a inexistência

---

<sup>23</sup> Além do apoio do MOC, foram obtidos recursos da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão do governo do Estado, da MISEREOR (Alemanha), da Catholic Relief Services (CRS, dos EUA) e das Prefeituras Municipais de Serrinha, Araci e Valente.

<sup>24</sup> Uma exceção pode ser feita ao município de Feira de Santana que possui uma potencialidade agrícola bem superior aos demais municípios-sede da APAEB (Serrinha, Araci, Valente e Ichu, basicamente).

de um banco de sementes e de outras fontes de matérias primas e fatores de produção obrigavam os pequenos agricultores a valerem-se da prática de “meação” como forma mais comum de sobrevivência.

A meação é uma modo de reprodução das relações produtivas no campo que se caracteriza pela relação de troca desigual entre lavradores e negociantes, ou mesmo entre proprietários menos e mais abastados, em que aqueles entregam a estes metade da colheita, ou emprestam parte de suas terras para pastagem, como pagamento pelo empréstimo em dinheiro, ou em sementes, ou em insumos que utilizou<sup>25</sup>. Essa situação reproduz, além do ciclo vicioso da pobreza, a dependência/exploração, que se estende para as relações de poder.

O enfrentamento dessa situação ocorreu inicialmente com o MOC, quando criou o Fundo Rotativo e incentivou a construção de Armazéns Comunitários, depois passou a ser a base das ações da APAEB que os ampliou e tentou viabilizá-los como alternativa econômica. Nos dois primeiros anos de funcionamento do programa de armazenamento/comercialização, 1981/82, houve um relativo sucesso na experiência.

Os produtos agrícolas do programa eram feijão, farinha de mandioca e milho. A APAEB armazenava-os em silos no depósito próprio, pagando ao pequeno agricultor no ato da compra e a preço de mercado (o “preço do dia”), comprometendo-se a negociar os produtos de forma planejada e racional no mercado. Se a associação conseguisse um preço melhor em relação ao que foi pago para o agricultor, ela repassava a diferença, descontando os custos de armazenamento e transporte. Essa estratégia foi rapidamente seguida pelos demais municípios sediados pela APAEB, gerando uma grande euforia pelos resultados iniciais obtidos.

Passada a euforia, vieram os problemas. Mais uma vez a falta de organização, dificuldades administrativo-gerenciais, imprevisto e descuido freqüentes com os produtos armazenados acabou por deteriorá-los e levou a perdas financeiras e a perdas físicas com os mesmos. Os custos do armazenamento tornaram-se crescentes e inviabilizaram o programa, pois a concorrência com outros negociantes era intensa e nem sempre compensava vender. Assim, com a mesma rapidez que o programa se expandiu, ele arrefeceu em quase todos os municípios, menos em Valente, onde ele se manteve e obteve resultados positivos.

---

<sup>25</sup> Geralmente o pequeno agricultor incorre em perdas crescentes e não consegue honrar seus compromissos, o que leva à perda patrimonial.

Em Valente, a APAEB local adotou um esquema mais racional e menos improvisado, delegou um responsável (um agricultor associado melhor orientado) que recebia gratificação para gerir a atividade, cuidando de todas as etapas, que eram claramente definidas: recebimento do produto, medição, pesagem, armazenagem apropriada, cuidados rotineiros e controle dos estoques.

A partir de 1983, houve uma reversão nas expectativas de que a associação obteria sucesso em suas iniciativas e se consolidasse como um instrumento eficaz nas mãos dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral. Os próprios Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) não se envolveram tão abertamente na construção da APAEB, até porque municípios como Serrinha e Ichu eram de oposição declarada à Associação, pois estavam sob o controle do patronato rural. Mesmo os STR's mais atuantes, e que colaboraram mais diretamente com a construção da APAEB, como o de Feira de Santana e Valente, guardaram um pouco de ceticismo quanto aos reais benefícios obtidos, mas o foco de resistência mais incômodo encontrava-se na Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG)<sup>26</sup>.

Ainda sobre a relação entre APAEB e STR's, mesmo com a fundação da APAEB, a tensão continuou crescendo no seio do movimento social, afinal os sindicatos eram controlados pelo patronato rural desde que o regime militar sufocou e afastou todas as suas lideranças comprometidas com a independência política dos trabalhadores rurais. Esse assédio dos chefes políticos regionais sobre os STR's fez com que a APAEB, interinamente, assumisse o papel de representação política dos trabalhadores rurais, liderando, juntamente com a pastoral rural católica, o movimento denominado "oposição sindical", que durou nove anos em Serrinha e seis em Ichu.

A aposta no movimento de oposição sindical passou a ser mais importante que a própria viabilidade econômica dos programas/projetos da APAEB nesses dois municípios. Essa é uma afirmação bastante delicada pois sugere que a causa do fracasso econômico foi a

---

<sup>26</sup> Segundo Ricci (1999:40): "Constituíram-se... duas lógicas políticas no meio rural: uma, da CONTAG e FETAGs, que apostava na unidade política subordinada à direção das instâncias superiores da estrutura sindical; e uma segunda, de setores expropriados da terra, que buscava reagir... ao processo de expropriação."

luta política, não é bem assim. A luta política<sup>27</sup> era uma questão de honra para as lideranças rurais, as quais exerciam um papel bastante positivo para o movimento. O fato é que, por ter demorado muito tempo, a luta política se intensificou a ponto de ir para as barras da justiça, gerando desgastes e influenciando no amadurecimento político da própria APAEB.

*“Em Serrinha, como em Ichu, conflitos explodiram entre camponeses e fazendeiros e os primeiros não tiveram o apoio da “sua” entidade sindical e precisaram lutar sozinhos, recorrendo inclusive à justiça. Em Serrinha, os problemas surgiram a partir da devastação das plantações dos agricultores por animais de fazendeiros. Depois de muitas investidas nas esferas policiais e judiciais, sem sucesso, os agricultores decidiram “fazer justiça com as próprias mãos”: começaram a matar os animais. Somente depois disso o caso teve solução. Em Ichu, a questão surgiu a partir da expulsão de camponeses das terras de fazendeiros e somente depois de conquistar a diretoria do Sindicato os trabalhadores obtiveram vitória a nível judicial.”*  
(Silva et. al., 1993:84)

Somados aos fatores de ordem política, outros fatores tornaram ainda mais complexa a questão, o que gerava incerteza quanto aos reais benefícios que a APAEB traria. A situação de pobreza rural se agravava ano após ano, principalmente nos períodos de prolongada estiagem, limitando o poder de fogo das lideranças e impedindo o envolvimento mais efetivo dos próprios associados da APAEB e trabalhadores rurais em geral. Como a seca é uma das maiores vulnerabilidades do sertão, o patronato rural tira proveito da piora nas condições de vida dos sertanejos para aumentar a dependência/exploração e desmobilizar as parcelas mais descontentes da população rural.

A seca prolongada entre 1979 e 1983 afetou toda a produção agropecuária, fator que explica boa parte dos fracassos nos Postos de Venda e Programa de Armazenamento, porque forçava uma queda acentuada na renda familiar e na produção agrícola, o que prejudicou a política de comercialização da APAEB e obrigou os agricultores a venderem tudo que tinham para poder continuar alimentando sua família, pois, em época de seca, a escassez de produtos agrícolas na região levava à redução nos preços pagos ao produtor. Com a desvalorização, provocada por uma situação de acentuada carência, os agricultores ficaram à

---

<sup>27</sup> A oposição sindical se estendeu até à FETAG, que apoiou os antigos dirigentes sindicais em detrimento do movimento APAEB-Pastorais. Era tanto que, quando finalmente a oposição sindical conquistou sua primeira

mercê dos atravessadores, que impõem uma margem de lucro maior, elevando os preços dos produtos no varejo para o consumidor final. A regulação desse mercado não bastaria, era preciso combater as vulnerabilidades sócio-ambientais que agravavam ainda mais as condições de vida na região.

O agravamento da situação de cerca de 20 mil famílias por causa da construção da barragem de Pedra do Cavalo na região de Feira de Santana, as lutas sindicais fratricidas em Serrinha e Ichu, as vulnerabilidades econômico-sócio-ambientais ampliadas em época de seca, as dificuldades administrativo-gerenciais das APAEB's, comprometiam demasiadamente o trabalho das lideranças rurais, o envolvimento dos seus associados e o trabalho dos técnicos e assessores vinculados à experiência de organização, fatores que desfavoreceram a consolidação da APAEB como um todo na região, como se pretendia inicialmente. O caso de Valente foi exceção porque conseguiu mobilizar seu capital social e atingir, simultaneamente, resultados econômicos melhores com o Posto de Venda e com o Programa de Armazenamento, resistindo mais às adversidades e vulnerabilidades. De certa forma, o contexto agiu favoravelmente à Valente porque seu esforço em viabilizar as atividades e mobilizar-se obtiveram mais êxito, o que pode ser demonstrado na questão do sisal (ver capítulo 3), um dos maiores dramas do trabalhador rural em vários municípios.

Durante o período dos 80's, muitos desentendimentos aconteceram dentro do movimento social, foi questionada inclusive a participação do MOC, uns achando que a entidade não deixava a APAEB ganhar autonomia e outros achando seu apoio indispensável. Todavia, o fator determinante para muitos era a crise de participação dos associados em virtude de os resultados da APAEB não aparecerem como se previa, temendo-se, inclusive, um fracasso do projeto de mudança, o qual ensejava a criação de uma lúdima e vigorosa organização de pequenos agricultores sertanejos.

A organização dos pequenos agricultores sertanejos estava seriamente ameaçada e mais uma vez os encontros e as avaliações constantes permitiram reconhecer erros e corrigir rumos. Do debate de idéias e propostas, buscou-se alternativas. A principal delas, nos anos 80, foi a proposta de descentralização da APAEB. Cada município deveria encontrar seu próprio

---

eleição, a FETAG se negou a enviar uma simples cópia do estatuto para os novos dirigentes, no intuito claro de impedir a maior autonomia dos sindicatos.

caminho. As apostas maiores couberam a Serrinha e, principalmente, a Valente, quando resolveram partir para a implantação de projetos mais ousados. O Moinho de Milho Comunitário (Moinho de Fubá), em Serrinha, e a Central de Beneficiamento e Comercialização da fibra do sisal (Batedeira de Sisal), em Valente, seriam as atividades mais importantes implantadas pelas APAEB's municipais e que, se obtivessem êxito, consolidariam a associação como alternativa socioeconômica regional.

Descentralizar a APAEB e apostar em empreendimentos de maior porte foi a forma encontrada para criar expectativas positivas nos associados, pois a viabilidade de cada atividade dependeria mais da capacidade de mobilização local, do que somente de ingerências externas patrocinadas pela própria direção da APAEB. A coordenação Executiva da APAEB foi rebatizada de Diretoria Geral, que passou a ter um papel apenas de supervisão das atividades. Esse processo teve início em 1984, com a instalação das Comissões Municipais encarregadas de cada atividade (Postos de Venda, Armazenamento, Moinho, Fábrica de sabão e Doces, Casa de Farinha e Batedeira de Sisal) e do trabalho de base, para aumentar o “capital” de envolvimento e de participação dos associados. A insistência em alguns programas, que já haviam demonstrado pouco fôlego, tinha um aspecto social, era ainda uma forma de o agricultor “se defender” das adversidades, de valorizar seus espaços duramente conquistados e obter condições mínimas de sobrevivência. Temia-se que o agricultor fosse abandonado novamente à própria sorte, muito embora se acreditasse que havia um retorno, mesmo que intangível, pois não se tratava de apostar em novo fracasso, mas de manter a APAEB como uma semente de esperança, como uma aposta na capacidade de organização. Notaremos na citação a seguir que

*“o outro lado da moeda, porém, se insere na mentalidade e na cultura mesma da coletividade envolvida. Os investimentos feitos, os Postos que foram instalados, mesmo incorrendo em prejuízos, são vistos como a valência do trabalhador rural a qualquer momento, além de que, em muitos casos (...) é um lugar para a diversão dos sócios, é lá que eles se encontram pra bater um papo, tomar uma pinga etc.” (Silva et. al., 1993:94)*

Esse lugar de encontro amistoso, favorecia também laços fraternais, dava novo ânimo e permitia aceitar novos desafios, estimulando o surgimento de um capital social latente. O que quer dizer que, apesar dos muitos fracassos e dos equívocos cometidos no campo econômico, houve um saldo positivo no campo da organização com o surgimento de

novas lideranças, as quais se constituíram em “empresários” do capital social. São essas lideranças que devem se projetar e manter o processo de organização vivo quando o foco de atenção deixa de ser o âmbito regional e passa a ser o local. Em cada município, a APAEB vai ser mais um pequeno grupo de lideranças do que um movimento de massas, visto que as condições de exclusão condicionam fortemente o papel político das organizações camponesas e seus projetos econômicos alternativos.

### 2.3. O CAPITAL SOCIAL DE VALENTE

Em 1985 mudam-se as regras do jogo e acontece um “enxugamento” geral das atividades da APAEB, com redefinição dos trabalhos, redução dos gastos e mudança de postura dos membros das Comissões Municipais, mais pressionadas pela reforma do regimento interno que previa afastamento imediato daqueles menos comprometidos e pior avaliados em seu desempenho pela assembléia de sócios.

Nesse mesmo ano, inaugura-se a Batedeira Comunitária de Sisal em Valente, começando a despertar preocupação nos grandes sisaleiros da região. Os Postos de Venda deixaram de ser prioridade e procurava-se investir na recuperação das lavouras e na melhoria das condições de cultivo (aquisição de máquinas e equipamentos, formação de banco de sementes, etc.). A idéia de criar uma central de comercialização da produção agrícola é anunciada, mas só deverá ser implantada mais tarde, em Feira de Santana. A APAEB começa a participar nacionalmente de encontros (Congresso dos Trabalhadores Rurais, no mês de maio, em Brasília) e realizar seus primeiros estudos mais sistemáticos sobre as atividades que desenvolve (Estudo sobre projetos econômicos alternativos, apresentado numa conferência, na Holanda).

A segunda metade da década de 80 marca, assim, um novo ânimo organizacional e uma nova aposta nas várias atividades desenvolvidas pela APAEB, embora não tivessem alcançado, efetivamente, a viabilidade econômica. Contudo, é nesse mesmo momento que a questão do sisal ganha relevo e a luta dos trabalhadores e sisaleiros em geral pela recuperação da lavoura sisaleira intensifica-se, transferindo as atenções para o município de Valente, onde a APAEB e MOC percebem a importância de investirem na revitalização da principal lavoura da região, através da implantação de uma Batedeira Comunitária com vistas à exportação da

fibra beneficiada do sisal para outros países. Essa era uma questão estratégica, tratava-se de uma tentativa inédita de controlar uma atividade econômica, surgida no apogeu desenvolvimentista brasileiro, que, durante anos, representou um drama humano para milhares de trabalhadores rurais que tiveram dedos, mãos e braços mutilados pelos motores de desfibramento da folha do sisal.

*“... dois elementos merecem destaque nessa experiência fincada numa região semi-árida duramente castigada pela ação das secas e pelo descaso dos governantes: o primeiro, a compreensão, ainda incipiente, por parte de alguns associados e dirigentes, de que o problema do sisal integra um problema bem mais amplo da própria estrutura social e política da sociedade. Nesse sentido, surgem as primeiras iniciativas reivindicatórias procurando chamar a atenção das autoridades para o drama daqueles que adquirem a subsistência através da produção da fibra de sisal. A APAEB busca, também, o apoio do Sindicato dos trabalhadores Rurais para a reivindicação de providências contra a mutilação de trabalhadores, exigindo do governo equipamentos de proteção. Assim, procura-se concretizar a dimensão social do projeto a nível de interferência junto aos poderes constituídos. O segundo elemento importante diz respeito ao surgimento, em Araci, de uma grupo de pequenos produtores de sisal que se organiza para vender sua produção à APAEB, fugindo assim dos intermediários locais.” (Silva et. al., 1993:103)*

Além da visibilidade que a questão sisaleira passa a ter, a APAEB começa de fato a sua descentralização com o deslocamento das questões mais gerais dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais para o nível da ação local, embora a dimensão dos problemas continuem sendo regionais. O fato é que, ao deslocar o foco da questão, a APAEB passou a atuar de forma mais coerente e consistente com as dinâmicas locais. O entendimento desse processo deve ficar claro. Nossa interpretação é de que a descentralização da APAEB não representou uma simples municipalização, representou o tratamento local dos problemas que afligiam os pequenos agricultores e, em Valente, essa possibilidade permitiu um maior enraizamento regional da APAEB e a questão sisaleira seria um passo fundamental. A APAEB e o MOC perceberam que poderiam criar uma alternativa melhor para a região se atuassem em conjunto. Graças ao capital social surgido, tornara-se conhecida a fonte, a alternativa, o caminho e a capacidade de mudança que possibilitaria à APAEB-Valente constituir-se numa experiência de organização local das mais pujantes no Estado da Bahia.

Para consolidar o processo de descentralização, a assembléia geral de APAEB's, realizada no dia 26 de julho de 1986, efetivou suas Diretorias Municipais em cinco municípios, a saber: Serrinha, Feira de Santana, Valente, Araci e Ichu. Manteve uma gerência geral, com um técnico contratado, e uma coordenação geral, a Diretoria Geral, composta por representantes de cada um dos municípios, para promoverem ações articuladas, como se reconhece na passagem abaixo:

*“Pode-se observar, paradoxalmente, que uma maior articulação começou a ser registrada entre os municípios. Prova inequívoca disso são as pautas similares de discussões trazidas pelas Diretorias Municipais para as reuniões da Diretoria Geral, predominando a partilha de informações e os debates coletivos.” (Silva et. al., 1993:103)*

Pautar as várias ações de forma compartilhada foi o sinal candente que faltava para as APAEB's adquirirem maior consciência de que um processo de mudança estava em curso e que esse era um caminho sem volta. Tornar mais realista a execução de programas e projetos, era uma das metas e regionalizar suas ações, um objetivo de longo prazo. A estrutura administrativa foi modificada, criaram-se departamentos como tentativa de desenhar um quadro mais profissional, com autonomia gerencial e com maior facilidade no acompanhamento das atividades por parte dos agricultores-diretores, que começaram a receber diárias para poder compensar suas ausências no trabalho familiar rural cotidiano.

No último período dos 80's, 1987-1989, constatou-se que a APAEB não poderia se iludir achando que suas atividades econômicas como, por exemplo, os Postos de Venda e o Programa de Armazenamento, iriam resultar em lucro para ser distribuído aos sócios. O que aconteceu foi que a APAEB amargou muitos prejuízos até descobrir no planejamento da produção familiar rural uma saída, ou seja, descobriu que investindo na melhoria das condições de cultivo, nos criatórios de animais de pequeno porte e na geração de alternativas de ocupação e renda, os pequenos agricultores não ficariam tão vulneráveis às intempéries e à instabilidade do mercado regional. Assim, a noção ingênua de “retorno” ao sócio com as atividades de comercialização, que escondia o problema estrutural da economia no semi-árido, é substituída pela noção de “benefício”, mais realista e direcionada para o cotidiano do associado.

O aumento do número de municípios incorporados à área de atuação das APAEB's — além de Serrinha, Feira de Santana, Valente, Araci e Ichu, amplia-se para Santa Bárbara, Angüera, Rafael Jambeiro e Riachão do Jacuípe, atingindo direta e indiretamente 1.500 pequenos agricultores, aproximadamente — começou a preocupar, pois o grau de centralização como cada diretoria local de APAEB gerenciava suas atividades, concentrando nas mãos do gerente todas as informações e decisões, partia do pressuposto de que ao agricultor caberia acompanhar e usufruir dos benefícios, quando viessem. Esse é um tema polêmico até hoje, porque os agricultores não sentem que têm o controle total da associação, ou seja, em que medida são sujeitos do processo ou sujeitados pelo processo? A adoção de um esquema convencional de administrar, com a departamentalização, escamoteou essa questão, que teve origem na vitória da tese da “profissionalização” sobre a da “improvisação”, sem se ter resolvido inteiramente a velha questão da participação efetiva dos sócios no processo administrativo

A face mais social das ações da APAEB, no entanto, vai aparecer mais clara na articulação com outras entidades do movimento social para enfrentar problemas comuns. A APAEB e os Pólos Sindicais<sup>28</sup> da região de Feira de Santana e da região sisaleira passaram a reivindicar, conjuntamente, do então governador Waldir Pires, providências no combate aos efeitos perversos da seca. Como o governo de Estado, na época, limitou-se a enviar carros-pipa para o abastecimento de água nas áreas atingidas, as entidades apresentaram, pela primeira vez, propostas conjuntas, quais sejam<sup>29</sup>:

- 1) Constituir frentes de trabalho nas áreas atingidas pela seca;
- 2) Remunerar com pelo menos 01 (um) salário mínimo os trabalhadores das frentes;
- 3) Fornecer abastecimento d'água sob controle das entidades;
- 4) Criar instâncias decisórias que contem com a participação e a representação dos trabalhadores;
- e 5) Executar formas de irrigação simplificada.

No plano das reivindicações mais gerais junto aos governos estaduais e federal, exigiram:

---

<sup>28</sup> Os Pólos Sindicais eram e continuam dominados nas duas regiões pelo movimento oposicionista rural.

<sup>29</sup> Ver Silva et. al., 1993:108-109.

- 1) Melhorias nos serviços de saúde para as famílias rurais; 2) Aposentadoria precoce para os mutilados do sisal; 3) Medidas permanentes de combate aos efeitos da seca; e
- 4) Definição de preços mais justos para a produção agrícola familiar.

No plano da contestação, realizaram em julho de 1987 uma manifestação pública que contou com a participação de cerca de quatro mil trabalhadores rurais, interrompendo por algumas horas o tráfego de veículos na BR-116 (acesso entre região do sisal e Feira de Santana) e BR-324 (acesso entre Feira de Santana e Salvador). Dessa vez, também não se contou com o apoio da FETAG, embora esta não tivesse pressionado os sindicatos a ela filiados para não comparecerem, e, mesmo assim, houve uma mobilização de mais de 60 municípios (Silva et. al., 1993). A principal vitória obtida foi o aumento da capacidade de abastecimento de água dos municípios atingidos pelas secas com a instalação das frentes de trabalho, *“foram escavados mais açudes, no período de dois anos, do que nos últimos quarenta anos...”* (Silva, et. al., 1993:109)

A liderança da APAEB torna-se manifesta nesse processo de luta. Pela primeira vez, depois de décadas, os agricultores sertanejos da região não se prostraram frente aos efeitos dramáticos da seca. O papel de liderança principal era exercido pela APAEB-Valente<sup>30</sup>, à medida que articulava a região e estimulava que as demais lideranças se manifestassem, criando uma aproximação e um ambiente fraternal no relacionamento com as entidades envolvidas nos atos de contestação. Só assim foi possível enviar um conjunto de reivindicações assinado pelas APAEB's, Pólos Sindicais e pela própria FETAG para a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e demais órgão de governo estadual ligados ao desenvolvimento regional e rural (CAR, EMATER, etc.), exigindo uma política de correção para os preços mínimos dos produtos agrícolas, maior aproveitamento do potencial sisaleiro da região e adoção de uma política agrícola para os pequenos agricultores familiares.

*“1. a inequívoca articulação dos setores oprimidos e inseridos em algum processo de articulação na região semi-árida, que resultou na criação de uma Comissão Regional formada pelos Pólos Sindicais da região do sisal, de Feira de Santana, de Cícero Dantas e Itaberaba, APAEB, FETAG e a Igreja para a discussão permanente sobre a seca e a busca de soluções que na prática nunca funcionou; 2. o respaldo adquirido pela APAEB perante a*

---

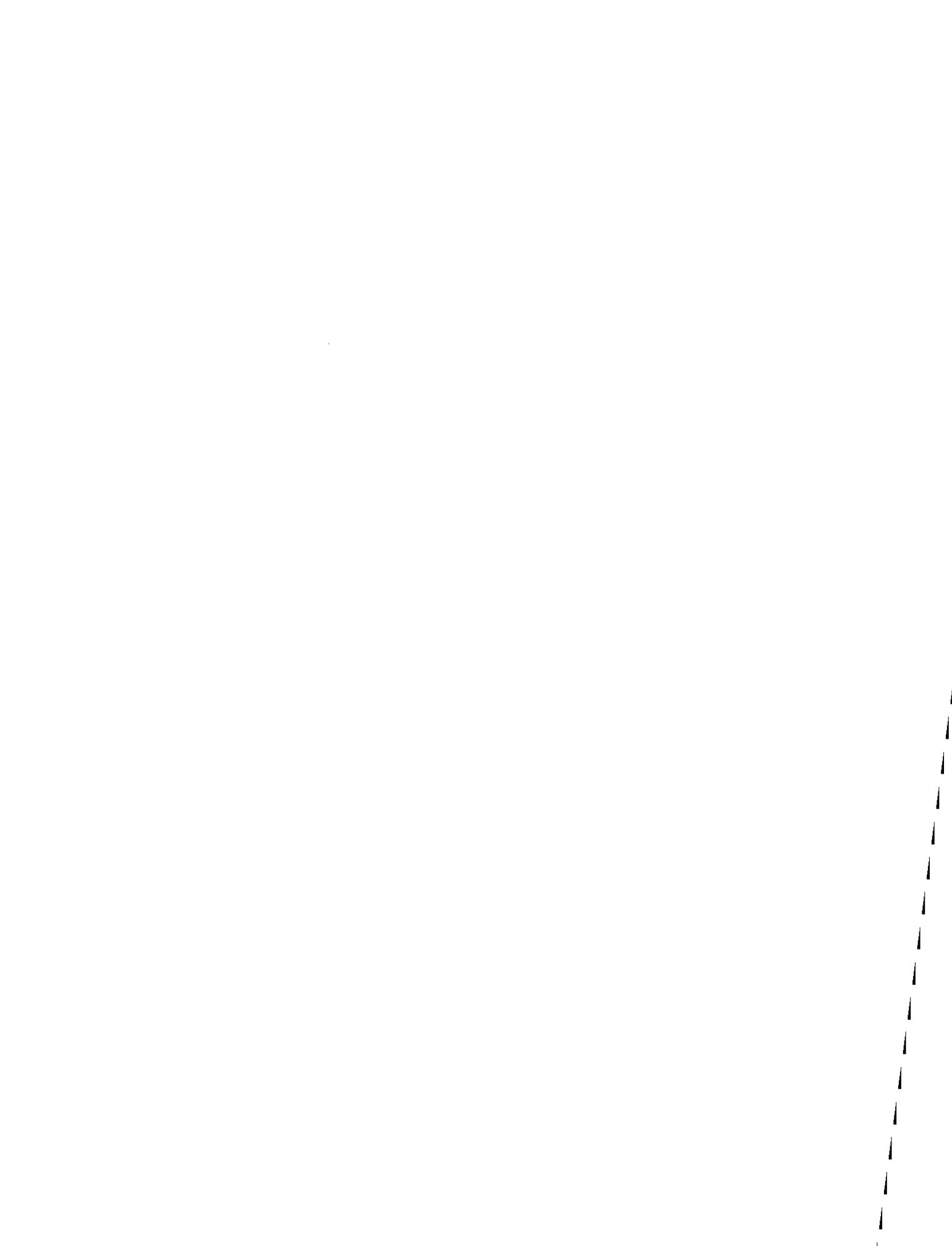
<sup>30</sup> Ver Silva et. al., 1993:110.

*opinião pública mediante a ampla cobertura da imprensa (rádio, jornal e TV).” (Silva et. al., 1993:110)*

A APAEB, mais que uma Associação com estrutura de Cooperativa de Produção, confunde-se a um movimento social e, por suas ações na região, passa a ser (re)conhecida pelos agricultores e políticos locais como “movimento da APAEB”, demovendo aquela identificação inicial de os pequenos agricultores verem-na apenas como uma “casa comercial”. Nesse momento, a experiência com o sisal passa ao primeiro plano como projeto econômico de grande porte e a APAEB-Valente torna-se um elo fundamental para o fortalecimento do capital social criado, investindo em conhecimento tecnológico, em capacitação e em alternativas de ocupação geradoras de renda. As demais APAEB’s aprofundam os problemas antigos, restando, praticamente, o Moinho de Milho Comunitário da APAEB-Serrinha e a Batedeira Comunitária de Sisal da APAEB-Valente como atividades especiais e estratégicas na geração de benefícios para os pequenos agricultores da região.

A ascensão da APAEB-Valente em relação às demais APAEB’s fica cada vez mais notória. Mas nem tudo são flores. Devido à decadência das demais APAEB’s, cria-se um clima de hostilidade tal que o novo gerente geral da APAEB, que deveria servir a todas, não terá acesso a Valente, que terá seu próprio gerente, Ismael Oliveira, por sinal, ex-gerente geral da própria APAEB. O fato é que, com o MOC se dedicando aos municípios que atravessam maiores dificuldades de gestão, a APAEB-Valente começará a construir um caminho próprio, talvez como uma estratégia de não se envolver com problemas e dificuldades pelos quais ela não passava mais, apostando em novos rumos.

O Moinho de Milho em Serrinha acabará se inviabilizando mais tarde e as APAEB’s de Feira de Santana, Serrinha, Araci e Ichu ficam praticamente estagnadas, vindo a ter novo ânimo na segunda metade da década de 90, por conta dos efeitos irradiadores da APAEB-Valente no tocante à valorização do sisal, que ganha visibilidade nacional e internacional, mas, principalmente, porque as freqüentes hostilidades arrefecem, havendo maior proximidade entre as experiências locais através de treinamentos, encontros, cursos e seminários. Portanto, o final dos anos 80 marca a ascensão da APAEB-Valente como projeto de APAEB bem-sucedido, articulado pelo MOC e por lideranças rurais, tornando-se uns dos mais significativos do Brasil.



### 3. APAEB-VALENTE: UMA MANIFESTAÇÃO ATIVA DO CAPITAL SOCIAL

*“A realidade é, de um lado, o saber-fazer, que viabiliza a faculdade de produzir, e, de outro lado, o jogo de interesses dos atores, que concretiza a vontade de produzir.”*

*T. Gaudin, 1999*

#### 3.1. A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO CONTEXTO DO SEMI-ÁRIDO

Um estudo recente sobre o “novo rural baiano”, faz constatações importantes acerca do sub-espaco sertanejo, classificando-o como “novo rural atrasado”. Apesar dessa terminologia ainda abrigar a dicotomia moderno X atrasado, idéia predominante no modelo produtivista que engendrou a “agricultura moderna” durante a era fordista, ela permite qualificar objetivamente alguns dos desafios da região semi-árida baiana<sup>31</sup>. Tal estudo observa que a estrutura fundiária mantém sua marca concentracionista de longa data, mostrando que, no período 1950-1995, o número de estabelecimentos rurais cresce em 170,9% e a área ocupada, em 89%, sendo que o número de estabelecimentos e a área ocupada crescem mais entre os estratos de “até 10 ha” e “entre 10 ha e 100 ha”, 258% e 111,1%, respectivamente. Ressalta ainda que o número de minifúndios baianos é superior à média do nordeste e os proprietários são os próprios produtores na grande maioria deles.

Pelos dados dos três últimos censos agropecuário do IBGE sobre o Estado da Bahia, observamos que, em 1970, os estabelecimentos de “até 50 ha” representavam 84,9% do total de estabelecimentos e ocupavam 21,5% da área total (22,26 milhões de ha); em 1980, os estabelecimentos de “até 50 ha” representavam 85,2% do total de estabelecimentos e ocupavam 18,8% da área total (30,03 milhões de ha); em 1996, esses estabelecimentos “até 50 ha” passaram a representar 87,5% do total de estabelecimentos e a ocupar 20,1% da área total (29,84 milhões de ha).

---

<sup>31</sup> Ver Couto Filho, 2000.

Vemos acima que, primeiro, houve um aumento da área total ocupada na agricultura em 1980 relativamente à área total ocupada em 1970; segundo, que a situação dos estabelecimentos de “até 50 ha” se manteve na faixa média de 85%, comparando a situação existente em 1980 e 1970, sendo que, em 1996, comparativamente à situação em 1980, houve um crescimento do número de estabelecimentos de “até 50 ha”. Podemos concluir, genericamente, que o aumento do número de estabelecimentos agrícolas de “até 50 ha”, sem que houvesse uma correspondente e significativa alteração da participação destes na área total, que foi de 21,5%, 18,8% e 20,1% nos três anos, respectivamente, demonstra a continuidade da rigidez fundiária no Estado da Bahia.

Para corroborar tal afirmação, consideramos os estratos que ocupam mais área, “de 100 a 10.000 ha”, e observamos que a situação não mudou praticamente nada. Nos três anos considerados (70, 80 e 96), o número de estabelecimentos mantém-se na faixa média de 7% do total de estabelecimentos e a área ocupada mantém a média de pouco mais de 60%. Essa situação é ainda mais perversa quando constatamos que os estratos superiores a “10.000 ha e mais”, representando para todos os anos (70, 80 e 96) no máximo 1% do total de estabelecimentos, aumentaram sua participação na área total em 3,8%, 10,7% e 10,1%, respectivamente. Podemos considerar que a situação se mantém inalterada para esse estrato nas duas últimas décadas. Portanto, o aumento do número de estabelecimentos nos estratos inferiores a 50 ha não representou democratização do acesso à terra, pelo contrário, houve uma maior concentração nos estratos superiores durante a década de 70, que foi mantida com desprezíveis alterações durante os anos 80 e 90.

Essas características (baixa democratização no campo, minifundização e formas de ocupação variadas) revelam que na agricultura de tipo familiar no semi-árido baiano predominam estratégias de sobrevivência/convivência tão diversas que levam o agricultor a buscar ocupação, inclusive, fora da unidade familiar, mas sem perder totalmente o vínculo com a terra. A necessidade de revisão do espaço agrário e de dar maior flexibilidade à estrutura fundiária pode representar um caminho lúcido para amainar conflitos em curso<sup>32</sup> e melhorar as condições de vida no sertão baiano.

---

<sup>32</sup> Municípios como Serrinha, Santaluz, Beritinga, entre outros, já possuem áreas de terra em disputa.

Couto Filho (2000), quando compara a presença de atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, nos mostra também que a dupla atividade (agrícola e não-agrícola) tem mais espaço quando a agricultura está envolvida:

*“Para a Bahia, pode-se dizer que há uma relativa estabilização na dupla atividade, exceto nos anos muito bons para a agricultura, como o de 1997, quando cresce a combinação agrícola/agrícola e não-agrícola/agrícola, mas não a agrícola/não-agrícola. Quer dizer, nesses anos de boas safras, as pessoas que trabalhavam com agricultura passaram a se dedicar mais à atividade (agrícola/agrícola), não deixando espaço para outros trabalhos (agrícola/não-agrícola). As pessoas que trabalhavam com não agricultura reservaram um tempo para as atividades agrícolas (não-agrícola/agrícola).” (Couto Filho, 2000:122)*

As famílias que não migraram, que sobreviveram aos períodos intensos de seca e que tiveram como estratégia dinâmica de sobrevivência a intensificação da “pluriatividade”, sempre encontraram na questão fundiária um limite, o que suscitava duas soluções *a priori*, a do estímulo ao êxodo (expulsão) ou a da revisão da estrutura fundiária (reforma). A opção historicamente seguida tem sido a da política pública espúria que estimula o êxodo<sup>33</sup>, transferindo o problema social para as grandes cidades, onde se imagina que a maior dinâmica das economias dêem conta desse fluxo migratório. Por motivos como esse, consideramos a hipótese de que a situação de atraso socioeconômico no sertão pode ser melhor enfrentada se sua dinâmica de ocupação valorizar mais a produção familiar rural, superando as barreiras que impedem de alcançar um desenvolvimento mais sustentável. Ou seja, se são as estratégias de sobrevivência que explicam a dinâmica de ocupação rural no estado da Bahia e não as áreas rurais mais prósperas, do Oeste, do Sul e do Recôncavo baiano, não há porque desconsiderar sua importância. Pelo contrário, afinal

*“antes de se incentivar o crescimento econômico e social das regiões baianas onde se encontram as características do “novo mundo rural desenvolvido”, é preciso tornar desenvolvido o “novo rural atrasado”.* (Couto Filho, 2000:133)

---

<sup>33</sup> É uma prática comum no Nordeste as Prefeituras pagarem as passagens das pessoas homens expulsas do campo, para que tentassem a vida nos centros urbanos médios e grandes.

Diante do desafio que é entender os obstáculos ao desenvolvimento como vetores do próprio desenvolvimento, como propõe Hirschman (1996), queremos enfatizar que sobre a questão do sisal tem sido publicado estudos que não dão conta ainda dessas questões. Órgãos oficiais de governo como a EMBRAPA<sup>34</sup>, no âmbito federal, e como a Companhia de Desenvolvimento Regional (CAR)<sup>35</sup>, no âmbito estadual, não tem dado maior atenção ao aspecto do incentivo à região sisaleira e, conseqüentemente, à superação dos obstáculos ao desenvolvimento rural, pois quando concluem que são economicamente inviáveis as propriedades rurais com menos de 100 ha no semi-árido e quando estimam que cerca de 100, 120 mil famílias (ou entre 700, 900 mil e 1 milhão de pessoas) no Estado da Bahia são dependentes direta e indiretamente da lavoura do sisal, como principal fonte de renda e ocupação, baseiam-se numa avaliação reducionista (agronegócio) e pouco rigorosa.

Tal avaliação tem se prestado a vários interesses, principalmente dos representantes tradicionais do poder local, que querem superestimar as carências da região para, na prática, obterem mais recursos a fundo perdido ou utilizarem-se da malversação de recursos públicos para manter riqueza e poder. Essa superestimação nunca serviu aos interesses dos realmente carentes, basta constatar a dificuldade de acesso do pequeno agricultor aos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e a suspensão do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), no início dos anos 90, uma parceria entre governo do Estado da Bahia e o Banco Mundial, que vigorou no período 1986-1989, e ficou limitado a pequenos serviços prestados pelas prefeituras, sem falar no escândalo recente do programa FINOR da SUDENE.

Por outro lado, em recente publicação, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), do Governo do Estado da Bahia, em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, traz dados reveladores sobre a demanda de mão-de-obra agrícola na Bahia, os quais vamos utilizar nesse trabalho, pois eles servem para atestarmos, com mais clareza, os limites da produção sisaleira no aspecto da

---

<sup>34</sup> Ver SILVA, Odilon R. R. F. da & BELTRÃO, Napoleão E. de Macedo, 1999.

<sup>35</sup> Ver CAR/BA, Série Cadernos CAR, nº 4, 1994.

demanda por emprego e, em parte, contradizer essa insistente e repetitiva versão de que a zona semi-árida é somente lugar em decadência e de carências absolutas. Contudo, se os programas assistenciais acabaram predominando como moeda de troca política, isto serve à manutenção do poder das famílias tradicionais locais, reproduzindo a eterna lógica da economia dos “currais” e da prática da meação como selos do vínculo com o atraso.

Avaliamos que, apesar de ser um território com a rigidez fundiária descrita acima, que acentua e reforça as características excludentes de uma base econômica tradicional de ciclo inconstante e decadente, o semi-árido tem na adoção de estratégias de sobrevivência/convivência pelas famílias rurais, que se mantêm na terra, um meio alentador de preservação da identidade cultural e de perseverança coletiva dos agricultores.

Portanto, ao mesmo tempo que a lavoura sisaleira é dada como cultura em decadência e órgãos oficiais de governo insistem também na inviabilidade da propriedade agrícola com menos de 100 ha, como se a região sisaleira estivesse eternamente condenada ao atraso e não valesse à pena carrear recursos produtivos adequados para a região, uma experiência patrocinada por organizações da sociedade civil e dirigida por pequenos agricultores vem demonstrando que é possível inventar alternativas que superem os obstáculos ao desenvolvimento e que a luta social é válida como instrumento de inclusão.

### 3.2. A QUESTÃO SISALEIRA E O PAPEL DA APAEB-VALENTE

O Agave (que vem do grego *agavos* = magnífico, admirável) é um gênero de plantas de consistência herbácea e escapo floral saliente, que dá origem a várias espécies fibrosas, entre elas o sisal, pertencente à classe Monocotiledônea, série Liliiflôrea, família *Agavaceae*, subfamília *Agavoidea* e de espécie *Agave sisalana*, que é uma fibra dura foliar. Aliás, há somente o conhecimento de duas espécies de Agave com valor comercial: a *sisalana* e a *fourcroydes*. O sisal de cultivo no Nordeste brasileiro pertence à espécie *Agave sisalana*, sendo aproveitada somente a fibra foliar seca, que corresponde entre 3% e 5% da produção da planta. Quando nos referimos à denominação genérica “sisal”, estaremos falando precisamente da espécie *sisalana*. No sub-espço regional baiano, o sisal é cultivado numa das áreas mais secas, que corresponde territorialmente a cerca de 10% da área total do semi-árido nordestino.

A introdução do sisal na Bahia remonta ao início do século 20 (1903), mas sua expansão como cultura de importância econômica ocorreu, na Bahia, em 1940 por ocasião da II Guerra Mundial, que gerou grande interesse e procura pela fibra. Só na década de 60 é que a Bahia se torna líder nacional na produção da fibra, até então era o Estado da Paraíba. Com o declínio dos preços do sisal no mercado internacional, a partir da segunda metade da década de 1960, devido ao surgimento de sucedâneos sintéticos derivados do petróleo, a produção sisaleira entrou em crise. O avanço da indústria química e a produção em grande escala reduz substancialmente o preço da fibra sintética, inviabilizando a indústria periférica do sisal.

A principal característica da indústria da fibra do sisal é seu baixo índice de modernização e capitalização em relação ao paradigma industrial vigente no pós-guerra, já que apenas se aproveitava de 3 a 5% da planta do sisal, o que tornou o custo de produção muito elevado. Outro fator que tem impacto no processo de modernização é a baixa aplicação tecnológica no cultivo e beneficiamento do sisal. Por se tratar de um plantio comercial quase que exclusivo de países subdesenvolvidos, no que se denominou de “periferia primário-exportadora”, a extração da fibra do sisal sempre empregou um grande contingente de força de trabalho em condições muito precárias, caracterizando-a como um processo perverso e extremo de exploração da mão-de-obra feminina e infantil e de exposição da mão-de-obra masculina a freqüentes mutilações<sup>36</sup>, propiciadas pelo uso intenso do motor do sisal numa jornada média de 12 horas diárias.

O declínio da lavoura sisaleira foi identificado na sua baixa rentabilidade (os motores fornecem 5 t de fibra seca/semana), na falta de mão-de-obra e, principalmente, na queda dos preços no mercado mundial. Hoje, prega-se o consórcio do sisal com outras culturas ou atividades, como a pecuária de corte, para que se aproveite o potencial forrageiro do sisal na alimentação bovina e caprina, por exemplo. Por outro lado, esse consórcio esbarra num fenômeno climático, a seca, que é uma situação específica e permanente em regiões áridas.

---

<sup>36</sup> Não oficialmente, considera-se que cerca de 2000 trabalhadores rurais chegaram a perder dedos, mãos e parte dos braços com o trabalho de desfibramento do sisal. Muitos dos trabalhadores do sisal, incapacitados de exercer outra atividade, receberam como indenização dos patrões e dos pequenos produtores mais abastados o próprio instrumento de mutilação, reproduzindo para a geração seguinte o mesmo tipo de tragédia. Estima-se em 4.500 o número de motores de sisal existentes nos municípios produtores. Muito foi feito para a superação desse quadro dramático e hoje as mutilações dificilmente ocorrem em condições normais de segurança. Detalhes ver em Yamashita, 1999.

Todavia, os mais conhecedores afirmam que um sistema com maior variedade de plantas forrageiras resistentes à seca supriria mais adequadamente a necessidade alimentícia dos rebanhos de pequeno porte, como a caprinocultura.

O cultivo do sisal, dentro do padrão produtivista da década de 50, sobreviveu de 1952 a 1977, aproximadamente, quando o mercado externo absorvia praticamente toda produção nordestina, alimentando o fluxo migratório para a região do sisal naquele momento. Após esse período, a concorrência com a fibra sintética (derivada do petróleo) no mercado internacional e a falência da política desenvolvimentista do governo Geisel precipitam um rápido processo deterioração do preço/produção da fibra natural. A Região do Sisal, que pelos dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional de 1994 era composta por 27 municípios (CAR, 1994), sofreu as conseqüências mais perversas com a desestruturação da base econômica: as áreas cultivadas foram destruídas e transformadas em pastos; as famílias de trabalhadores do sisal ficaram desoladas e acabaram rendendo-se à sanha dos atravessadores, como única alternativa de comercializar a fibra.

Por outro lado, com a transferência dos grandes fazendeiros para a pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, e como a questão ambiental se tonou uma variável relevante para o núcleo do novo paradigma produtivo nos anos 90, rompendo com o padrão produtivista anterior, uma reestruturação do espaço rural, com base em formas alternativas de exploração desse potencial sisaleiro remanescente, começa a fazer parte de experiências de organização popular, que apontam possibilidades de articulação dinâmica entre a pequena produção rural familiar e a geração de ocupação/renda.

O surgimento e consolidação das APAEB's, dando maior organicidade e eficácia à ação local e maior ênfase às peculiaridades regionais, representa um momento histórico de renascimento e revalorização da pequena produção familiar do sertão, exigindo a ação de políticas públicas mais afeitas às suas potencialidades. Essa articulação de novos atores sociais na região adentra os anos 90 propondo outros desafios, que vão desde a abertura de um novo ciclo da produção sisaleira até a criação de novas oportunidades de desenvolvimento vinculadas ao aprendizado da convivência com semi-árido.

No ano de 1990, a APAEB-Valente realiza, em outubro, um evento para discutir com prefeitos, deputados estaduais, federais e lideranças dos movimentos sociais a

problemática sisaleira regional<sup>37</sup>, num primeiro de um longo movimento em defesa da lavoura sisaleira e da agricultura familiar. Já no ano seguinte, 1991, em Roma/Itália, participa pela primeira vez de reunião, realizada pela FAO/ONU, com os principais representantes dos países produtores e consumidores de fibras vegetais. Esse evento amadureceu a associação em relação aos diversos problemas pelos quais o mercado sisal passava, da necessidade de investir na criação de um “Centro Tecnológico para o Sisal” e na industrialização da produção sisaleira, para ter alguma chance de penetração no mercado mundial.

A APAEB-Valente começava a exportar, depois de conseguir autorização em 1989, justamente quando o muro de Berlim ruía e mudava todo panorama do mercado europeu, onde a situação de dois dos maiores países consumidores de fibra vegetal na época, Polónia e União Soviética, era a pior possível. Ao mesmo tempo, a Suécia liderava na Europa uma campanha para o financiamento da produção e consumo, ambientalmente correto, de fibras vegetais (agave, henequém e demais fibras duras), movimento que já ocorria timidamente nos Estados Unidos e Canadá. Um dos incentivos previstos era o da maior mecanização do processo de desfibramento para evitar a poluição causada aos reservatórios e rios, com o processo de lavagem do sisal em países como a África, e para evitar a mutilação humana em países como o Brasil, por exemplo. Esse foi um momento importante para se investir num nicho de mercado com perspectiva de crescimento, apesar do cenário político de incerteza na Europa do Leste.

Não param aí os desafios. No nível local, a associação constatava que o que enriquecia os negociantes do sisal era a manutenção de um modelo de exploração econômica altamente perverso, baseado em quatro práticas excludentes: 1) a prática regressiva dos preços pagos ao pequeno produtor pela fibra seca; 2) a prática de fraudar a pesagem do sisal com a adulteração das balanças; 3) a prática de manipular a qualidade da fibra seca do sisal com a reclassificação do produto sempre para um nível mais baixo; e 4) a prática de sonegação fiscal. O desafio da APAEB-Valente era criar um novo modelo que mudasse as regras desse jogo. A primeira ação foi a de implementar uma política de preços própria que interferisse no mercado

---

<sup>37</sup> A campanha nacional “Os Sisaleiros pedem Socorro”, liderada pela APAEB, STR’s e outras entidades da sociedade civil, conseguiu que fossem enviados à região equipamentos para evitar as mutilações e, em maio de 1992, 10 mil bocais, para serem acoplados nos motores de sisal, foram distribuídos pelo governo estadual.

e reduzisse a extrema exploração imposta pelos atravessadores aos pequenos agricultores, produtores de sisal.

Ao iniciar as atividades da Batedeira Comunitária de Sisal<sup>38</sup> (beneficiamento e enfardamento) em 1984-1985, a APAEB-Valente sentiu fortemente a reação dos compradores tradicionais e dos pequenos produtores locais às suas intenções. Se pelo lado do pequeno produtor houve uma insatisfação inicial com a Batedeira da APAEB, que mantinha a classificação<sup>39</sup> da fibra seca como determinante de preço e qualidade, pelo lado do comprador tradicional, houve um relaxamento no processo de classificação com a intenção de atrair os produtores insatisfeitos com a política de valorização do sisal iniciada pela APAEB-Valente. Esses compradores tradicionais ensaiaram até pagar um preço maior pela fibra, forçando os pequenos produtores a alegarem que não viam benefício algum nas ações da APAEB, já que esta pagava o mesmo preço praticado por aqueles. A APAEB-Valente justificava-se dizendo que a valorização da produção sisaleira dependeria da condição real do projeto em sustentar os preços que podia pagar e em melhorar a qualidade de cultivo, o que poderia ser obtido com o acompanhamento orientado e o fornecimento de assistência técnica, pois os compradores tradicionais estavam enganando os produtores e sabiam que, ao agirem assim, poderiam inviabilizar o projeto.

Os pequenos produtores de fibra seca quando constataram que, ao deixarem de vender à APAEB, os preços retornavam a um patamar mais baixo e a reclassificação manipulada voltava a ocorrer normalmente, foram, aos poucos, percebendo a importância da associação e se envolvendo em suas atividades. Foi aí que a APAEB-Valente viu a possibilidade de ampliar sua capacidade de intervenção e criar as condições que facilitassem a sua penetração no mercado mundial de fibras vegetais, concorrendo com países africanos (Quênia, Tanzânia e Madagascar), asiáticos (China) e latino-americanos (México).

Vamos revisar os fatos para entendermos como foram superados os obstáculos. A APAEB-Valente, ao vislumbrar a geração de maiores oportunidades de emprego e renda com o aproveitamento da vocação produtiva regional, quando implantou uma Batedeira

---

<sup>38</sup> Os recursos para sua implantação foram obtidos junto à CEBEMO (Holanda), Inter-American Foundation (EUA) e Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/Bahia).

<sup>39</sup> No beneficiamento há o tratamento total da fibra seca desde a pesagem, o corte dos molhos, a seleção, a “bateção” mecânica para remover impurezas, a classificação, a revisão e a prensagem.

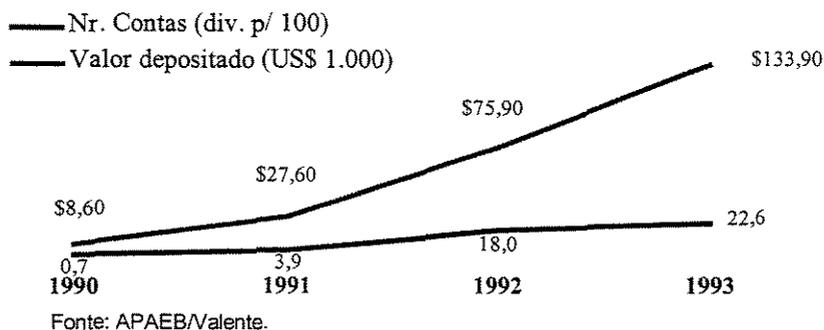
Comunitária de Sisal, viu também a possibilidade de investir num projeto mais ousado de montagem de uma Fábrica de Tapetes e Carpetes. No período 1984-1989, a associação viu seus planos serem temporariamente adiados em função das dificuldades encontradas para obter uma licença para exportar, já que não tinha volume de produção para atender ao mercado comprador e nem capital de giro suficiente para ampliar sua capacidade. Após 5 anos de empecilhos patrocinados pelo cartel dos exportadores tradicionais, a licença foi obtida junto à CACEX, como descrito abaixo:

*“Em 1985, depois de quase dois anos comercializando a fibra beneficiada no mercado nacional, o sobe e desce dos preços nos levantou muitas dúvidas sobre os motivos das variações e começamos a buscar maiores informações sobre o mercado internacional. Procuramos informações na CACEX, Câmara do Sisal, representantes comerciais, despachantes aduaneiros, Promoexport, entre outros. Em todos esses contatos, encontramos muitas resistências junto a CACEX e Câmara do Sisal, superadas no final de 1988. Neste período, conhecemos uma pessoa em Salvador que despachava mercadorias para o exterior e conhecia algumas pessoas na área do sisal. Antes disso, a Promoexport (depois de muitas brigas) nos forneceu uma relação com várias empresas no mundo que compravam o sisal todo e seu endereço. Enquanto os concorrentes estavam com o telex, nós começamos com o correio convencional, mandamos 34 cartas e recebemos 5 respostas. Depois disso e com a ajuda de [um funcionário] no despacho das mercadorias, fizemos a primeira exportação em 1989 para Portugal. Nesta época não tínhamos nenhum contrato de consultoria, apenas a colaboração de algumas pessoas. Depois do primeiro ano, fizemos contatos com vários escritórios de representação (Corona, Cresa, etc.) que vendiam para o exterior e recebiam uma comissão de 2% nas vendas feitas.” (Entrevistado 2)*

Para enfrentar o problema da falta de capital de giro, que garantisse a solvência da atividade com o sisal, surgiu a proposta de criar um mecanismo de poupança totalmente informal que, primeiro, captasse recursos para a formação de capital de giro da Batedeira e, segundo, pudesse amenizar a situação dos agricultores que se sentiram prejudicados pelo Plano Collor. Criou-se, então, no final de 1990, a “Poupança APAEB”, um mecanismo de captação de recursos que garantia a correção monetária dos depósitos à vista baseada no índice oficial de caderneta de poupança, tornando acessível a um número maior de pessoas de baixa renda um serviço típico e de grande popularidade nas instituições bancárias convencionais.

*“Quando nós conseguimos, depois de 5 anos de luta, o registro pra exportar, nenhum comprador tinha interesse em 30 ton/mês, queria 500, queria 1000, queria 200, mas 30 ninguém queria. Nós tínhamos que ampliar a capacidade. Bom, você tinha que se estruturar, investir em construção, em equipamentos e ter capital de giro, porque o processo de exportação, quer dizer, o sisal você paga antecipado ao produtor, você recebe a fibra, vai beneficiar, depois vai vender, por aí vai... Quando é exportação, é ainda mais grave, você tem que fazer um lote todo, que leva tempo, você tem que esperar o navio, você tem que depois embarcar, depois que a mercadoria chegar lá é que você vai receber, então você pode levar de 90 a 120 dias nesse processo, nós esbarramos aí. ... você precisava de ter pelo menos o equivalente a 100 mil dólares na época pra que você conseguisse um suporte, de ter a produção e esperar 90 dias pra você vender, mesmo a produção sendo pequena, então, pelo menos 100 mil era indispensável que você tivesse de giro. Os bancos não financiavam, não tínhamos nenhum financiamento e voltamos a pensar: o que fazer? Uma época de inflação exagerada, qualquer valor que o produtor tivesse, que sobrava da feira dele, acabava perdendo a metade do valor em um mês, a inflação chegava a 60, a 80% ao mês. Aí é que nos surgiu uma idéia aqui de lançar esse programa, o “Poupança-APAEB”. O que é isso? O que sobrasse da feira de cada um no dia a dia, qualquer valor que fosse, o equivalente, por exemplo, a 5 reais, ele trazia pra cá e entregava à APAEB e a APAEB pagaria pra ele, mensalmente, os juros equivalentes ao que a poupança oficial desse.” (Entrevistado 2)*

Apesar da resistência e desconfiança inicial de que tal iniciativa desse realmente certo, o contexto vigente à época, do “confisco monetário” perpetrado pelo Plano Collor, acabou conspirando a favor e a Poupança-APAEB ganhou rapidamente muitos adeptos como podemos notar no Gráfico 1 à frente, que reflete a fase inicial do programa.



**Gráfico 1 - Poupança APAEB/Valente**

Como vemos acima, trabalhamos apenas com o período inicial de captação da poupança, 1990-1993, para enfatizar que a formação de capital de giro da associação levou

também a uma rápida formação de “capital de confiança”, pois os depositantes, na sua maioria composta de pequenos agricultores, passaram a apostar efetivamente na atividade do sisal. Essa forma alternativa de captação de recursos financeiros revelou a engenhosidade da gerência da associação para tentar resolver problemas aparentemente insolúveis. Claro que a APAEB-Valente sempre contou com o apoio de entidades nacionais e internacionais<sup>40</sup> para manter vários dos programas, sendo que uma boa parcela das atividades é de caráter experimental ou de cunho educativo-cultural, que são subsidiadas pelas atividades mais rentáveis. Assim, a capacidade de envolver mais pessoas no desenvolvimento de tais atividades dava à APAEB-Valente vantagens que as outras APAEB's não dispunham, o que a credenciava como construtora ativa de capital social.

Esse caráter subsidiário e solidário da estrutura de sustentação econômico-financeira da APAEB-Valente foi resultado de uma aposta coletiva dos pequenos agricultores. Ao lado de mecanismos informais de gestão financeira, como Poupança-APAEB, compondo um lastro financeiro que permitiu viabilizar sua principal atividade, formaram-se laços de coesão social que permitiram um conhecimento do processo e um processo de conhecimento, uma aprendizagem continuada expressa pela capacidade de desenvolver o provimento necessário à promoção do desenvolvimento. Dessa forma, qualquer análise sobre a viabilidade da APAEB/Valente não pode ocorrer apenas pela avaliação isolada de suas atividades, mas também por sua habilidade em lidar com situações de incerteza econômica, de instabilidade política e complexidade social.

*“... foi muito interessante porque as pessoas começaram a acreditar mais na APAEB e queriam vim pra cá, toda semana estavam aqui, queriam saber quanto tinha do dinheiro dele, queriam saber como é que estava, tal... começou até a participar mais de todo o processo e querendo ver, querendo saber, querendo entender. Então, isso fez com que... eu acho que, não só a confiança, mas também aumentou a participação em todo o processo.”  
(Entrevistado 2)*

---

<sup>40</sup> Entre as entidades nacionais e estrangeiras que têm parceria com a APAEB/Valente, destacam-se: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Igrejas, Pólo Sindical, Movimento de Mulheres, CESE (Salvador/BA), CERIS (Rio de Janeiro), MOC (Feira de Santana/BA), VITAE (São Paulo), BILANCE (Holanda), DISOP (Bélgica), Fundação Doen (Holanda), Fundação Heinrich Boll (Alemanha), Fundação Kellong (EUA), Inter-American Foundation (EUA), Kreditbank (Bélgica), Manos Unidas (Espanha), MISERIOR (Alemanha), MLAL (Itália), Pão para o Mundo (Alemanha) e SOS-PG (Bélgica).

Os passos para a implantação de uma indústria de tapetes e carpetes começam a se tornar mais firmes. As seguidas reuniões da FAO, em Roma, trouxeram informações mais precisas sobre o mercado de fibras vegetais, foram iniciados estudos de viabilidade, visitas *in loco* para conhecer o processo fabril na Bélgica, por exemplo, e contratada uma assessoria externa para adequar a produção local aos padrões internacionais. Depositava-se as esperanças na abertura dos mercados europeu e norte-americano às fibras naturais e, secundariamente, ao mercado interno de produtos de decoração, numa fase subsequente. A APAEB-Valente teria o primeiro empreendimento desse porte na Bahia, já que os únicos existentes no Brasil situam-se na Estado da Paraíba<sup>41</sup>, e, no nível mundial, teria uma vantagem comparativa em relação aos países maiores produtores de tapetes/carpetes (Bélgica, Índia e México), porque receberia diretamente a matéria-prima dos pequenos produtores locais.

Contando com o apoio do FNE/Banco do Nordeste do Brasil em 75% dos recursos totais de 2,5 milhões de dólares, do DISOP (Bélgica), 20%, e recursos próprios da ordem de 5%, cumpre-se a primeira etapa de investimentos para as instalações físicas e compra do maquinário, garantindo uma capacidade de produção de 518.000 m<sup>2</sup>/ano de carpetes/tapetes de sisal. Numa segunda etapa, pretende-se investir mais 75% do total de recursos da primeira etapa, aumentando-se a capacidade para 1.544.000 m<sup>2</sup>/ano. A Fábrica possui 5.800 m<sup>2</sup> de área construída, perfazendo uma área total 30.000 m<sup>2</sup>. A notícia de sua implantação ocupou as páginas dos principais jornais do Brasil, vindo a receber a visita do Presidente da República, Fernando Henrique, em julho de 1997.

A APAEB-Valente conseguiu atingir um processo fabril mais estruturado, em termos de rotina de trabalho e gestão, com a Fábrica de Tapetes e Carpetes. Até 1995, quando toda a produção era vendida em estado bruto (fibra *in natura*), a APAEB-Valente empregava 145 pessoas. Com a implantação, no final de 1996, da Fábrica de Tapetes e Carpetes Valente, houve um aumento significativo do número de empregos, ver Tabela 1 a seguir:

---

<sup>41</sup> APAEB-Valente. Relatório Anual de 1995.

TABELA 1 – APAEB E FÁBRICA DE TAPETES VALENTE: EMPREGOS GERADOS

Ano	Nº de empregos gerados (APAEB)	Nº de empregos gerados (Fábrica)	Empregos Fábrica/Total	Empregos diretos (Total)	Empregos (variação)
1992	70	-	-	70	-
1993	84	-	-	84	20%
1994	120	-	-	120	42,8%
1995	145	-	-	145	28,3%
1996	145	180	-	325	124%
1997	192	300	61%	492	51,4%
1998	184	368	66,67%	552	12,2%
1999	230	560	70,9%	790	43,1%

Fonte: Relatórios Anuais APAEB/Valente, 1992-1999.

Em 1999, somente a Fábrica abrigou 70,9% do total de empregos gerados diretamente pela APAEB-Valente, considerando todas as atividades da Associação. Foi a verticalização produtiva sob o controle dos pequenos agricultores que permitiu a melhoria dos preços pagos pela matéria prima. O preço médio da tonelada do sisal de tipo 3 para o pequeno produtor passou de R\$ 160,00/t em 1995, para R\$ 300,00/t em 1998 e para R\$ 322,00/t em 1999. A fibra de tipo 2 variou entre R\$ 260,00/t e R\$ 370,00/t em 1996 e 1999, respectivamente. A nova variedade, de melhor qualidade, criada pela associação, a de tipo 1, ficou em R\$ 460,00/t, pagando 48% a mais que o mercado para que a produzam. Já a participação da APAEB-Valente no comércio internacional<sup>42</sup> do sisal industrializado, em relação aos exportadores nacionais de carpetes e tapetes de sisal, aumentou de 20 para 31%, situando-a entre o terceiro e o quarto lugares de maior exportador da fibra no Estado da Nordeste<sup>43</sup>. Mesmo convivendo com o período recente da economia brasileira de macro-indicadores desfavoráveis, num contexto em que prevaleceu a abertura comercial açodada, sobrevalorização cambial, elevação dos juros e aumento dos índices de desemprego, esse salto foi possível.

### 3.3. AS MUDANÇAS NA ÁREA SISALEIRA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

<sup>42</sup> 80% da produção (600 mil m<sup>2</sup>) da fábrica é exportada para Bélgica, Alemanha e Estados Unidos, com um faturamento, no ano de 1998, de R\$4,5 milhões de reais (Ver Gazeta Mercantil - Gazeta Bahia, Salvador, 01/09/99). Para 1999, estimou-se em 8 milhões de reais o faturamento bruto (Ver Folha de São Paulo, 12/07/99).

<sup>43</sup> Relatório Anual de 1998. APAEB-Valente, 1999.

Considerando a participação dos estados nordestinos no total da área plantada com sisal no Brasil (ver Tabela 2), observamos que a Bahia, no período 96-98, tem retomado de forma consistente o plantio por hectare, ao contrário do Estado da Paraíba que, mesmo com os 10,7% da área total em 1998, está longe de sua média de anos anteriores, não demonstrando sinais mais fortes de reversão do declínio.

TABELA 2: SISAL – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DO NORDESTE EM ÁREA PLANTADA (HA)

Nordeste/ UF	Anos									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Bahia	70,1%	72,7%	75,7%	82,2%	75,7%	78,6%	89,0%	91,1%	88,1%	
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Paraíba	26,0%	24,8%	22,5%	16,2%	22,3%	19,6%	9,3%	7,7%	10,7%	
Pernambuco	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%	0,3%	0,1%	0,1%	
R. G. Norte	3,3%	2,0%	1,4%	1,3%	1,8%	1,7%	1,5%	1,1%	1,1%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Complementarmente, no Gráfico 1, logo mais à frente, notamos que a linha de tendência (tracejada) que acompanha a evolução do plantio/ha no Estado da Bahia quase tangencia a outra linha de tendência referente ao total da área plantada no Nordeste, o que significa que esse estado começa, pouco a pouco, a reverter os sinais de esgotamento da lavoura do sisal até 1994. Obviamente, devemos considerar outros fatores para tornar evidente tal afirmativa, visto que a lavoura sisaleira está, geograficamente, cada vez mais concentrada em alguns municípios e, em boa parte deles, os preços pagos ao pequeno produtor sisaleiro pela fibra são ainda aviltantes.

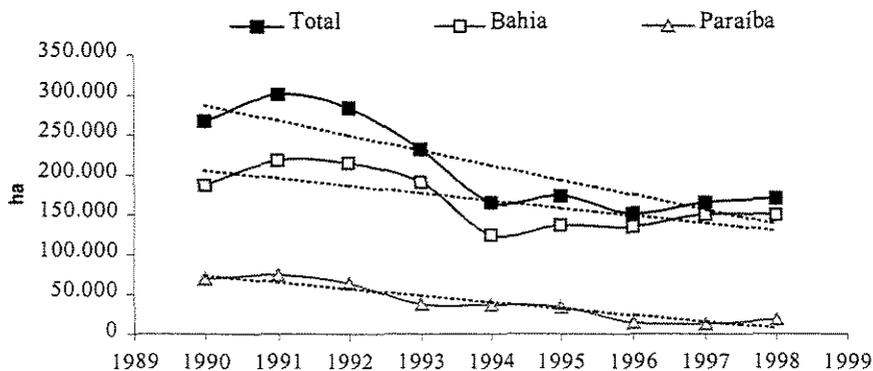


GRÁFICO 2 - Sisal Nordeste: Evolução e Tendência da Área Plantada (Bahia X Paraíba)

Para dar uma idéia da restrição territorial do plantio do sisal hoje, somente 20 municípios concentram 91%, aproximadamente, da área plantada na Bahia. Observamos em nossas consultas que, dos 257 municípios que compõem o semi-árido baiano (resolução 10.929/94 da SUDENE), 83 municípios (32,3%) manteve alguma área destinada ao cultivo do sisal nos 90's, mas apenas 20 municípios (7,78%) são os maiores plantadores, concentrando 91% (cerca de 136 mil ha de 150 mil hectares) da área plantada total.

Constata-se (Tabela 3) que, dos 20 municípios que selecionamos, apenas 6 são responsáveis por 58,4% do total da área plantada, sendo que 3 deles, Santaluz, C. do Coité e Valente, pertencem à mesma microrregião (de Serrinha) e têm 27% da área plantada, depois vêm, de outras microrregiões, os municípios de Ouroilândia e Jacobina, com 15,3%, e Campo Formoso, com 16%, respectivamente. Se formos levar em conta a área de atuação da APAEB/Valente, dos 14 municípios<sup>44</sup> diretamente beneficiados por suas ações, 10 possuem lavoura de sisal, perfazendo uma área plantada de 59% em relação ao total da área dos municípios selecionados. Isso demonstra a importância do trabalho da associação no futuro da lavoura do sisal no Estado da Bahia. Por conseguinte, o Brasil, através da APAEB/Valente, pode vir a exercer influência maior no mercado de fibras naturais, se o fator ambiental refletir uma tendência de crescimento da procura em regiões e países de clima temperado.

---

<sup>44</sup> Campo Formoso, Cansanção, Ichu, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Nordestina, Pintadas, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Santaluz, Serrinha e Valente.

TABELA 3: MUNICÍPIOS MAIORES PLANTADORES DE SISAL (%),  
BAHIA 1998\*

Classif.	Municípios	Area (%)	Area Acum. (%)
1	<b>Campo Formoso</b>	<b>16,0%</b>	<b>16,0%</b>
2	<b>Santaluz</b>	<b>10,7%</b>	<b>26,7%</b>
3	<b>Conceição do Coité</b>	<b>9,2%</b>	<b>35,9%</b>
4	<b>Ourolândia</b>	<b>9,0%</b>	<b>44,9%</b>
5	<b>Valente</b>	<b>7,1%</b>	<b>52,1%</b>
6	<b>Jacobina</b>	<b>6,3%</b>	<b>58,4%</b>
7	<b>Queimadas</b>	<b>5,9%</b>	<b>64,3%</b>
8	Mirangaba	4,6%	68,9%
9	Retirolândia	4,2%	73,1%
10	São Domingos	4,6%	77,6%
11	Itiúba	3,8%	81,4%
12	Nordestina	3,4%	84,8%
13	Várzea Nova	3,7%	88,5%
14	Umburanas	2,6%	91,0%
15	Araci	1,8%	92,9%
16	Monte Santo	1,8%	94,7%
17	Morro do Chapéu	2,2%	96,9%
18	Cansanção	1,5%	98,4%
19	Capim Grosso	1,0%	99,4%
20	Serrolândia	0,6%	100,0%
	<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

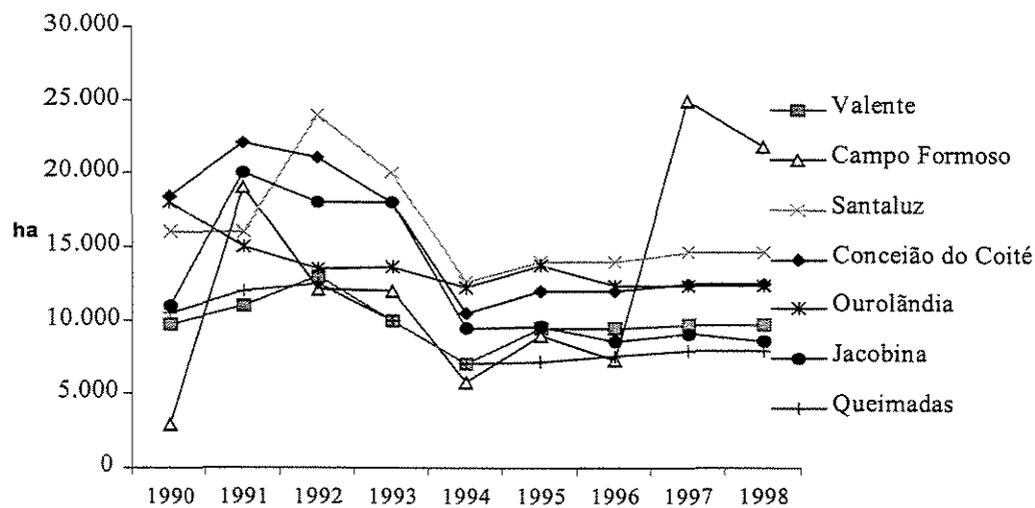
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

\* Esse Municípios correspondem a 91% da área total ocupada com sisal no Estado da Bahia.

Logo a seguir (Gráfico 3), podemos perceber uma certa estabilização das áreas plantadas, a partir de 1994, momento de inflexão nas tendências mais acentuadas de declínio do cultivo do sisal nos 20 municípios baianos, dentre os quais, selecionamos os 7 primeiros (64,3% da área plantada), que destinam entre 8 e 25 mil hectares para o plantio do mesmo. Observamos que, com exceção do município de Campo Formoso<sup>45</sup>, todos os demais apresentam uma evolução bem semelhante. A regulação dos preços do mercado produtor de sisal pela APAEB-Valente no inícios dos anos 90 e a implantação/viabilização da indústria de tapetes e carpetes em Valente a partir de 1996, por essa mesma associação, são fortes indicadores para se demonstrar uma lenta recuperação da lavoura sisaleira. Esta tendência,

<sup>45</sup> Há que se notar que Campo Formoso reage de forma extremamente rápida no ano de 1996, mesmo ano do início de funcionamento da indústria de tapetes e carpetes de Valente. É preciso aguardar o seu ponto de equilíbrio. Os municípios de Valente e Santaluz parecem manter o curso mais firme para esse equilíbrio em termos de crescimento da área plantada.

para se confirmar, depende tanto da evolução dos preços pagos ao produtor, quanto das condições do mercado internacional favoráveis à valorização das fibras naturais.



Fonte: IBGE-PAM.

**GRÁFICO 3: Evolução da Área Plantada para 7 Municípios baianos Sisaleiros**

Outro dado indicativo da possível reversão de uma tendência de declínio da lavoura sisaleira está explícito nas médias anuais de crescimento da área plantada/ha para os Estados do Nordeste do Brasil. Verificamos (Tabela 4), através da análise recortada de três períodos, de 1990 a 1998, de 1990 a 1994 e de 1994 a 1998, um momento de inflexão, em 1994, nas taxas de declínio da cultura sisaleira, o que demonstra uma lenta recuperação da lavoura comandada pela Bahia. Estamos conscientes que essa suposta reversão não vai configurar-se num novo apogeu do sisal, mas já indica que o modelo de exploração da APAEB-Valente pode dar resultados a médio prazo mais promissores do que se imaginava. A possibilidade de viabilização de um *cluster* do sisal, concentrado espacialmente, pode ser estudada para ver se essa atividade torna-se mais rentável.

TABELA 4: SISAL (FIBRA) - TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DA ÁREA PLANTADA, PARA TRÊS PERÍODOS NO NORDESTE

Nordeste UF	98/90	94/90	98/94
Bahia	-2,74	-9,62	4,67
Ceará	-11,79	-23,17	1,27
Paraíba	-15,42	-14,74	-16,09
Pernambuco	-27,15	-36,22	-16,80
R. G. Norte	-17,52	-23,86	-10,65
<b>TOTAL</b>	<b>-5,48</b>	<b>-11,37</b>	<b>0,79</b>

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Ainda pela Tabela 4, se tomarmos:

1. 1998 em relação a 1990, verificaremos que a taxa média de crescimento da área plantada na região nordeste foi negativa em 5,48% a.a., refletindo o distante patamar de 300 mil ha/ano do início da década, mas é uma taxa bem inferior à da maioria dos estados nordestinos produtores de sisal, com exceção da Bahia, que tem taxa média negativa de 2,74% a.a., inferior à média regional portanto;
2. 1994 em relação a 1990, verificaremos que a taxa média de crescimento da área plantada na região nordeste chegou a seu pior patamar, foi negativa em 11,37% a.a., refletindo um franco processo de esgotamento dessa cultura, tal índice foi puxado pela Bahia, com uma taxa média negativa de 9,62%; e
3. 1998 em relação a 1994, verificaremos que a taxa de crescimento média da região nordeste obteve uma pequena recuperação, foi positiva em 0,79% a.a. para o Nordeste como um todo, com uma leve recuperação no Ceará, taxa média positiva de 1,27% a.a., mas principalmente na Bahia, com 4,67% a.a.. Esse último Estado comandou a reação da lavoura sisaleira, visto que o Ceará ainda tem peso inexpressivo nessa cultura. Os outros estados (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) não demonstraram sinal de reação, pelo contrário.

Na seqüência (Tabela 5), verificamos que as taxas média de crescimento anual para os 20 municípios de nossa amostra ratificam, nos mesmos períodos recortados, o que havíamos dito para o nordeste como um todo.

TABELA 5: SISAL (FIBRA): TAXAS DE CRESCIMENTO (%) EM ÁREA PLANTADA PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS\* -

Classif.	Municípios	Tend. Cresc. (%)			
		98/90	94/90	98/94	90-98
1	Campo Formoso	29,05	19,83	38,98	12,84
2	Santaluz	(1,14)	(5,80)	3,75	(3,46)
3	Conceição do Coité	(4,72)	(13,09)	4,46	(7,95)
4	Ourolândia	(4,65)	(9,25)	0,19	(3,83)
5	Valente	0,00	(7,83)	8,50	(1,76)
6	Jacobina	(3,03)	(3,73)	(2,33)	(9,10)
7	Queimadas	(3,23)	(9,42)	3,39	(6,03)
8	Mirangaba	(10,28)	(15,63)	(4,58)	(13,73)
9	São Domingos	(1,68)	(4,32)	1,03	(4,04)
10	Retirolândia	(1,44)	(3,28)	0,44	(4,80)
11	Itiúba	37,76	72,49	10,01	40,14
12	Várzea Nova	(0,30)	1,81	(2,35)	0,87
13	Nordestina	1,76	3,27	0,27	(5,69)
14	Umburanas	(6,52)	(10,21)	(2,67)	(8,37)
15	Morro do Chapéu	(1,91)	(34,35)	46,57	(12,73)
16	Araci	(10,37)	(19,66)	0,00	19,29
17	Monte Santo	15,31	(2,26)	36,04	1,50
18	Cansanção	22,28	(6,94)	60,69	27,49
19	Capim Grosso	(3,42)	(3,56)	(3,28)	(4,90)
20	Serrolândia	(6,76)	(11,09)	(2,22)	(8,42)
	Total	(0,72)	(7,01)	6,00	(3,43)

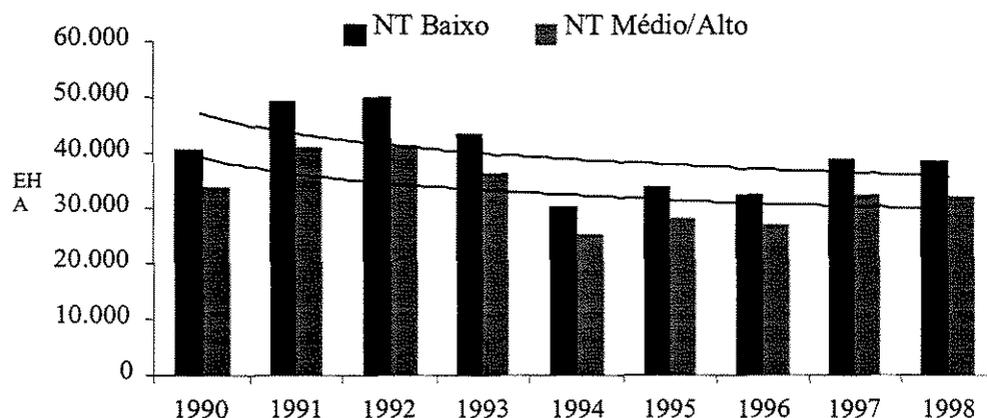
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

\* Esse Municípios correspondem a 91% da área total ocupada com sisal no Estado da Bahia.

O crescimento médio da área plantada, considerando o total dos municípios selecionados, foi negativo em 0,72% a.a., tomando-se 1998 em relação a 1990. Essa taxa “98/90” é razoavelmente boa, apesar de ainda ser negativa, se formos levar em conta o péssimo índice, negativo em 7,01% a.a., quando tomamos 1994 em relação a 1990. E a taxa média de crescimento de “98/94” pode ser considerada muito boa, positiva em 6% a.a., puxada pelos municípios de Cansanção (60,69%), Morro do Chapéu (46,57%), Campo Formoso (38,98%), Monte Santo (36,04%), Itiúba (10,01%) e Valente (8,5%), respectivamente. Esses 6 municípios foram os que obtiveram recuperação mais expressiva se observamos as suas taxas médias de crescimento de “94/90”. Dentre esses 6 citados, apenas Morro do Chapéu e Conceição do Coité não estão diretamente envolvidos nas ações da APAEB-Valente. Chamamos a atenção para o município de Valente, que sai de uma situação extrema-negativa em “94/90” para uma extrema-positiva em “98/94”.

Na última coluna da Tabela 5 observamos a tendência de crescimento da área plantada com sisal para o período “90-98”, que indica uma tendência negativa (4,43%) para o total dos municípios selecionados. Isso mostra que a trajetória de declínio ainda não foi revertida na região como um todo, podendo ou não se acentuar em períodos vindouros. Reiteramos que essa situação de declínio se alterará firmemente caso um programa mais amplo de convivência com o semi-árido seja reproduzido para todo o nordeste e centro-norte baianos, o que requer um projeto de desenvolvimento rural envolvendo o Estado e a sociedade civil organizada.

Avaliamos os municípios sisaleiros também pela demanda por mão-de-obra (Gráfico 4), medida em equivalentes-homens-ano (EHA)<sup>46</sup>, que representa a quantidade de força de trabalho potencial, isto é, o quanto de vagas poderiam ser ocupadas durante um ano na lavoura de sisal, independente da idade e sexo.



Fonte: IBGE-PAM/SEI-Ba.

**GRÁFICO 4: Demanda por mão-de-obra no sisal em EHA/ha, por nível tecnológico (NT)**

A cultura do sisal representa 4,11% da área agrícola total do estado que é de 3.390.957 de hectares. Podemos considerá-la uma área pequena, inferior a 7% da área total, e com grande ocupação por hectare, de 0,27 EHA/ha, acima de 0,18 EHA/ha, que é média da Bahia.

<sup>46</sup> Ver estudo sobre a “Mão-de-obra agrícola na Bahia”. Série Estudos e Pesquisas, Salvador: SEI, 2000.

A quantidade da área plantada vai determinar o grau de ocupação, sugerindo uma ocupação mais significativa no nível tecnológico baixo e uma ocupação menor no nível tecnológico médio ou alto, já que a cultura do sisal é essencialmente ocupadora de mão-de-obra. Portanto, ao observarmos o Gráfico 4, podemos notar que o potencial de ocupação acompanha o crescimento ou o declínio da quantidade de área plantada, mesmo sendo o potencial de ocupação no nível tecnológico médio ou alto (“NT Médio/Alto”) menor do que no nível tecnológico baixo (“NT Baixo”), ou seja, uma grande ocupação por hectare é uma característica natural da cultura<sup>47</sup>.

A variação da ocupação potencial (Tabela 6) é favorável em 20% (variação positiva) no nível tecnológico baixo, quando comparado ao nível tecnológico médio ou alto e é desfavorável em 16,7% no nível tecnológico médio ou alto (variação negativa), quando comparado ao nível tecnológico baixo, para o total da área plantada nos 20 municípios sisaleiros selecionados. Além dos dados demonstrarem que as variações na ocupação não dependem significativamente do nível tecnológico, mas da variação da quantidade de área plantada, é preciso registrar que, no ano de 1998, o sisal demandou uma ocupação de 38.463,53 EHA no nível tecnológico baixo e 32.052,94 EHA no nível tecnológico médio ou alto, o que pode sugerir que qualquer perspectiva de melhoramento tecnológico (recuperação do solo e tratos culturais apropriados) manterá ainda uma ocupação significativa. Ou seja, o nível tecnológico não é uma restrição forte ao desenvolvimento dessa cultura, pelo contrário, é recomendável que a questão do conhecimento tecnológico sirva de base para se repensar a inserção mais qualificada dos diferentes trabalhos de homens e mulheres na atividade sisaleira.

TABELA 6: SISAL - OCUPAÇÃO POTENCIAL EM FUNÇÃO DA ÁREA PLANTADA, POR NÍVEL TECNOLÓGICO\*

NT	1990	1991	1993	1994	1995	1997	1998	Var (%)
Baixo	40.745,79	49.370,26	43.661,65	30.469,27	33.837,18	38.795,29	38.463,53	20,0
Médio/Alto	33.954,82	41.141,88	36.384,71	25.391,06	28.197,65	32.329,41	32.052,94	-16,7

Fonte: IBGE-PAM/SEI-Ba.

\* Dados considerados p/ o total da área dos 20 Municípios selecionados.

Pelos dados da SEI/EBDA/SEADE, essa demanda de ocupação total na cultura do sisal, para 1998, foi de 37.655,32 EHA na Bahia, representando 6,08% do total da ocupação de

<sup>47</sup> Lembramos que essa análise vale somente para a cultura do sisal.

mão-de-obra agrícola no estado<sup>48</sup>. Portanto, esses dados revelam que o sisal, por si só, está longe de gerar maior ocupação de mão-de-obra agrícola para sustentar o grande número de famílias que vivem em situação de exclusão no semi-árido baiano. Em função do que se esperou do plantio do sisal no passado em termos de ocupação/renda e do que realmente se obteve, marginalização e empobrecimento para a maioria trabalhadora, não devemos projetar expectativas irreais em relação ao seu potencial de ocupação. As perspectivas possíveis de ocupação de um número significativo de famílias rurais depende do consórcio da lavoura sisaleira com outras culturas e do aproveitando de todo o potencial do sisal para a indústria química, mecânica, têxtil, artesanal, etc., que possibilitaria gerar novas oportunidades de negócios. Ou seja, a lavoura do sisal gera uma ocupação potencial com um peso relativo considerável, mas somente através de políticas públicas mais abrangentes de valorização do trabalho familiar em atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural pode-se responder de modo mais realista à demanda por ocupação de quem vive no semi-árido.

Observando a previsão de investimentos e geração de empregos diretos (Couto Filho, 2000), por segmento agropecuário e por eixo econômico, para o período 2000-2003, no Estado da Bahia (Tabelas 7 e 8 a seguir), vemos que a tendência do modelo produtivista é privilegiar segmentos novos (Eucaliptos, Café, Frangos, Frutas), que geram diretamente menos empregos que os segmentos de Tradicionais e Caprinos/Ovinos, os quais têm maior peso na economia do semi-árido (na Tabela 8, ver eixo econômico do Nordeste, principalmente). Essa classificação por eixo econômico e segmento agropecuário dificulta uma análise mais detalhada, como também o fato de serem considerados só os grandes investimentos, impedindo um diagnóstico mais apurado das tendências sub-regionais e sua influência na dinâmica agropecuária baiana.

Mesmo assim, as tendências mostram onde estão concentrados os investimentos e quais as perspectivas de geração de empregos. Verificamos, nas Tabelas 7 e 8 a seguir, que o “Segmento” e o “Eixo” geradores de mais emprego por cada 1 milhão investido foram os

---

<sup>48</sup> De um modo geral, o estudo da SEI demonstra que, caso toda a área plantada na Bahia fosse cultivada em um dos níveis tecnológico, o nível tecnológico médio é que ocuparia mais em EHA, 746 mil, do que os níveis alto e baixo, 534 mil EHA e 556 mil EHA, respectivamente.

menos privilegiados pelo modelo produtivista<sup>49</sup>, o que acaba reforçando a herança com o atraso nas regiões consideradas impróprias para uma agropecuária dita moderna, que se concentraria em regiões de clima temperado ou em regiões de vale, propícias para irrigação. Aachamos conveniente enfatizar, com esses dados, que a recuperação de segmentos tradicionais como o sisal pode ser conseguida e passos importantes nessa direção vêm sendo dados pela APAEB-Valente, tanto em relação à produção agrícola em geral como em relação a novos investimentos que precisam ser canalizados para o semi-árido.

TABELA 7: INVESTIMENTOS E EMPREGOS DIRETOS PREVISTOS POR SEGMENTO AGROPECUÁRIO, BAHIA - 2000/2003

Segmento	Investimentos (R\$)	%	Empregos Diretos	%	Emprego/invest. <sup>(1)</sup>
Bovinos	12.700.000	2,27	202	1,28	16
Café	120.520.000	21,5	3.334	21,21	28
<b>Caprinos / Ovinos</b>	<b>11.000.000</b>	<b>1,96</b>	<b>2.500</b>	<b>15,9</b>	<b>227</b>
Eucalipto	274.000.000	48,87	1.380	8,78	5
Frangos	42.500.000	7,58	850	5,41	20
<b>Frutas</b>	<b>43.670.000</b>	<b>7,79</b>	<b>6.505</b>	<b>41,38</b>	<b>149</b>
Grãos	9.000.000	1,61	100	0,64	11
Peixes	41.000.000	7,31	480	2,35	12
<b>Tradicionais/outros</b>	<b>6.260.000</b>	<b>1,12</b>	<b>369</b>	<b>3,05</b>	<b>59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>560.650.000</b>	<b>100</b>	<b>15.720</b>	<b>100</b>	<b>28</b>

Fontes: Pesquisa Direta, SEAGRI, SICM, Desenbanco e Sudene. In: *COUTO FILHO, 2000.*

Nota (1): Emprego gerado por cada milhão investido no segmento

TABELA 8: INVESTIMENTOS E EMPREGOS DIRETOS PREVISTOS POR EIXO ECONÔMICO, BAHIA - 2000/2003

Eixo	Investimentos (R\$)	%	Empregos Diretos	%	Emprego/invest. <sup>(1)</sup>
Chapada	7.800.000	1,39	340	2,16	44
<b>Extremo Sul</b>	<b>288.090.000</b>	<b>51,38</b>	<b>2.859</b>	<b>18,19</b>	<b>10</b>
Grande Recôncavo	42.600.000	7,6	967	6,15	23
Nordeste	32.000.000	5,71	380	2,42	12
Planalto	17.700.000	3,16	1.345	8,56	76
<b>São Francisco</b>	<b>172.460.000</b>	<b>30,76</b>	<b>9.829</b>	<b>62,53</b>	<b>57</b>
Total Global	560.650.000	100	15.720	100,00%	28

Fontes: Pesquisa Direta, SEAGRI, SICM, Desenbanco e Sudene. In: *COUTO FILHO, 2000.*

Nota (1): Emprego gerado por cada milhão investido no segmento.

<sup>49</sup> O modelo produtivista, advindo da revolução verde, incutiu a dicotomia moderno versus atrasado, privilegiou o setor e não o território, promoveu as economias de escala (a monocultura) e a tecnologia altamente substituidora de mão-de-obra.

No que tange especificamente à questão sisaleira, a mudança mais significativa pode estar localizada no estado maior produtor de sisal, a Bahia, isto porque ela está condicionada, fundamentalmente, à formação de um novo arranjo institucional, que vem permitindo articular regionalmente iniciativas de organizações diversas de apoio à pequena produção familiar rural. Constatamos, assim, que o declínio da cultura sisaleira pode ser revertido com a superação de modelos produtivistas que, baseados na pauperização da força de trabalho e no esgotamento dos recursos naturais, geraram uma legião de mutilados, devastaram a caatinga e restringiram outras possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar, através do melhor aproveitamento do trabalho rural.

A formação de capital social no sertão baiano fez com que novas correlações de forças sociais emergissem e estabelecessem uma dinâmica de organização econômica mais incluyente. Os pequenos agricultores sertanejos tornaram-se sujeitos de um processo do qual eram vítimas, procurando na revitalização da produção sisaleira o início de um outro projeto, mais amplo, de revitalização do território. Espera-se ainda que as atividades familiares do rural sirvam de núcleo irradiador de iniciativas locais de desenvolvimento, tendo a preocupação central em gerar novas formas de ocupação. É o que procuraremos expor a seguir.

#### 3.4. A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: UM NOVO MODELO?

Nesse momento, faz-se necessário atribuir maior relevância para um programa de convivência com o semi-árido, como o que a APAEB-Valente vem conduzindo. Um programa dessa natureza ganha uma importância estratégica fundamental em regiões extremamente vulneráveis como os sertões. O programa permite atacar não só a questão da revitalização e valorização da lavoura sisaleira<sup>50</sup>, mas integrá-la a um processo de reestruturação da pequena propriedade familiar — tão sujeita às turbulências do mercado, às alterações do clima, aos reveses da estrutura social e da política deletéria — e das condições de ocupação da mão-de-obra familiar, ampliando as chances de sobrevivência e melhorando qualidade de vida.

---

<sup>50</sup> O programa deve considerar o crescimento sustentável dessa lavoura.

Podemos estabelecer dois momentos cruciais na estratégia de programa de convivência com o semi-árido: num primeiro momento, está a garantia de uma maior resiliência<sup>51</sup> do território favorável a um situação de equilíbrio sistêmico, para que se evite algum tipo de exploração excludente; e, num segundo momento, vem a promoção da sustentabilidade socioeconômico e socioambiental efetiva da propriedade familiar frente a períodos prolongados de estiagem. Com isso, far-se-á um teste importante do programa da APAEB-Valente, pois é nos períodos de seca que se fixa uma mesma e eterna imagem miserável dos sertões: o sertão desolado e vitimado, explorado por todo tipo de assistencialismo barato, que, por sua vez, é justificado pelas atitudes da velha política da trapaça. Atuar concretamente para mudar tal imagem é deveras importante, porque abre os horizontes da liberdade de escolha dentro do processo de desenvolvimento. Afinal, certas imagens também aprisionam o olhar e, por conseguinte, impedem uma melhor percepção daquilo que está sendo realmente visto.

O modelo de convivência com o semi-árido da APAEB-Valente contempla vários itens interrelacionados, a saber:

- Aproveitamento da energia solar: incentivo e difusão do uso de coletores solares para iluminação doméstica e para eletrificação de cercas em criatórios de caprinos e ovinos, fortalecendo a infra-estrutura socioeconômica.
- Impedimento do êxodo rural: ensino e aprendizagem de técnicas que permitam melhorar o rendimento da propriedade rural, promoção de cursos/eventos/encontros de lideranças e divulgação constante de informações, fortalecendo a coesão social.
- Envolvimento na elaboração de políticas públicas: estímulo à participação da sociedade civil na criação de conselhos municipais, fórum de discussões, reuniões e seminários, fortalecendo a cidadania ativa.

---

<sup>51</sup> Resiliência é uma propriedade física pela qual se dá o restabelecimento das condições vitais de um ecossistema, depois de cessado o mecanismo causador do dano. Com as condições vitais restabelecidas, o ecossistema entra em processo de regeneração, o que requer mudança no comportamento dos atores sociais envolvidos para se dar o segundo passo, a sustentabilidade dinâmica. Essa, por sua vez, deve permitir a reprodução para as gerações futuras de um ecossistema em melhor estado de regeneração, como também de evolução.

- Melhoria das condições ambientais: incentivo à regeneração do ecossistema através do reflorestamento e da preservação da fauna e da flora típicas do sertão, fortalecendo a reprodução da vida.
- Conhecimento formal/informal: garantia de ensino fundamental aliado ao ensino técnico em cultura de criatórios animais e outros experimentos através da Escola Família Agrícola (EFA), fortalecendo a educação e o autodesenvolvimento.
- Beneficiamento auto-reprodutivo incentivado: proveito e apropriação de conhecimento a respeito da caprino-ovinocultura e de sua cadeia produtiva leite-carne-couro, fortalecendo os mecanismos de geração de ocupação-renda.
- Provisão de crédito com assistência técnica adequada: implantação de fundo rotativo, utilização de crédito rural e garantia de investimentos (cooperativas de crédito) para financiar a pequena propriedade rural ou a ocupação rural agrícola e não-agrícola, permitindo a redistribuição da renda.

Uma pesquisa de campo, feita em 1998 pela própria associação e coordenada pelo sociólogo Ildes Ferreira de Oliveira, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e assessor do MOC, selecionou aleatoriamente uma amostra com 40 agricultores em 7 municípios, de um universo de 10,5% do total de beneficiados pelo programa (cerca de 400 famílias), e revelou mudanças significativas no padrão de vida familiar como podemos constatar no Quadro 2 :

QUADRO 2: APAEB-VALENTE - BENEFÍCIOS GERADOS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS

Benefícios	Situação anterior às ações da APAEB	Situação atual (até 1997)
Reflorestamento	23% não possuía árvores; 77% possuía até 50 árvores.	3% não possui árvores; 43% possui até 50 árvores; 54% possui mais de 50 árvores.
Armazenamento de Água	25% possuía 4 ou mais aguadas; 75% possuía até 3 aguadas.	52% possui 4 ou mais aguadas; 48% tem até 3 aguadas.
Culturas Resistentes à seca	3% possuía entre 3 e 5 tarefas plantadas; 20% possuía entre 1 e 3 tarefas plantadas; 52% possuía até 1 tarefa plantada; 25% não possuía nenhuma tarefa plantada.	15% possui entre 5 e 10 tarefas plantadas; 25% possui entre 3 e 5 tarefas plantadas; 50% possui entre 1 e 3 tarefas plantadas; 5% possui até 1 tarefa plantada; 5% não possui tarefa plantada.
Presença da caprino-ovinocultura	3% possuía mais de 60 cabeças; 25% possuía entre 21 e 60 cabeças; 75% possuía até 20 cabeças.	23% possui mais de 60 cabeças; 29% possui entre 21 e 60 cabeças; 38% possui até 20 cabeças.
Renda familiar	3% tinha renda familiar/mês > R\$ 200,00; 15%, entre R\$ 130,00 e R\$ 200,00; 82% tinha renda familiar/mês < R\$ 130,00.	42% passa para renda > R\$ 200,00. 33% passa para R\$ 130,00 e R\$ 200,00; 25% passa para renda < R\$ 130,00.

Fonte: Relatório Anual de 1998 – APAEB/Valente, 1999 e Oliveira, I. F. de, 1999.

Os melhoramentos no patrimônio das famílias também foram constatados como podemos ver no Quadro 3:

QUADRO 3: APAEB-VALENTE – MELHORIAS NO PATRIMÔNIO FAMILIAR

Tipo de Melhoramentos	Antes (%)	Depois (%)
- Bicicleta	37,5	40,0
- Motocicleta	5,0	20,0
- Rádio ou aparelho de TV	67,5	90,0
- Aumento da Propriedade Rural	-	30,0
- Aquisição de Imóvel urbano	10,0	25,0
- Melhoramento Habitacional	-	32,0
- Kit de Energia Solar	-	15,0
- Melhoramentos nas cercas	-	95,0
- Construção de aprisco	-	12,5
- Motor de Sisal	5,0	7,5

Fonte: Levantamento de Campo, 1998. In: Oliveira, I. F. de, 1999.

A elevação do nível de renda e a melhoria no patrimônio familiar foram sintomas de acesso ao mercado de bens de consumo pessoal e de bens duráveis, bem como da melhoria geral da propriedade. Além desse aspecto, para assegurar uma qualidade de vida verdadeiramente melhor, é preciso recuperar e preservar os recursos naturais. Uma das hipóteses levantadas pela associação é de que a aridez do clima tem muito a ver com a devastação da caatinga, pois a fauna e a flora nativas estão quase extintas. O que vem sendo feito pela APAEB-Valente é o fornecimento de mudas e a realização de campanhas (“Preserve o sertão”) para estimular o plantio do umbuzeiro, da cajazeira, do cajueiro, da algaroba, da leucena, etc., que são nativas ou adaptáveis à região, e ampliar a capacidade de resiliência do ecossistema sertanejo, bem como reduzir assimetrias sub-espaciais e socioambientais.

O problema do uso racional da água é outro ponto dramático, pois os mananciais de superfície estão quase esgotados e há pouca utilização de mananciais subterrâneos. Ao lado da escassez, está a redução da qualidade da água em toda a região, seja por causa da poluição e morte dos rios ou pela salinização, fatores que elevam os custos para a obtenção de água potável e para uso agrícola. A APAEB-Valente vem incentivando a coleta e o armazenamento de água da chuva em reservatórios apropriados<sup>52</sup>, construídos em mutirão e para uso coletivo racionalizado, já que as chuvas são poucas.

<sup>52</sup> A água desses reservatórios duram um ano em média.

Outra medida da associação tem sido a perfuração de poços artesianos com uma perfuratriz própria, recentemente adquirida, além da constante cobrança de parcerias com o poder público para melhorar as condições de abastecimento de água na região.

Já se sabe que a palma, geralmente utilizada para a alimentação animal, tem sido um importante fator de sustentação da propriedade familiar rural, alguns já admitem que ela tem uma importância maior até que o sisal. O ideal, no entanto, é investir na diversificação e no consórcio de culturas, já que o sisal sozinho não supre as necessidades do agricultor, afinal de contas a APAEB-Valente, por conta da Fábrica de Tapetes, é a principal interessada em assistir o agricultor, ajudando-o no planejamento racional de sua propriedade, para que ele possa cultivar uma planta de sisal que forneça fibras de qualidade superior, pelas quais vem pagando um preço maior que o do mercado, e, simultaneamente, plantar outras plantas forrageiras, criar animais de pequeno porte e construir aguadas.

A caprino-ovinocultura tem recebido uma atenção especial da APAEB-Valente e da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), já que a maioria dos projetos são destinados a esse tipo de criatório. Por serem animais de fácil adaptação ao semi-árido (consomem pouca água e alimentam-se da vegetação rasteira disponível) e, comparada ao gado bovino, a ovelha ou a cabra é bem mais rentável, porque produz de 8 a 10 arrobas de carne, enquanto que o boi produz entre 4 e 5 arrobas, considerando uma mesma área. Atualmente, a APAEB-Valente implantou um curtume e uma usina de leite de cabra. Ao entrar no mercado de pele, antes de implantar a unidade de beneficiamento, a APAEB-Valente começou a adquiri-la diretamente do pequeno criador por R\$ 7,00 a ovina e por R\$ 4,00 a caprina, que eram compradas pelos atravessadores por R\$ 2,00 e R\$ 1,50, respectivamente.

Podemos apontar também que a superioridade nutritiva da carne caprina (ver Quadro 4) em relação a várias outras é um indicador de importância econômica, pois abre um nicho de mercado para que um prato típico regional possa ser incluído na dieta dos brasileiros.

QUADRO 4: QUANTIDADE DE NUTRIENTES (G) ENTRE DIVERSAS CARNES

Carne assada (100 g)	Calorias	Gordura (g)	Colesterol (g)	Proteína (g)	Ferro (g)
<b>Caprino</b>	<b>131</b>	<b>2,76</b>	<b>0,85</b>	<b>25</b>	<b>3,54</b>
Ovino	252	17,14	7,82	24	1,50
Bovino	263	17,14	7,29	25	3,11
Suíno	332	25,72	9,32	24	2,90
Frango	129	3,75	1,07	24	1,61

Fonte: Dairy Goat Journal, jan/fev de 1999. In: Informativo "Folha do Sisal", Valente/Ba, set/99.

A experiência com o crédito alternativo, desde as primeiras tentativas realizadas pelo MOC na região e a "Poupança-APAEB", representa um esforço histórico e uma aprendizagem acumulada que permitiu a construção de uma cooperativa de crédito em 1994. A APAEB/Valente, com o apoio do MOC, articula a criação da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), entidade independente da Associação e com diretoria própria, que, além de contar com recursos repassados pelo governo federal do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), centraliza as operações financeiras da Associação, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de outras pessoas e entidades da sociedade civil. Constam ainda duas linhas especiais de crédito que são o Fundo Rotativo-Criatório e o Fundo Rotativo-Energia Solar<sup>53</sup>, que são os programas básicos de distribuição de pequenos financiamentos.

Essas linhas especiais de crédito são baseadas na equivalência produto, ou seja, os empréstimos concedidos são convertidos, particularmente, em quilos de carne caprina/ovina e reconvertidos em dinheiro na época do pagamento, de acordo com o preço da carne caprina/ovina no mercado. Esse procedimento permite ao pequeno agricultor uma idéia palpável do custo financeiro do empréstimo, tornando o serviço bancário mais próximo à realidade dele. O resultado é um baixo índice de inadimplência, variando entre 3 e 5% em períodos normais e chegando a 25% em períodos de seca<sup>54</sup>. Devido ao sucesso, essa idéia tem sido reivindicada pelo movimento social para ser incluída em programas oficiais voltados para a agricultura familiar.

<sup>53</sup> Fundo de ajuda mútua formado por contribuições que se destinam a cada membro de uma comunidade ou grupo de forma alternada e regular, fomentando pequenas poupanças ou pequenos capitais de crédito.

<sup>54</sup> A elevação do índice de inadimplência em época de seca, como a que houve em 1997 na região, apesar de ser significativo, apenas ocasiona uma suspensão temporária do pagamento, visto que o que vale é que o agricultor possa manter seu rebanho (capital) e possa planejar melhor seus gastos (saber qual melhor época para a venda da carne e da pele), o que tem requerido um certo tempo de aprendizagem.

Depois da experiência bem sucedida de Valente, as cooperativas de crédito rural difundiram-se pela Região. Mais oito municípios passaram a contar com cooperativas de crédito rural: Serrinha, Araci, Pintadas, Inhambupe, Feira de Santana, Conceição do Coité, Nova Fátima e Rio Real. Criaram a Associação das Cooperativas de Crédito do Estado da Bahia (ASCOOB), com sede em Feira de Santana, e estão integradas ao Sistema Brasileiro de Bancos Cooperativos (SICOOB). Até agosto de 2000<sup>55</sup>, as cooperativas alcançaram 23.869 cooperados, um volume de operações de crédito de cerca de R\$ 65 milhões e um capital social contábil de pouco mais de R\$ 14 milhões. De 1994 até 2000, foram fundadas 34 cooperativas, 19 postos e 53 pontos de atendimento no Estado da Bahia.

Ressaltamos que esse processo acima descrito deveu-se ao caráter da mudança socioeconômica empenhada pelo movimento social, passando de formas simples de luta social (contestações, denúncias, reivindicações, etc.) para a criação de instâncias participativas (dias de estudo, encontros locais/regionais, reuniões associativas, etc.) cujo principal objetivo era fundar formas de organização que promovessem a inclusão dos pequenos agricultores num estilo de desenvolvimento mais justo e sustentável, o que culminou na criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), como um instrumento coletivo fértil dentro desse propósito maior.

O que podemos chamar, provisoriamente, de Modelo-APAEB é, fundamentalmente, a importância que se tem dado ao aproveitamento de uma potencialidade econômica regional, o plantio comercial do sisal, e a maneira como a organização dos pequenos agricultores aprendeu a apreendê-lo, a viabilizá-lo e a dotá-lo de uma perspectiva mais integral da vida no semi-árido, onde a convivência com as adversidades gerou soluções alternativas e conseqüentes. Assim, entendemos que a experiência de Valente só se viabilizou por causa da interferência interna, protagonizada pelos agricultores e externa, pelas demais organizações com quem têm vínculos fortes e mantêm parcerias, já que, em todo acerto e erro, a APAEB-Valente não tem “inventado” sozinha um modelo sustentável de desenvolvimento rural, pois *“o desenvolvimento é uma dança que de nenhum modo se baila sozinho”*.

---

<sup>55</sup> Informativo ASCOOB, agosto de 2000.

### III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura crítica por nós utilizada sobre a idéia de capital social abrange as abordagens de Jawdat Abu-ei-haj, Javier Santiso e John Durston, que trataram da realidade latino-americana e mudaram um pouco o enfoque predominante na literatura sobre Capital Social, ou seja, aquela que disseminou a idéia de harmonia social e de equilíbrios sociais duradouros (Putnam, 1996). Com base nessa literatura crítica destacamos:

- O reconhecimento da importância do compromisso social das lideranças idealistas de movimentos sociais bem-sucedidos aliado a uma prática política coerente, como um tipo eficaz de capital social.
- A possibilidade de oferecer políticas e medidas concretas de “empoderamento” dos atores sociais, partindo-se de: um inventário social das comunidades locais; uma tática que vise ocupar espaços deixados pelo clientelismo já debilitado para fazer ressurgir o capital social latente ou reprimido; uma “escavação arqueológica” do Capital Social pela recuperação da história oral das comunidades; um estímulo ao desenvolvimento de atitudes sociais em grupos de ascendência; um levantamento de alternativas que possam criar oportunidades de ampliação dos laços de reciprocidade e cooperação; um apoio externo e até proteção às associações camponesas incipientes contra o assédio do clientelismo autoritário; uma vigilância criativa frente aos sistemas de clientelismo autoritário e aos baques que eles venham sofrer; uma capacidade de resposta rápida nos projetos e programas; uma sistema de prioridades que forje em cada funcionário de um projeto/programa uma missão social e um “espírito público”; uma reflexão conjunta das possibilidades de parcerias entre governo e sociedade civil; um provimento às comunidades empobrecidas com benefícios materiais de curto prazo e um programa que as habilite para o exercício da cidadania.
- O despertar para o interesse em fazer um importante exercício de memória viva para resgatar, documentar, revisar e difundir as experiências bem-sucedidas, protagonizadas pela sociedade civil e pelos governos, a fim de aumentar o acervo de conhecimento acumulado e compartilhado.
- A mobilização coletiva e o incentivo à participação não só de elaboradores dos programas/projetos, mas também da participação dos destinatários/beneficiários nos

mesmos, a fim de reforçar a relação entre a eficácia de políticas de desenvolvimento e a participação democrática ativa.

No que tange às dificuldades para se criar capital social, Woolcock destacou outros fatores que consideramos relevantes expor, são eles: desigualdades étnicas, de classe e de sexo difundidas, que vêm aumentando e se consolidando; empobrecimento endêmico, que se prolifera através de redes sociais de segurança de difícil escapatória no atual estágio do capitalismo global; leis inadequadas, uniformes, fracas, injustas, que ostentam e criam obrigações indiscriminadamente; crescimento de uma geração de políticos que não são livre e razoavelmente eleitos pelos cidadãos, que contam com poucas alternativas eleitorais sérias; reconhecimento empírico de que grupos dominantes e subordinados dificilmente compartilham resultados em proveito mútuo; proliferação de guerras, aumento da escassez de recursos naturais básicos, opressão inflacionária obsessiva e desemprego crônico minando a mínima sensação de aplicabilidade das leis e da ordem democrática; e constatação prática de que as minorias são velada ou abertamente discriminadas.

As diversas abordagens, que tiveram o conceito de capital social como referência, de um modo geral, chamaram atenção para as “*múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis*”, como conteúdo sinérgico básico para a promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, a ação do movimento social transforma-se em energia potencializadora, como combustível do capital social, por isso que o definimos como a capacidade coletiva de constituir/articular redes de sociabilidade e convertê-las em “ativo social”, para que mobilize as forças produtivas. Esse caráter complementar entre sociedade e economia deve ser ressaltado, para que se compreenda a idéia de capital social dentro de um conjunto mais amplo de fenômenos sociais que interferem no processo de desenvolvimento, como podemos refletir a partir das abordagens de Myrdal e Hirschman.

Queremos dizer que, além de nos apoiar nas abordagens de Kliksberg, Santiso e Durston — que trataram da realidade latino-americana — e acatarmos em boa medida as críticas feitas por Woolcock, um enfoque dinâmico do Capital Social, em oposição ao enfoque estático, pode ser explorado também com base nas observações pontuais de dois pensadores do desenvolvimento econômico, Gunnar Myrdal e Albert Hirschman.

Myrdal (1960), discutindo questões relativas ao desenvolvimento em regiões subdesenvolvidas, propôs a adoção metodológica do princípio da causação circular, em que

“*tudo é causa de tudo, de maneira circular e interdependente*”, para mostrar que fatores não-econômicos (etnia, gênero, tradição, etc.) exercem uma influência importante na economia, devendo ser considerados como “fenômenos multicausais”, simultaneamente causa e efeito, do processo de desenvolvimento em países ou regiões subdesenvolvidas. Esse autor considera o jogo de forças vivas da sociedade, sua história, origem sócio-cultural, valores e ideais políticos como variantes do processo de desenvolvimento econômico. Não podemos reduzir as observações de Myrdal ao conceito contemporâneo de Capital Social, mas elas devem ser exploradas por essa literatura devido à afinidade de propósitos.

Se o enfoque dinâmico de Capital Social pode ser definido a partir de certas características da organização social que tornam possíveis a construção de acordos, redes, sinergias e instituições mobilizadoras da sociedade, não há nele a pretensão de fornecer um fator determinante único ou uma causalidade explícita para que dela se tirem leis gerais. O seu propósito é de revelar o implícito, o tácito, como ponte, como possibilidade de conexão, como elemento interativo, aberto e receptivo, como fator intangível que influencia a prática social, dá-lhe direção e abastece de sentido (troca simbólica) os atos concretos. A contribuição de Myrdal, portanto, é bastante rica e pode fornecer mais base teórica à idéia de Capital Social na medida em que podemos compreendê-la, essencialmente, como um dos “fenômenos multicausais” do processo de desenvolvimento mas não o único, como fazem crer inúmeros estudos recentes.

Já Albert Hirschman tem uma contribuição a respeito do tema relacionada à abordagem dos interesses privado e público que subjazem nas motivações do ator social, e de como cada ator passa deste para aquele interesse e vice-versa. Um de seus últimos ensaios, particularmente um de 1995, “*Social conflicts as pillars of democratic societies. A propensity to self-subversion*”<sup>56</sup>, faz considerações lúcidas sobre o debate em torno da idéia de capital social. O que parece ser óbvio para Hirschman é que o debate sobre as fontes da mudança social tivesse passagem obrigatória pelas virtudes do conflito social. É da centralidade desse aspecto de que trata.

---

<sup>56</sup> Utilizamos a versão espanhola de 1996.

Hirschman (1996) observa que os cientistas sociais do ocidente aceitaram, implicitamente, a idéia de que o conflito é puramente destrutivo e não deram importância à amplitude e características dos conflitos nas diversas sociedades.

*“Os conflitos surgem das nascentes desigualdades e das decadências setoriais ou regionais: precisamente a contrapartida de vários acontecimentos ou desenvolvimentos dinâmicos que se originam em outros âmbitos da economia. Nas sociedades que gozam de liberdade de expressão e associação, as preocupações sobre assuntos tendem a mobilizar o povo que se vê diretamente afetado e aos cidadãos que são sensíveis a sentimentos mais ou menos compartilhados acerca da justiça social. Estes dois grupos expressam suas exigências de ação corretiva e reformas, exigências que se baseiam tanto em interesses próprios como em autêntica preocupação pelo bem público. (...) O segredo da vitalidade da sociedade pluralista de livre mercado e de sua capacidade para renovar-se quiçá esteve na conjunção e na sucessiva erupção de problemas e crises. A sociedade produz assim uma estável dieta de conflitos que necessitam atenção e que a sociedade aprende a manejar.” (Hirschman, 1996:276 – Tradução livre do autor) (grifos nossos)*

Podemos deduzir das observações de Myrdal e de Hirschman que a construção do social do desenvolvimento deve levar em conta não só a capacidade de cooperação horizontal e a reciprocidade-confiança, tão pregada por Putnam, mas, como sugere Myrdal, as causas múltiplas (p. ex., cooperação horizontal e vertical) e, como sugere Hirschman, os conflitos construtivos (p. ex., as paixões e os interesses) enquanto fontes virtuosas da mudança social que devem ser aproveitadas pelas políticas de desenvolvimento. Por essas óticas, os dilemas coletivos passam da condição de empecilho para a de orientadores da ação coletiva e das medidas de política pública.

Essas reflexões nos levam à constatação de que a idéia de Capital Social é um atributo especial do processo de desenvolvimento mas não o único, pois, mais que exprimir uma função ou representar um estoque de relações sociais, faz parte das características multifacetadas e conflituais da estrutura social que perpassam as organizações e regulam-nas dinamicamente dentro de um cenário de incerteza, instabilidade e complexidade. Mais que representarem estoques acumulados (“capital imobilizado”), as relações sociais representam investimento partilhado (“capital mobilizado”), ou seja, uma forma ativa de capital social.

Myrdal e Hirschman abrem, a nosso ver, uma perspectiva analítica da idéia de capital social que pode ser melhor tratada em estudos teóricos posteriores. Para o propósito

deste texto, importa mostrar que tais autores chamam a atenção para o papel dos sujeitos ou atores sociais na superação de barreiras ao desenvolvimento e que corroboram o entendimento de que esses atores aprendem não só com os êxitos, mas também com os erros, e podem utilizar-se dos obstáculos ao desenvolvimento como vetores do próprio desenvolvimento. Como não se pode conhecer todas as dificuldades a enfrentar quando indivíduos e instituições estão envolvidos em projetos de desenvolvimento, os conflitos passam a ser os sinalizadores mais claros dos passos a seguir, não sendo os obstáculos concretos em si que impedem de se alcançar o desenvolvimento, a própria falta de percepção sobre os obstáculos a que se deve superar e sobre a influência dos fenômenos multicausais a que se deve investigar é que muitas vezes impede.

Com tal perspectiva, vimos a experiência de organização dos pequenos agricultores no município de Valente/Bahia como a uma construção ativa de capital social. O trabalho da pastoral rural católica, no final dos anos 60, ainda sob a forma de convivialidade simples, representou o estado de insipiência do capital social, mas, depois, com a atuação mais independente do MOC, na década de 70, as formas de convivialidade ganharam complexidade à medida que as relações sociais evoluíam e permitiam que reeclodissem diversas entidades populares reprimidas (STR's, associações comunitárias, etc.), o que representou um estágio de mobilização do capital social, que se estendeu aos anos 80. Foi, porém, nos anos 90, com a constituição e consolidação de entidades e espaços de discussão participativos, mais autônomos e inseridos (MOC, APAEB's, STR's, Fóruns, Conselhos, etc.), que a complexidade das relações sociais se estabeleceu como uma "dieta de conflitos virtuosos" e possibilitou o amadurecimento de um novo estágio, o de construção ativa de capital social, momento em que veio à tona a experiência dos pequenos agricultores do município de Valente.

Sobre a experiência de Valente temos a ressaltar que:

- É preciso superar a falsa dicotomia entre o social e o econômico, a trajetória da APAEB ora como movimento social, ora como associação de pequenos agricultores e ora como cooperativa de produção mostrou que, para superar as adversidades, foi necessário investir em atividades socioeconômicas que dessem suporte ao pequeno agricultor, e que esse tipo de investimento deverá ocorrer sempre que houver amadurecimento político e capacitação/habilitação dos pequenos agricultores.

- Mesmo atuando numa região de estrutura fundiária bastante rígida, os êxitos foram obtidos aproveitando-se as fendas abertas numa estrutura verticalizada de relações sociais, passando a desenvolver alternativas (saídas) com base na pequena produção familiar rural, dando-lhe escala de organização socioeconômica na região.
- Foi possível abrir fendas na estrutura verticalizada de relações sociais quando uma mudança de orientação da Igreja Católica, no âmbito externo e interno, permitiu uma maior inserção de lideranças leigas nas comunidades rurais, viabilizando o surgimento de entidades como o MOC, para articular o processo organizativo incipiente. A influência desse fator externo na construção do capital social no sertão baiano não pode ser entendida apenas de modo cabal, ou seja, deve ser considerado o próprio fracionamento interno da Igreja Católica com a criação de sua vertente libertária na América Latina, a Teologia da Libertação, que questionou a hierarquização da fé e possibilitou a manifestação de uma “fome de fé sem fome de pão”.
- A recusa da APAEB em aceitar que no semi-árido as áreas inferiores a 100 hectares sejam consideradas inviáveis economicamente por alguns organismos públicos, acabou estimulando-a a demonstrar que o que ainda falta são investimentos, desenvolvimento tecnológico apropriado, assistência técnica constante, criação de oportunidades e políticas sociais de abrangência regional. A APAEB tenta subverter a idéia de que o tamanho da propriedade é um condicionante estrutural e procura um modelo que leve em conta a escala de organização social e não setorial, a fim de viabilizar propriedades entre 5 e 50 hectares.

Entre as preocupações e os limites da relação entre APAEB-Valente e movimentos sociais, alguns elementos, revelados por lideranças rurais da região, são elucidativos e sinalizam futuras ações, vejamo-los abaixo:

- Não há um estímulo à união entre o movimento sindical e a APAEB-Valente. O maior envolvimento se dá quando há um benefício imediato, como no aumento do preço pago à pele de caprino vendida pelo pequeno criador. Já a defesa do trabalhador rural deve ser feita por todos e não por uma entidade isolada, visto que falta também uma maior comunicação entre APAEB e STR's.
- A APAEB-Valente não tem como dar assistência a todos os municípios, visto que tem ajudado ao movimento social dentro de suas possibilidades. Os pequenos agricultores são

mal informados do seu trabalho; uma parte do movimento sindical não quer se relacionar com a ela e outros setores não gostam dela porque não conhecem seu trabalho; há uma resistência do movimento sindical ao trabalho da Associação; a Associação não tem uma grande presença em C. do Coité, por exemplo.

- A cultura das pessoas ligadas ao movimento sindical dificulta uma avaliação mais consistente, visto que há muito conflito no movimento sindical e falta de articulação entre os STR's.
- Há avanços na relação STR's-APAEB, a existência de várias atividades da Associação limitam o êxodo rural, embora falte ainda um maior trabalho de conscientização dos jovens rurais, através de parcerias. Uma melhor definição dos papéis tanto do STR como da Associação ainda está por se desenhar.

As parcerias entre movimento social, entidades civis e governos pode fomentar a formação de ativo capital social em escala regional e em cada localidade, revitalizando as bases materiais (sociais e econômicas), ecológicas (convivência com o semi-árido) e imateriais (cultura, valores, tradições) do processo de desenvolvimento. A experiência da APAEB-Valente, portanto, se insere nesse processo como sua principal referência, visto que a própria Associação é fruto de uma protagonização local bem sucedida entre pequenos agricultores e sociedade civil organizada.

#### IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

\_\_\_\_\_. **Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural** (versão preliminar). II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica. São Luís/MA, dezembro de 1998. (mimeo.)

AB’SÁBER, A. N. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida.** In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 13, nº 36. São Paulo/SP: IEA/USP, mai-ago de 1999, p. 7-59.

ABU-EI-HAJ, Jawdat. **O debate em torno do Capital Social: uma revisão crítica.** BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 47, 1999, pp. 65-79.

ALBÚRQUERQUE, F. La importancia de la producción local y la pequeña empresa para el desarrollo de América Latina. *Revista de la CEPAL*, nº 63. Chile, diciembre, 1997, p.147-160.

ALMEIDA, W. **Cidadania Ativa: a experiência dos pequenos produtores rurais de Valente/BA.** In: *CAMAROTTI, I. e SPINK, P. (Orgs.). Parcerias e pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas.* Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2000, p. 11-32.

ARAÚJO, T. B. de. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação.** In: DOSSIÊ NORDESTE - *Revista Estudos Avançados*, vol. 11, nº 29. São Paulo/SP: IEA/USP, jan-abr de 1997, p. 7-36.

ARAÚJO, T. P. de, SOUZA, A. do V. & LIMA, R. A. de. **Nordeste: economia e mercado de trabalho.** In: DOSSIÊ NORDESTE - *Revista Estudos Avançados*, vol. 11, nº 29. São Paulo/SP: IEA/USP, jan-abr de 1997, p. 55-77.

ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO À ECONOMIA FAMILIAR. **Informativo ASCOOB.** Feira de Santana/BA, Ano I, nº 1, julho de 1999.

ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO À ECONOMIA FAMILIAR. **Informativo ASCOOB.** Feira de Santana/BA, Ano II, nº 1, agosto de 2000.

APAEB-VALENTE. **Relatório Anual da Batedeira Comunitária de Sisal.** Valente/BA, 1991.

APAEB-VALENTE. **Relatório Anual da Batedeira Comunitária de Sisal.** Valente/BA, 1992.

APAEB-VALENTE. **Relatórios Anuais da APAEB-Valente.** Valente/BA, anos: 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

APAEB-VALENTE. **Informativo APAEB**. Vários números. 1989 a 1991.

APAEB-VALENTE. **Informativo Folha do Sisal**. Vários números. Valente/BA, 1995 a 2000.

APAEB-Valente. **Boletim Informativo**, nº 17. Valente/BA, 1994.

APAEB-Valente. **Relatório da Produção e Consumo no Município de Valente**. Valente/BA, 1999. (cartilha)

APAEB-Valente. **Experiência Alternativa de Convivência com o Semi-árido**. Valente/BA, 1996. (mimeo.)

BIANCHI, Tito. **The complex task of surviving: lessons for policy-makers from Northeast brazilian cooperatives**. Department of Urban Studies, MIT – Banco do Nordeste do Brasil. (paper) october 14, 1998. (mimeo.)

IBGE – Banco de Dados. **Censos Agropecuários**, 1970, 1980 e 1996.

IBGE – Banco de Dados. **Produção Agrícola Municipal - PAM**, anos 90.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão nº 630. Brasília/DF: IPEA, 1999.

BRANDENBURG, A. **Agricultura Familiar: ONG's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba, PR: Ed. Da UFPR, 1999.

BRASIL. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Coord.). **Projeto Áridas. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável** (versão preliminar). Brasília, dez/1994.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES AGRÍCOLAS (CEIA). **Produtores Informados, produtos valorizados**. Feira de Santana, 1992. (cartilha)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR/BA. **Alternativas Sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira**. Série Cadernos CAR, nº 4. Salvador, julho de 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR/BA. Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS. **Relatório da Reunião Temática do Pólo Sisaleiro**. Salvador/BA, novembro de 1999.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. Salvador/BA: CESE, 1996.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. **Consulta Economia Popular: viabilidade e alternativas**. Salvador/BA: CESE, 1997.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. **Campo e Cidade: em busca de uma agenda comum**. Salvador/BA: CESE, 1998.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. **Caminhos**. Salvador/BA: CESE, 1999.

COOPERATIVA VALENTENSE DE CRÉDITO RURAL/SICOOB. **Fundo Rotativo**. Valente/Ba, 1999. (planilha)

COUTO FILHO, V. de A. **Os “novos rurais” baianos**. In: *GRAZIANO DA SILVA, J. e CAMPANHOLA, C. O novo rural brasileiro: uma análise estadual: nordeste. Vol. 2*. Jaguariúna/SP: EMBRAPA, 2000, p. 97-138.

\_\_\_\_\_. **Tendências para a agropecuária baiana**. Salvador/BA, 2000.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo/SP: Cortez: Autores Associados, 1988.

DESER. **Agricultura familiar e desenvolvimento local**. Curitiba/PR, maio de 1997. (mimeo.)

DURSTON, Jonh . **Construyendo capital social comunitario**. In: Revista de la CEPAL, nº 69. Chile, diciembre de 1999, p. 103-118.

EHLERS, E.. **Relatório de Encerramento de Projeto: industrialização do sisal**. Convênio nº BR- 756. INTER-AMERICAN FOUNDATION, 1997. (mimeo.)

EVANS, P. **El estado como problema y como solucion**. Revista Desarrollo Económico, vol. 35, nº 140. México, enero-marzo de 1996.

FÓRUM DA CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE VALENTE. **Relatório Anual de Atividades**. Valente/BA, 1998.

GOMES, E. P., MIRANDA, G. M.CHAIMSOHN, F. P. et. alii. (1998) **A utilização do diagnóstico participativo na avaliação de um programa de governo: uma análise crítica**. Anais do III Encontro da Sociedade brasileira de Sistemas de produção. Folorianópolis/SC, maio de 1998

HIRSCHMAN, A. O. **Tendencias autosubversivas (ensayos)**. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

JARA, Carlos. **Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais**. In: *Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Ação Local e Desenvolvimento Sustentável*, Caderno Debates, nº 11, São Paulo/SP, 1996.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. AGROFOLHA, 6º Caderno. **“Camponês faz indústria na caatinga”**. São Paulo/SP, 08/02/2000. (reportagem)

KLIKSBERG, B. **Capital Social y Cultura: claves esenciales del desarrollo**. Revista de la CEPAL, nº 69. Chile, diciembre, 1999, p. 85-102.

\_\_\_\_\_. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social.** São Paulo/SP: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado.** São Paulo/SP: Cortez, 2000.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro/RJ: ISEB, 1960.

MONASTERIO, L. M. **Capital social e economia: antecedentes e perspectivas.** Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Pelotas/RS, 2000. (mimeo.)

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Programas Emergenciais no Semi-árido: um estudo comparativo.** Feira de Santana/BA, 1995. (cartilha)

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual de 1997.** Feira de Santana/BA, 1998.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual de 1998.** Feira de Santana/BA, 1999.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório do II Encontro de Projetos Econômicos Alternativos.** Feira de Santana/BA, novembro de 1990.

NASCIMENTO, H. M. **Capital Social no Brasil: o caso de Valente/Bahia.** Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA) / XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Rio de Janeiro/RJ: jul-ago de 2000.

OLIVEIRA, Ildes F. de. **A Luta pela Autonomia e a Participação dos Camponeses.** Tese de Mestrado. Campina Grande/PB. UFPB, 1987.

\_\_\_\_\_. **Construindo a cidadania: a convivência com o semi-árido.** Resultados de pesquisa. Valente/BA, 1999. (mimeo.)

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares.** Texto para discussão, nº 68, IE/UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

ROTTA, Edmar. **A construção do desenvolvimento.** Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 1999.

RICCI, Rudá. **Novos movimentos sociais: uma nova concepção de espaço e gestão pública.** Texto disponível na internet (<http://www.cpp.inf.br/framesroot.htm>), 1999.

\_\_\_\_\_. **Terra de ninguém. Representação sindical rural no Brasil.** Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1999.

SABOURIN, E. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido.** Anais do 37º Congresso da SOBER. Foz do Iguaçu/PR, agosto de 1999.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 1993.

SANTISO, Javier. **La mirada de Hirschman sobre el desarrollo o el arte de los traspasos y las autosubversiones.** Revista de la CEPAL, nº 70. Chile, abril de 2000, p. 91-106.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo, SP: HUCITEC, 1999.

SPERRY, S. **A importância da interdisciplinariedade na execução dos diagnósticos sobre agricultura familiar.** Anais do III Encontro da Sociedade brasileira de Sistemas de produção. Folorianópolis/SC, maio de 1998.

SILVA, Odilon R. R. F. da & BELTRÃO, Napoleão E. de Macedo. **O agronegócio do sisal no Brasil.** Brasília-DF: Embrapa-SPI; Campina Grande/PB: Embrapa-CNPA, 1999.

SILVA, A. L. V., ESTRÊLA, I. FERREIRA, I. e COSTA, I. S. **APAEB: uma história de fibra, luta e resistência.** Valente/BA: APAEB, 1993.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Mão-de-obra agrícola na Bahia.** (Série Estudos e Pesquisas) Salvador/BA: SEI, 2000.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo/SP: HUCITEC, 1991.

VERSCHOORE FILHO, J. R. de S.. **El capital social y los nuevos instrumentos de políticas públicas para el desarrollo sostenido: la experiencia de Río Grande do Sul, Brasil.** Revista del CLAD Reforma y Democracia, nº 17, junio de 2000, p. 129-160.

VILLA, M. A. **Canudos: o povo da terra.** São Paulo/SP: Editora Ática, 1997.

WOOLCOCK, Michael **Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework.** Theory and Society 27(2): 151-208, 1998.

\_\_\_\_\_. **Managing Risk, Shocks, And Opportunity In Developing Economies: The Role Of Social Capital?**. World Bank's - Washington DC on June 22-24, 1999.

YAMASHITA, R. Y. **Levantamento dos acidentes de trabalho ocorridos com desfibradores de sisal do Estado da Bahia.** Consulta Técnica realizada em 30 de junho de 1999. (mimeo.)

## V – ANEXOS

### ROTEIRO DE ENTREVISTA E RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

#### a) Roteiro de Entrevista

1. Identificação (nome, profissão, local de nascimento, cargo que ocupa).
2. Descrição da origem e trajetória no movimento social.
3. Atores sociais envolvidos na articulação das experiências produtivas no semi-árido.
4. Perfil da experiência de gestão das APAEB's.
5. Principais obstáculos ao desenvolvimento dos programas e projetos da APAEB-Valente.
6. Principais contribuições da experiência de Valente para melhoria das condições de vida dos associados e beneficiários em geral.
7. Origem e fatores de alavancagem financeira dos projetos da APAEB-Valente.
8. Relação entre os STR's e a APAEB-Valente.
9. Grau de participação dos associados.
10. Principais dificuldades, críticas e perspectivas futuras.

#### b) Lista de entrevistados (informantes)

1. Antônio José Gonçalves de Souza – Agricultor/Presidente da APAEB-Serrinha e SICOOB-Serrinha (Entrevistado 1)
2. Ismael Ferreira de Oliveira – Gerente Geral da APAEB-Valente (Entrevistado 2)
3. Ildes Ferreira de Oliveira – Sociólogo/Assessor do MOC (Entrevistado 3)
4. Ivone Gonçalves de Oliveira – Sócia e Ex-diretora da APAEB-Valente (Entrevistado 4)
5. Luiz Mota Souza – Agricultor/Presidente da APAEB-Valente (Entrevistado 5)
6. Maria Madalena Oliveira Firmo – Agricultora/Presidente do STR-Valente (Entrevistado 6)
7. Marilene Bispo e José Crispim – responsáveis Escola Família Agrícola (Entrevistado 7)